



INSTITUTO FEDERAL
Catarinense

Relatório de gestão

2018

Lista de siglas e abreviações

CECOM	Coordenação-Geral de Comunicação	PRODIN	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
CODIR	Colégio de Dirigentes	PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
CONSUPER	Conselho Superior	PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
DDE	Diretor(a) de Desenvolvimento Educacional	PROPI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
DGP	Diretoria de Gestão de Pessoas	SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação	SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
IFC	Instituto Federal Catarinense	SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal
MICTI	Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar	SIG	Sistema Integrado de Gestão
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas	SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
NGA	Núcleo de Gestão Ambiental	SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
PAD	Processo Administrativo Disciplinar	SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
PAE	Programa de Auxílios Estudantis	STN	Secretaria do Tesouro Nacional
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional	TCU	Tribunal de Contas da União
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar	UNAI	Unidade de Auditoria Interna
PROAD	Pró-Reitoria de Administração		

Mensagem da Reitora



Sônia Regina de Souza Fernandes

Reitora

O Relatório de Gestão que você tem em mãos é motivo de muito orgulho para nós. Em suas páginas, você encontra detalhes sobre todas as ações desempenhadas por esta equipe com o intuito de cumprir e ressaltar a Missão da nossa instituição: proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional.

Assumimos a Reitoria do Instituto Federal Catarinense diante do desafio de fortalecer a identidade institucional. Em paralelo à expansão para além de nossas origens agrícolas, em direção a novas áreas do saber, havia, ainda, nesse contexto, o intento da verticalização dos processos formativos. Diante desse quadro, definimos uma série de prioridades.

Estabelecemos como fundamental o foco em estratégias de permanência e êxito para nossos estudantes. Com a ampliação do acesso à Educação pela política de expansão e interiorização representada pela Rede, veio o compromisso de oferecer condições para que os estudantes se apropriassem do conhecimento técnico e científico obtido no Instituto como ferramenta de emancipação além de proporcionar condições concretas de permanência. Para atingir estes objetivos, temos políticas e programas institucionais que contemplam Auxílios Estudantis (PAE) – que vão além dos aspectos financeiros/econômicos, projetos de monitoria, de ensino, pesquisa e extensão, os Jogos Integrados do IFC (JIFs), entre outros

Voltamos o nosso olhar para a Formação Integral dos estudantes. A formação cidadã que propomos em nossa Missão transcende o espaço da sala de aula. O ser humano não é ora pensamento, ora corpo; nem ora técnica, ora intelecto. É um ser uno, para o qual atividades ligadas à cultura e ao lazer constituem-se parte do conhecimento formal – ainda mais no caso do nosso público, composto em mais da metade por jovens e adolescentes.

É pensando nisso que apoiamos iniciativas pertinentes à integração e troca de experiências dos estudantes dos nossos diversos *campi* e fazemos um esforço consciente para que eventos como os Jogos Internos do IFC, a Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar (MICTI) e o IFCultura tenham sempre o total respaldo da instituição – bem como as iniciativas de representatividade estudantil, tais como o *Parlamento Juvenil do Mercosul*. Ainda nesse sentido, promovemos o repensar constante dos processos pedagógicos, para que estejam em consonância com as dinâmicas e os desafios contemporâneos.

Outro ponto prioritário é a consolidação plena da verticalização dos eixos formativos/tecnológicos no IFC – um processo que visa oferecer, em nossos *campi*, a perspectiva de uma trajetória educacional calcada em eixos tecnológicos, que agrega várias áreas do conhecimento e proporciona uma formação ampla e rica. O estudante que ingressa em um curso técnico, por exemplo, um curso da área agrícola, como Agroecologia ou Agrimensura, vislumbra, dentro do próprio Instituto, a possibilidade de uma graduação e de continuidade de seus estudos no

âmbito da pós-graduação. A ampliação da oferta de pós-graduação *stricto sensu* em nossa instituição, representada pela aprovação, em 2018, de dois novos mestrados e pelo início das atividades de um terceiro, é uma das ações efetuadas nesse sentido.

A garantia de uma infraestrutura de qualidade em todos os *campi*, para dar suporte ao processo de ensino e aprendizagem, é mais uma prioridade destacada por esta Gestão. Trabalhamos para construir uma identidade em que a infraestrutura – incluindo questões como orçamento e capacidade de execução, entre outras – seja pensada institucionalmente, e não individualmente, por *campus*. Essa pequena mudança permitiu a conclusão das obras em andamento e a retomada das que estavam paradas. Além dessa reorganização, fizemos uma campanha exitosa de busca por recursos extraorçamentários, a partir de emendas parlamentares e Termos de Execução Descentralizada (TEDs). Fizemos ainda uma análise profunda de nossa estrutura no quesito acessibilidade – por entender que o acesso arquitetônico é condição cabal para o acesso pedagógico. Efetuamos um diagnóstico de todos os *campi*, definindo as obras e os recursos necessários.

Vale lembrar, ainda, que infraestrutura não abrange somente a questão arquitetônica e material. Para que o processo ensino-aprendizagem se efetive, é preciso pensar também em investimentos no processo de formação dos

professores e dos TAEs, uma vez que o sucesso dos estudantes – sua permanência e êxito, como já frisamos – passa também pela boa prática pedagógica, aquela que se compromete efetivamente com os estudantes, não “deixando nenhum para trás”.

Para que todas essas ações sejam implementadas a contento, é necessário um trabalho árduo e minucioso de Planejamento Estratégico, a partir do qual as metas globais são alinhadas entre o grupo gestor, os diretores dos *campi* e a comunidade acadêmica. Parte vital desse processo é a elaboração de nosso Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). É este documento que define, para os próximos cinco anos, o direcionamento almejado pelo IFC – incluindo o perfil institucional, o projeto político-pedagógico, a organização administrativa etc. Enfim, as diretrizes para o nosso fazer pedagógico e a nossa atuação enquanto servidores públicos.

Para os próximos anos, temos desafios consideráveis pela frente. Um dos mais importantes é o impacto da Emenda Constitucional nº 95 no crescimento e na consolidação do IFC e da Rede como um todo. Há ainda o atual contexto de questionamento, por parte da sociedade, do conhecimento científico institucionalizado e da relevância de instituições como a nossa para e com o desenvolvimento do país. Diante disso, seguimos com nossa proposta de rompimento de paradigmas da tradição da cultura escolar e de busca por

novos caminhos, para que seja possível seguirmos cumprindo nossa missão, acreditando na educação como um bem público e na autonomia didático-pedagógica, financeira e administrativa de instituições como a nossa – conforme estabelecido na Constituição Federal.

Estas são apenas algumas das ações desenvolvidas ao longo deste período, que figuram dentre tantas outras descritas a seguir. São atividades complexas, mas que fazem parte do cotidiano da Gestão de um Instituto como o nosso. Daí a importância deste relatório: ao demonstrar aos cidadãos, da maneira mais abrangente e transparente possível, a administração e os resultados de um serviço público – no nosso caso, a Educação – e, por consequência, permitir a compreensão, avaliação e fiscalização destes esforços, este documento se configura como uma importante ferramenta de democracia participativa e de controle social.

E, por meio da materialização da transparência de nossas atividades, representada por este Relatório, no qual estão publicizadas essas ações, podemos reforçar nosso objetivo de fazer do IFC uma instituição atenta aos desafios contemporâneos e comprometida com a Educação socialmente referenciada e o com desenvolvimento social, econômico, cultural e educacional, não só de Santa Catarina, mas do país como um todo.

Sumário



Visão geral
organizacional e
ambiente externo

6



Planejamento
estratégico e
governança

11



Gestão de riscos e
controles internos

22



Resultados da gestão

31



Alocação de recursos
e áreas especiais
da gestão

62



Demonstrações
contábeis

85

Funcionalidades de navegação



Sumário



Página anterior



Página seguinte



Indica a presença de um
hiperlink no texto destacado.

Visão geral organizacional e ambiente externo



Estrutura organizacional

Com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi criada a Rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. Os Institutos Federais, órgãos da administração pública indireta, possuem natureza jurídica de autarquia e autonomia administrativa, financeira, orçamentária, patrimonial, disciplinar e didático-pedagógica.

O IFC é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, formada pela Reitoria, 13 *campi* e 2 *campi* Avançados, quais sejam: *Campus* Avançado Abelardo Luz, *Campus* Araquari, *Campus* Blumenau, *Campus* Brusque, *Campus* Camboriú, *Campus* Concórdia, *Campus* Fraiburgo, *Campus* Ibirama, *Campus* Luzerna, *Campus* Rio do Sul, *Campus* São Bento do Sul, *Campus* Santa Rosa do Sul, *Campus* Avançado Sombrio, *Campus* São Francisco do Sul e *Campus* Videira.

A administração geral do IFC é exercida pela Reitoria, órgão executivo amparado pelas deliberações do Conselho Superior (Consuper) e assessorado pelo Colégio de Dirigentes (Codir).

Cabe-lhe a administração, a coordenação, o planejamento e a supervisão de todas as atividades da autarquia, observadas as diretrizes traçadas pelo planejamento estratégico e pelo Consuper da instituição, e, ainda, as hipóteses de delegação de competência.

Nossa concepção de educação profissional e tecnológica que subsidia as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual e participação cidadã.

Consoante tal concepção, o processo de gestão democrática se consolida no IFC por meio da prática da gestão institucional integrada, materializada por vias da participação representativa junto aos Conselhos, Colegiados, Núcleos, Comitês e Comissões Específicas.

Missão

Proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional.

Visão

Ser referência nacional em educação profissional, científica e tecnológica, para o mundo do trabalho, por meio da formação cidadã.

Organograma



Diretores-Gerais dos campi

Hélio Maciel Gomes
Campus Brusque

Marilane Maria Wolff Paim
Campus Blumenau

Eduardo Butzen
Campus Luzerna

Jonas Cunha Espíndola
Campus Araquari

Fernando Taques
Campus Ibirama

Fabio José Rodrigues Pinheiro
Campus Fraiburgo

Samuel Henrique Werlich
Campus São Bento do Sul

Amir Tauille
Campus São Francisco do Sul

Deivi de Oliveira Scarpari
Campus Santa Rosa do Sul

Rejane Escrivani Guedes
Campus Abelardo Luz

Elizete Maria Possamai Ribeiro
Campus Sombrio

Ricardo Kozoroski Veiga
Campus Rio do Sul

Rosangela Aguiar Adam
Campus Videira

Nelson Geraldo Golinski
Campus Concórdia

Rogério Luis Kerber
Campus Camboriú



Pró-Reitores

Stefano Moraes Demarco - Pró-Reitor de Administração

José Luiz Ungericht Júnior - Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Josefa Surek de Souza - Pró-Reitora de Ensino

Cladecir Alberto Schenkel - Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Fernando José Garbuio - Pró-Reitor de Extensão

Ambiente externo

No desenvolvimento do Planejamento Estratégico do IFC (2018-2021) foram identificadas as oportunidades e ameaças que impactam em nossa Instituição.



Oportunidades

- Crescimento e diversificação dos arranjos produtivos locais.
- Parcerias entre instituições públicas e privadas.
- Incentivo governamental à inovação tecnológica.
- Demanda da sociedade por formação técnica e tecnológica.
- Demanda por pós-graduação, *lato* e *stricto sensu*.
- Demanda por educação a distância.
- Editais de órgãos externos de fomento.
- Recursos extra orçamentários.
- Replicação de experiências exitosas de outros *campi* ou Institutos Federais.
- Sobreposição de cursos com outras instituições.



Ameaças

- Oferta de educação a distância de outras instituições de ensino.
- Frequente contingenciamento orçamentário.
- Vulnerabilidade às políticas de governo.
- Não liberação de códigos de vagas para contratação de servidores.
- Morosidade de acesso aos recursos orçamentários.
- Burocratização dos processos legalmente exigidos.
- Ausência de amparo legal para contratação de substitutos de Técnico-administrativos em Educação (TAES) em afastamentos.
- Processo de divulgação/comunicação ineficiente.

Modelo de negócios do IFC

Parceiros

EMBRAPA, CNPq, CAPES, FAPESC, FAPEU, EPAGRI, AGIR, IFSC, UFSC, UFPR, UFPEL, INOVAPARQ, FORTEC, ABEU, UFFSuL, UDESC e Instituições do Sistema Acafe, Secretarias Municipais de Educação (que compõe a região de abrangência dos *campi*), Secretaria Estadual de Educação, além de empresas, cooperativas, órgãos públicos, e demais instituições em que se promove formação ou que receba nossos estudantes (especialmente para estágio e desenvolvimento de projetos).

Atividades

Oferta de cursos Técnicos de Nível Médio na forma Integrada, Concomitante e Subsequente; oferta de cursos de Educação de Jovens e Adultos articulados à Formação Profissional; oferta de cursos de Qualificação Profissional como Formação Inicial e Continuada; oferta de cursos de Graduação (Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura); oferta de cursos de Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu*. Visando qualificar estes processos, a instituição oferta possibilidade de participação em Projetos de Ensino, Pesquisa (básica e aplicada) e Extensão, Monitoria, Visita Técnica, incentivo à inovação, transferência de tecnologia, Eventos, Programa de Auxílios Estudantis, dentre outros.

Missão do IFC

Proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional.

Relacionamento com clientes

O relacionamento do IFC com seus públicos se materializa a partir das ações de atendimento ao estudante, desenvolvidas diretamente por setores específicos dos *campi*, assim como pelas atividades em que há representatividade de membros da comunidade. Além disso, a interação com os públicos estratégicos da instituição também se desenvolve mediante atividades pertinentes ao jornalismo e à atualização constante dos canais de comunicação oficiais – bem como pelo diálogo possibilitado por esses canais –, e aquelas relativas à criação de campanhas publicitárias pela comunicação do próprio Instituto ou por empresa contratada pela instituição para essa finalidade.

Segmentos de clientes

Públicos internos: Servidores do IFC; Alunos (alunos dos cursos do IFC, estagiários e bolsistas; entidades estudantis); Colaboradores. Públicos externos: Egressos do IFC; Alunos em potencial; Instituições de ensino em que estão matriculados alunos em potencial; Imprensa; Outros públicos que integram a comunidade externa (sociedade civil; parceiros em potencial; organizações parceiras; Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; familiares dos alunos; fornecedores; pesquisadores e extensionistas; entidades sindicais).

Principais recursos

Corpo docente, corpo técnico, corpo discente e atores externos (p.ex. avaliadores ad hoc, parceiros em projetos, dentre outros); infraestrutura (laboratórios, biblioteca, ginásio, refeitório, salas de aula, espaço de convivência, moradia estudantil, etc); insumos (materiais e equipamentos para desenvolvimento de aulas e projetos); recurso para atendimento ao estudante visando permanência e êxito (bolsas, incentivo a participação em eventos, dentre outros).

Canais

Informativo IFC – boletim de periodicidade semanal; SIGAdim – está dividido em cinco opções de canais, quais sejam: a) Notícias; b) Comunicação em Grupo (envio por e-mail institucional); c) Notificação Online; d) Tela de Avisos; e) Questionário. Murais de Avisos – Espaços afixados nas unidades do IFC; Site do IFC; E-Sic e E-Ouv; Mídias Sociais.

Estrutura de custos

Pessoal e encargos; Funcionamento (custeio e investimento) Expansão (investimento); Auxílios estudantis (custeio) Capacitação (custeio); Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica (custeio e investimento); Publicidade (custeio) EaD (custeio e investimento).

Fontes de receita

Lei Orçamentária Anual; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Termos de Execução Descentralizada (TEDs); Emendas parlamentares e Arrecadação própria (produtos agropecuários, multas de biblioteca, multas e juros previstos em contrato, taxa de uso de imóveis, serviços de alimentação, indenizações, taxa de inscrição em processo seletivo/concurso público).

Planejamento estratégico e governança



Planejamento Estratégico

+ O **Planejamento Estratégico** é uma das mais importantes ferramentas de gestão, por auxiliar no direcionamento dos desafios e das ações traçadas pela Gestão, buscando alcançar a Missão e Visão Institucional. Essa ferramenta traz metas e indicadores como forma de controle e acompanhamento.

O Planejamento Estratégico indica nossas intenções e nossas contribuições com o desenvolvimento e a transformação da sociedade em que estamos inseridos.

O Planejamento Estratégico ora apresentado é resultado de um processo de construção complexo, tendo em vista a especificidade do IFC, que é Instituição multicampi, com autonomia administrativa.

Todas as etapas de desenvolvimento tiveram ampla discussão com os Representantes dos *campi* e Reitoria, bem como a socialização nos *campi*, finalizando com a análise das considerações e sugestões recebidas, e seus devidos retornos.

Definiu-se também metas globais, vinculando os Objetivos Estratégicos a indicadores e metas.

+ Os **Planos Operacionais** são desenvolvidos pelos *campi* e Reitoria, considerando suas especificidades.

Etapas de construção do Planejamento 2018-2021



A seguir apresentam-se os objetivos estratégicos e táticos do planejamento estratégico do IFC (2018-2021).



Implantar a política de oferta de cursos

- Instituir política de oferta de cursos com critérios e instrumentos estabelecidos
- Instituir a modalidade EaD

Fortalecer a inovação e a transferência de conhecimento e de tecnologia

- Fomentar a política de incentivo à inovação tecnológica
- Fomentar programas de incentivo e fortalecimento de grupos de pesquisa e de pesquisa aplicada, de acordo com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais
- Fomentar a apresentação de trabalhos em eventos e a publicação de artigos em periódicos e de livros
- Apoiar e incentivar a implantação de projetos de ação e de inovação social
- Desenvolver projetos para captação de recursos extraorçamentários, visando à melhoria do Ensino, da Pesquisa, da Extensão e da Gestão
- Instituir a Política de Internacionalização do IFC
- Estabelecer mecanismos de incentivo ao desenvolvimento de ações, projetos e programas de Ensino, Pesquisa e Extensão

Fortalecer a política de comunicação institucional

- Implantar a Política de Comunicação
- Aperfeiçoar as atividades da Comunicação
- Consolidar a identidade e imagem institucional



Aperfeiçoar diretrizes educacionais

- Aperfeiçoar e ampliar diretrizes educacionais do IFC, em atendimento à legislação e às demais normas
- Reestruturar os cursos em conformidade com as diretrizes institucionais do IFC, garantindo, no mínimo, 75% de unicidade curricular
- Promover a curricularização da Extensão
- Promover a curricularização da Pesquisa
- Instituir Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica
- Aprimorar os processos de avaliação dos cursos
- Consolidar, atualizar e aprimorar as ofertas educacionais do IFC
- Instituir o Programa de Formação Continuada e Pedagógica

Garantir e desenvolver a infraestrutura dos campi

- Identificar as necessidades de infraestrutura mínima dos campi
- Propiciar acessibilidade arquitetônica universal
- Promover registro patrimonial imóvel fidedigno
- Manter a regularização das edificações

Promover a integração do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

- Fomentar ações de integração do Ensino, da Pesquisa e da Extensão
- Incentivar o engajamento dos professores nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, de forma indissociável

Consolidar o programa de acesso, permanência e êxito

- Fomentar o acompanhamento de egressos
- Desenvolver a cultura da educação inclusiva
- Promover o desenvolvimento do esporte, da cultura e do lazer na formação integral dos estudantes
- Implementar ações sistematizadas que visem à permanência e ao êxito
- Institucionalizar e aprimorar o atendimento ao estudante



Desenvolver e articular a prática da gestão institucional integrada

- Fomentar a cultura da gestão estratégica e do planejamento
- Fomentar a gestão de fluxos e processos
- Otimizar o processo de aquisições no IFC
- Otimizar a gestão orçamentária integrada do IFC
- Aprimorar os processos correicionais

Promover a política de gestão de pessoas

- Fomentar a saúde e a qualidade de vida dos servidores
- Promover atividades de controle e aperfeiçoamento na gestão de pessoas
- Fomentar políticas e programas de formação e aperfeiçoamento contínuo de servidores docentes e técnico-administrativos em todos os níveis

Instituir políticas institucionais para a TI

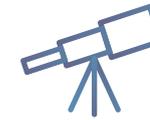
- Definir o escopo da TI
- Definir os serviços de TI oferecidos à comunidade usuária
- Desenvolver processos de gestão de TI, visando diminuir riscos e vulnerabilidades
- Implantar a gestão orçamentária institucional de TI

Mapa estratégico



Missão

Proporcionar educação profissional, atuando em Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional.



Visão

Ser referência nacional em educação profissional, científica e tecnológica, para o mundo do trabalho, por meio da formação cidadã.



Valores

Ética, Credibilidade, Transparência, Justiça Social, Excelência, Sustentabilidade, Formação Cidadã, Qualidade de Ensino, Pesquisa e Extensão

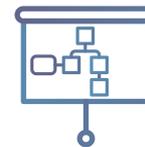


Sociedade

Implantar a política de oferta de cursos

Fortalecer a inovação e a transferência de conhecimento e de tecnologia

Fortalecer a política de comunicação institucional



Processos internos

Aperfeiçoar diretrizes educacionais

Garantir e desenvolver a infraestrutura dos *campi*

Promover a integração do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

Consolidar o programa de acesso, permanência e êxito



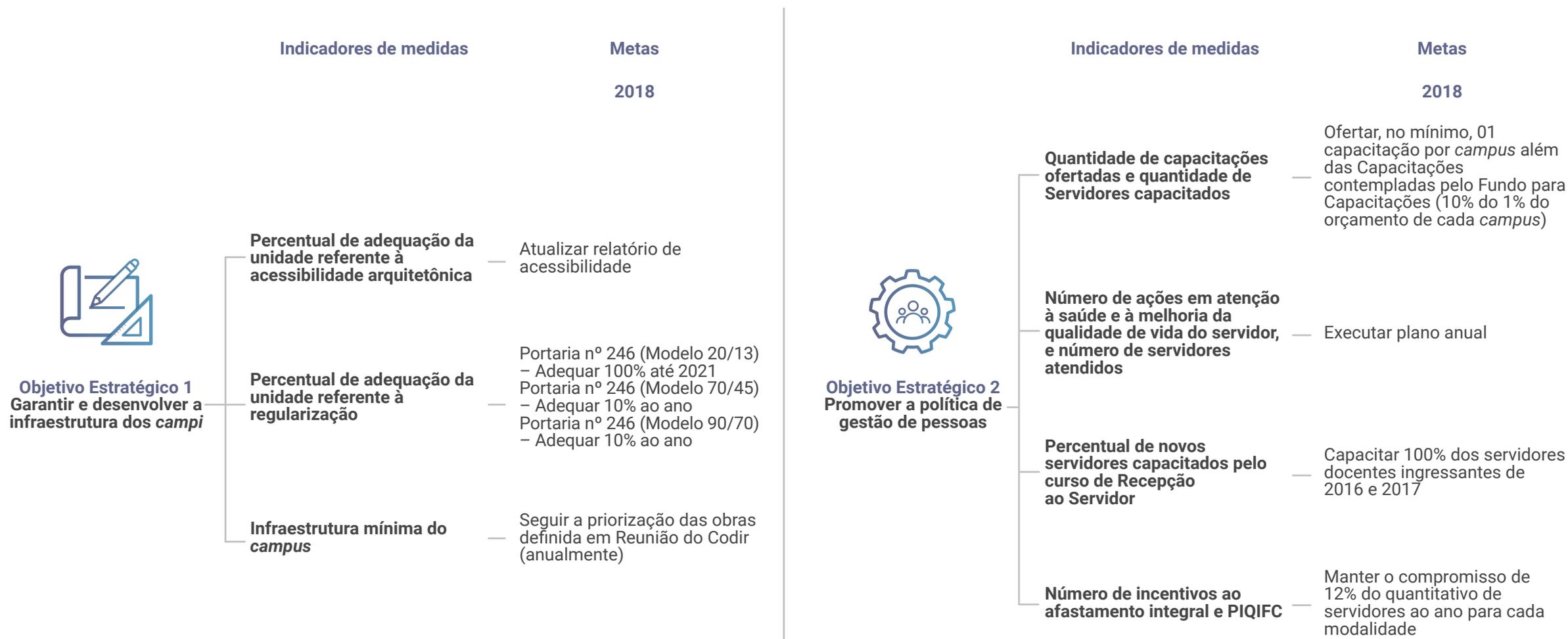
Crescimento e aprendizado

Desenvolver e articular a prática da gestão institucional integrada

Promover a política de gestão de pessoas

Instituir políticas institucionais para a TI

Metas definidas para o ano de 2018

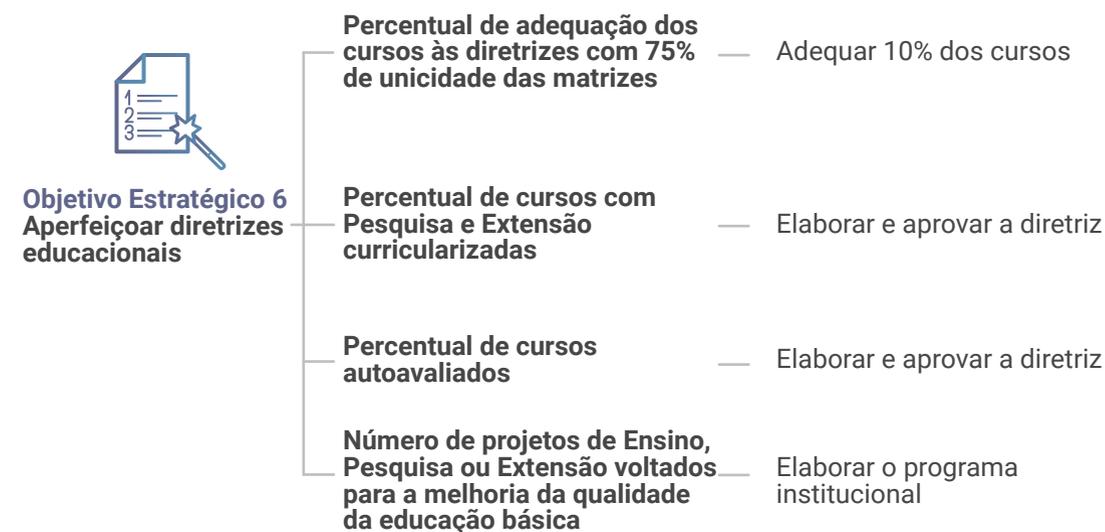
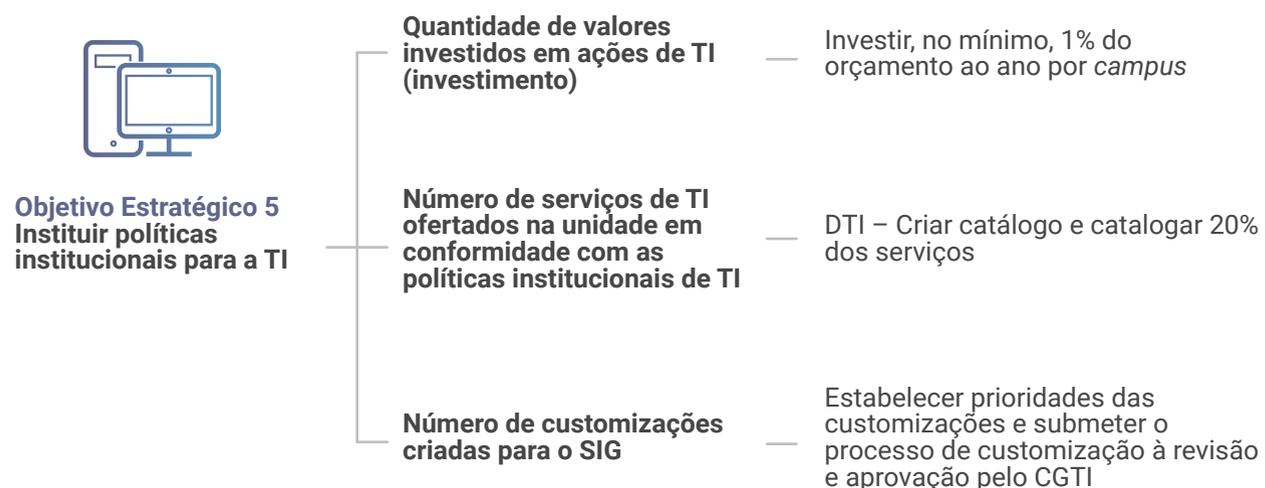
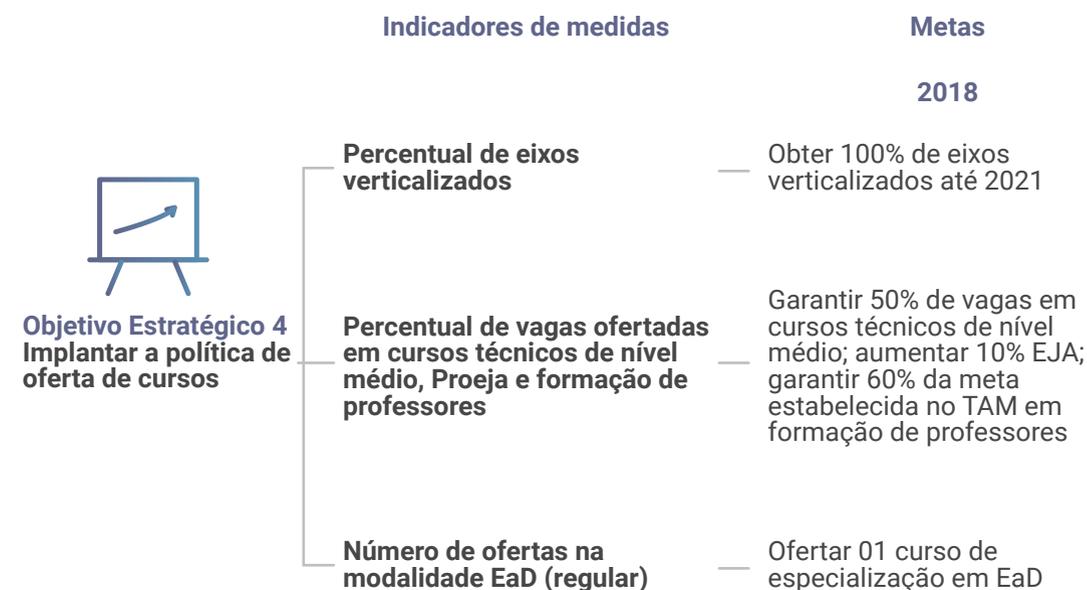


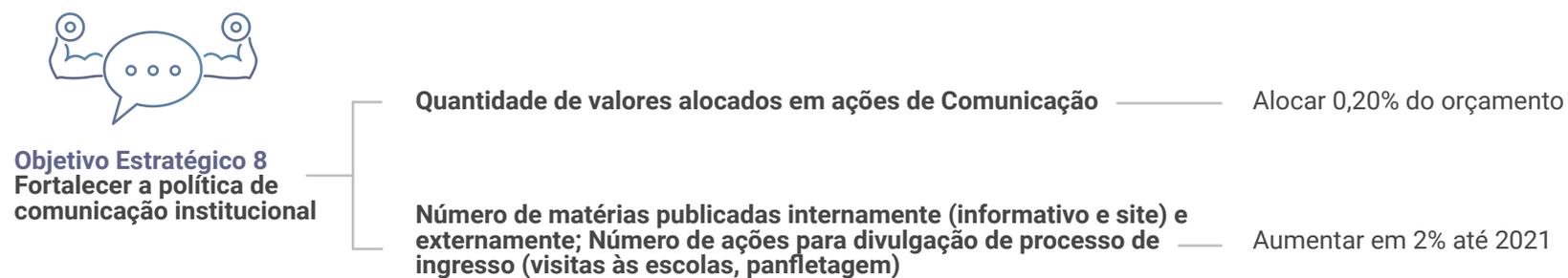
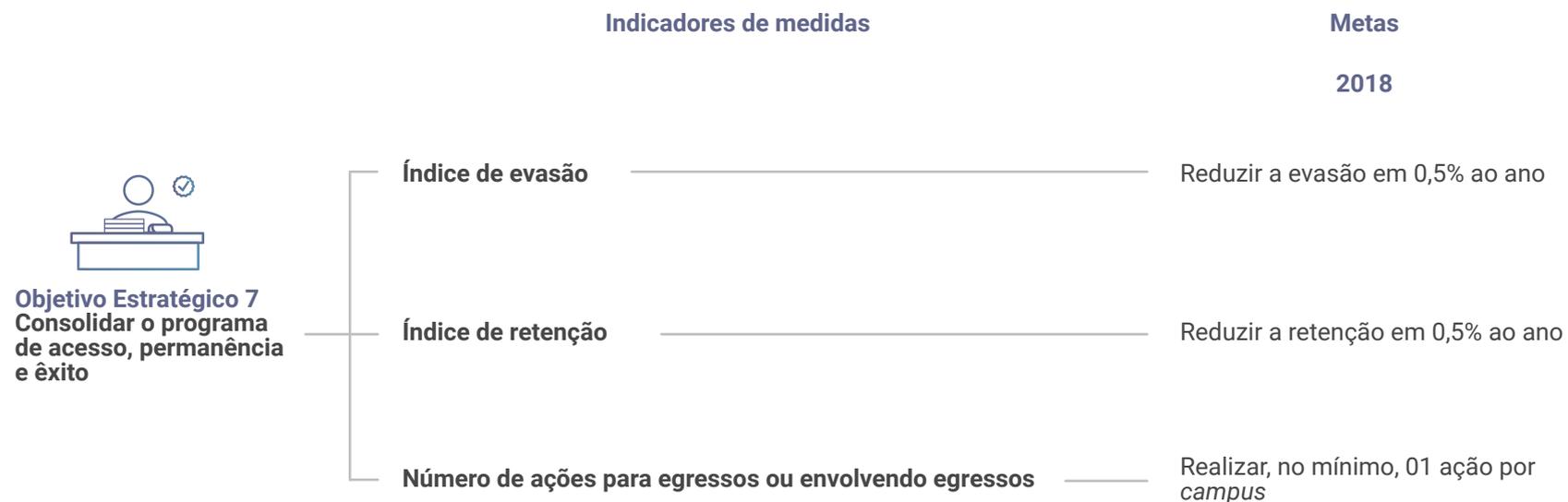
Monitoramento e acompanhamento

O monitoramento e acompanhamento do atingimento dos objetivos estratégicos é primordial para efetividade da Gestão do IFC. Para tanto, adotam-se reuniões periódicas, visitas nos *campi*, utilização de Sistema Integrado de Gestão, relatórios da Comissão Própria de Avaliação, acompanhamento do Censo Interno, monitoramento e adequações de documentos orientadores como PDI, entre outros.

O atingimento dos objetivos estratégicos é publicizado no site institucional.







Indicadores de medidas
Metas
2018

Objetivo Estratégico 9
Fortalecer a inovação
e a transferência de
conhecimento
e de tecnologia

Número de projetos de Extensão, Pesquisa e Ensino (nº de projetos/nº de docentes)	Aumentar em 0,4% o número da relação projeto/docente
Número de projetos de Ação e Inovação Social	Lançar um edital
Número de trabalhos apresentados, artigos e livros/capítulos publicados	Elevar a produção acadêmica institucional em 2%
Número de obras publicadas pela editora do IFC	Lançar um edital
Número de registros de PI e transferências tecnológicas (proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia); Número de Empresas Júnior e incubadoras (ações de empreendedorismo)	Aumentar em 5% os indicadores (ações de empreendedorismo, proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia)
Percentual do orçamento efetivamente utilizado em projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Utilizar 1% do orçamento para Ensino; 1% do orçamento para Pesquisa; 1% do orçamento para Extensão

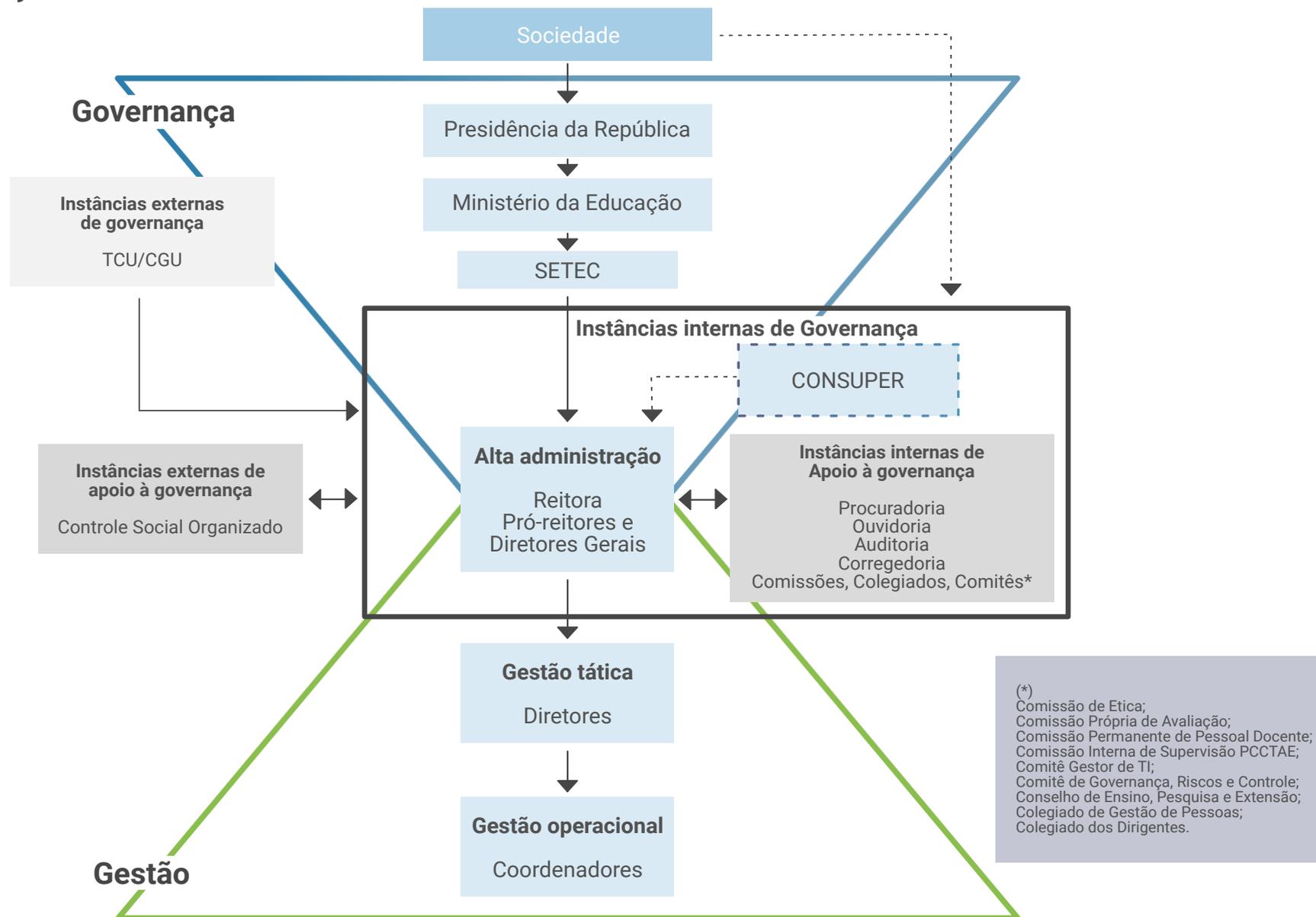

Objetivo Estratégico 10
Promover a integração
do ensino, da pesquisa
e da extensão

Número de projetos integrados (pelo menos dois – Pesquisa e Extensão; ou Ensino e Pesquisa – nº de projetos/nº de docentes)	Obter aumento de 0,2%
Número de eventos integrados	Realizar, no mínimo, 01 evento por <i>campus</i>
Número de cursos que contemplem linhas e ações de Pesquisa e Extensão (definidas nos PPCs)	Adequar 50% dos cursos até 2021

Modelo de governança

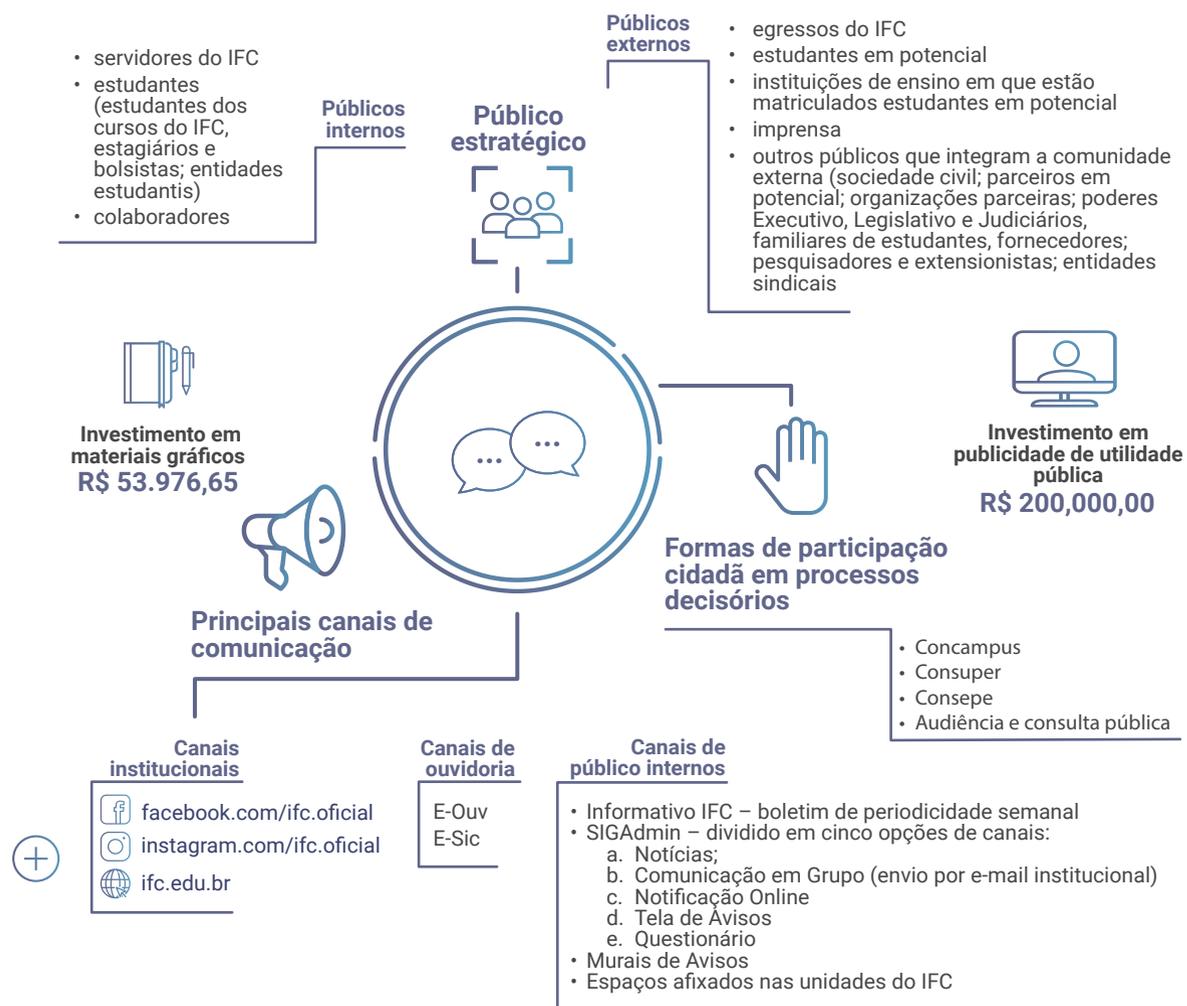


O IFC possui em seu **Regimento Geral** as informações sobre os dirigentes e colegiados, bem como os procedimentos vinculados.



Principais canais de comunicação e públicos estratégicos

O IFC manifestará o compromisso com seus públicos estratégicos a partir do diálogo, pautado nos valores implicados nos princípios da Administração Pública, a fim de estreitar os relacionamentos com aqueles, e planejará, em modo de constante aperfeiçoamento, as formas mais eficazes de comunicação no contexto de heterogeneidade sociocultural e de demandas informacionais. Cabe à instituição, portanto, criar métodos, estratégias e canais que estreitem as relações com os públicos, garantindo visibilidade às atividades que desenvolve, em atenção à transparência de suas ações e à publicização dos serviços ofertados à comunidade.



Ouvidoria

As ouvidorias públicas federais atuam como instâncias de participação social, responsáveis pelo acolhimento, tratamento e resposta às demandas dos cidadãos junto às organizações da esfera federal. Também promovem a conciliação e a mediação na resolução de conflitos entre a sociedade e órgãos, entidades ou agentes do Poder Executivo Federal, visando ao aprimoramento da gestão pública e dos serviços prestados à sociedade.

Canais de comunicação da Ouvidoria

Os principais canais de comunicação da Ouvidoria são o sistema e-OUV e e-SIC.



O **Painel Resolveu?** é uma ferramenta que reúne informações sobre manifestações de ouvidoria (denúncias, sugestões, solicitações, reclamações, elogios e pedidos de simplificação) que a Administração Pública recebe diariamente pelo sistema e-Ouv. A aplicação permite pesquisar e comparar indicadores de forma rápida, dinâmica e interativa.

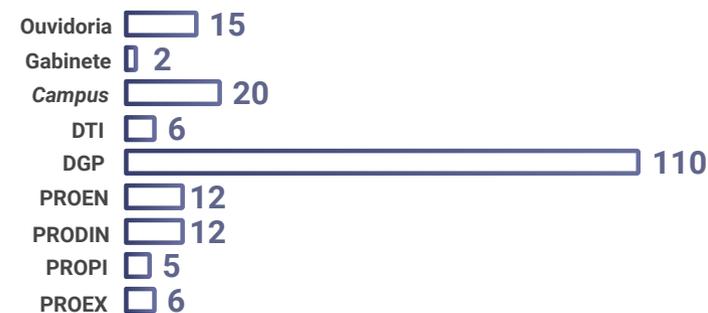
Carta de serviços ao usuário

Para mais informações referentes às demandas da Ouvidoria 2018 – IFC, acesse:



Acesso à informação em 2018 – E-SIC

Demandas diversas dos setores da reitoria e campi do IFC.



Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna (UNAI) do IFC é um órgão administrativo pertencente à estrutura organizacional do IFC e se vincula diretamente ao Consuper.

A UNAI iniciou o exercício de 2018 com uma equipe composta por 12 (doze) servidores em efetivo desempenho nas atividades relacionadas à auditoria. Em julho/2018, passou ao número de 13 (treze) servidores, em decorrência da redistribuição de 01 auditor para o IFC, lotado no *Campus* Luzerna, por meio da portaria 158/GAB/DG/CLUZ/IFC/2018.

As atribuições gerais da UNAI estão elencadas no art. 115 do Regimento Geral do IFC e detalhadas no Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna do IFC. O Regimento Interno, o Manual de Auditoria Interna e o Código de Ética podem ser encontrados no site do IFC.

A finalidade da Auditoria Interna é fortalecer a gestão e auxiliar a organização a alcançar seus objetivos adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão de riscos, de controle e de governança corporativa.

As atividades de auditoria são iniciadas por meio de Ordens de Serviço emitidas pelo auditor-chefe aos auditores, que realizam na reitoria e nos *campi* os mesmos trabalhos durante o mesmo período, salvo solicitações que surjam de maneira isolada.

A alta gerência toma conhecimento das recomendações da auditoria a partir do relatório e reunião de encerramento dos trabalhos de cada Ordem de Serviço, ocasião em que é entregue o Plano de Providências para que o gestor faça o seu posicionamento em relação às recomendações, elenque as

providências a serem realizadas no atendimento às recomendações e fixe o prazo limite para implementação da ação. Outrossim, os riscos pela não implementação das recomendações são evidenciados pela UNAI em tais momentos.

Corregedoria

No IFC as Atividades de Correição são conduzidas pela Corregedoria, criada pela Resolução CONSUPER IFC nº 055/2016. Os processos foram centralizados na Reitoria do IFC, em Blumenau/SC.

Durante o exercício de 2018, os processos disciplinares foram abertos pela Corregedoria, após realizado juízo de admissibilidade, a fim de apurar eventuais ilícitos cometidos pelos servidores do IFC em exercício da função pública.

Os ilícitos são noticiados por diversos meios: e-mails, ouvidoria, notícias na imprensa, representações do Ministério Público, outros. No total, em 2018, chegou ao conhecimento da Corregedoria, 92 (noventa e duas) denúncias/representações. Destas, 14 (quatorze) se tornaram processos disciplinares (Sindicância, Sindicância Investigativa, PAD).

No exercício de 2018 foram finalizados 12 (doze) processos disciplinares. Destes, 9 (nove) foram arquivados, 1 (um) está suspenso* e 2 (dois) resultaram nas seguintes penalidades:

Advertência
1 servidor

Demissão
1 servidor

*Aguardando cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta, proposto após abertura do procedimento disciplinar.

Ainda, foram firmados 08 (oito) Termos de Ajustamento de Conduta – TAC.

Em termos percentuais, dos processos concluídos, foram



Todos os processos abertos, desde o início da instrução até a fase de julgamento são devidamente cadastrados no sistema CGU-PAD, dentro dos prazos estabelecidos. Igualmente, o tratamento das denúncias que não foram objeto de apuração, após juízo preliminar, foram expressos na forma de Parecer/CORREG e registrados neste sistema.

Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

O IFC não possui setor dedicado somente a apurar responsabilidades por dano ao Erário. No caso da Corregedoria, as suas atividades, regimentalmente estabelecidas, são àquelas relacionadas à prevenção, detecção e apuração de possíveis irregularidades disciplinares e administrativas de servidores públicos, conforme estabelece a Lei nº 8.112/1990, bem como, responsabilização de pessoas jurídicas no âmbito do IFC (PAR/PJ), conforme Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). Em havendo situações relacionadas a prejuízos/danos ao Erário, identificadas nas investigações disciplinares, os mesmos são encaminhados ao servidor para as providências cabíveis.

Assim, os processos relacionados à responsabilização por dano ao Erário são conduzidos tanto pela Reitoria (Corregedoria, Diretoria de Gestão de Pessoas, PROAD/DAP), como pelos *campi* do IFC, principalmente os relacionados a danos ao patrimônio público, cujos valores se encontram nos critérios de dispensa de licitação (art. 24, inciso II, Lei nº 8.666/1993) na qual é adotado o Termo Circunstanciado Administrativo – TCA (IN CGU nº 004/2009).

Gestão de riscos e controles internos



Gestão de riscos e controles internos

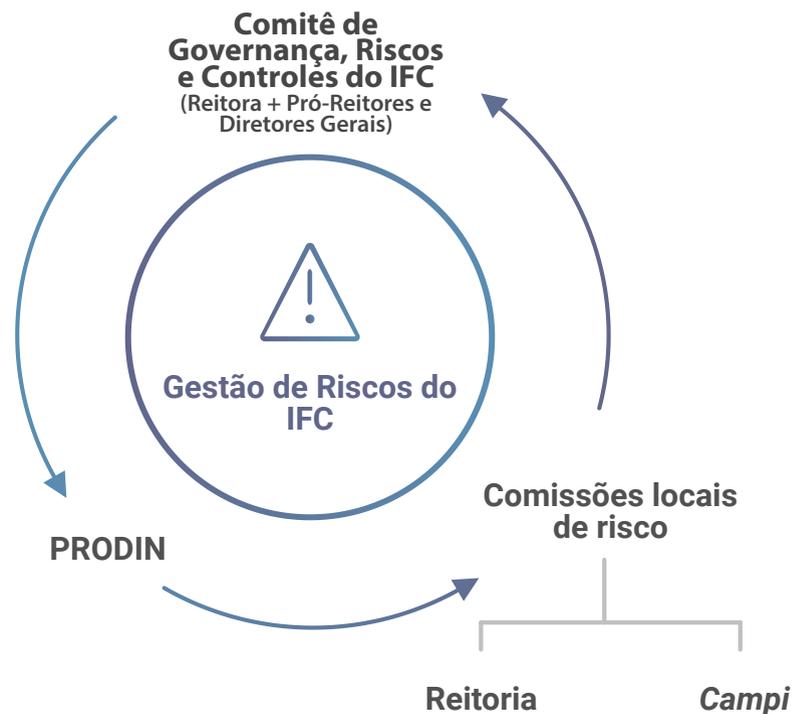


Foi elaborada em 2017 a **Política de Gestão de Riscos do IFC**, que tem como objetivo aplicar no IFC, em todos os níveis e unidades organizacionais, o gerenciamento de riscos diante da visão de portfólio de riscos a que a entidade está exposta, de modo a identificar eventos em potencial cuja ocorrência poderá afetar os objetivos estabelecidos.

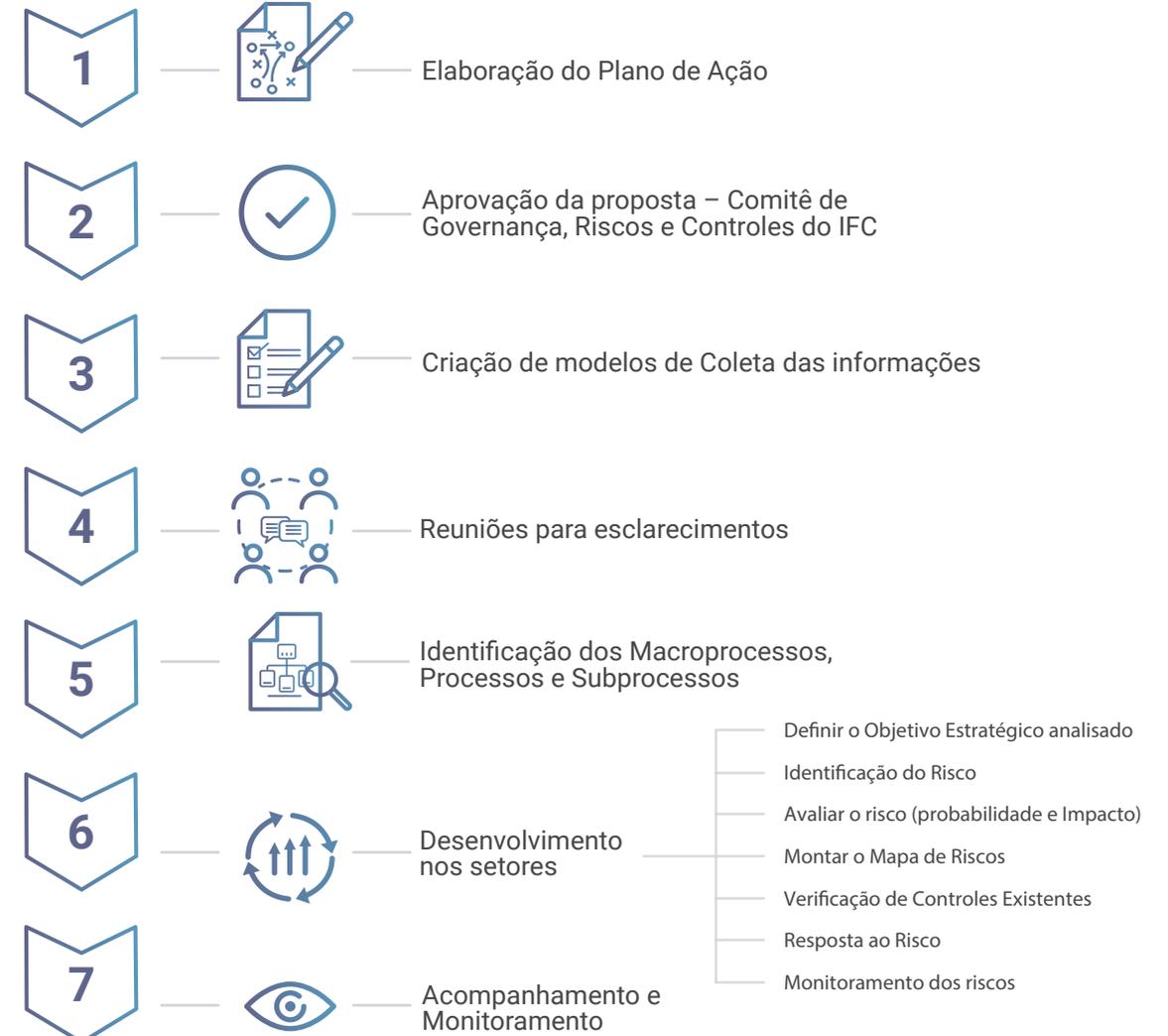
Na Política de Gestão de Riscos do IFC é definido o nível de apetite ao risco aceitável

pela Instituição e são estabelecidas as diretrizes da gestão de riscos.

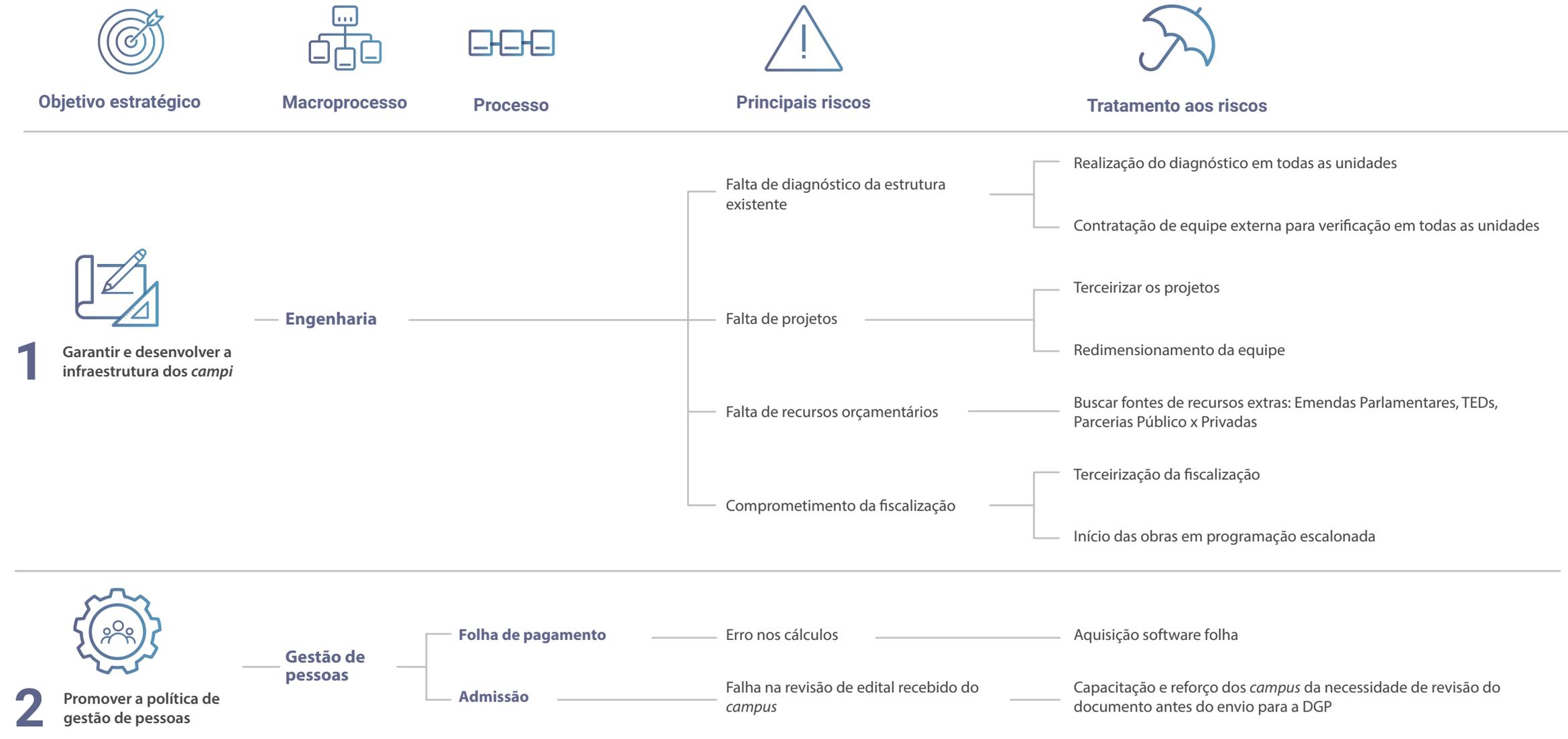
Para implantação da Política de Gestão de Riscos no IFC, foram criados o Comitê de Governança, Riscos e Controles do IFC, que atua em âmbito institucional, e os Comitês Locais de Risco, responsáveis pela **implantação** da gestão de riscos em cada *campus*.



As etapas para execução da Gestão de Riscos foram:



Considerando a análise nos Macroprocessos, apresentamos alguns riscos identificados, propostas de mitigação e vinculação aos objetivos estratégicos no ano de 2018.





Objetivo estratégico



Macroprocesso



Processo



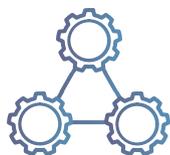
Principais riscos



Tratamento aos riscos

3

Desenvolver e articular a prática da gestão institucional integrada



Objetivo estratégico	Macroprocesso	Processo	Principais riscos	Tratamento aos riscos		
3 Desenvolver e articular a prática da gestão institucional integrada	Extensão	Cooperação técnica	Erro no envio da documentação	Atenção do coordenador do <i>campus</i> ao receber e juntar a documentação para envio e orientação à instituição candidata		
			Licitação deserta/fracassada	Participação dos requisitantes na instrução processual		
	Administrativo		Pedido superestimado	Conscientização dos requisitantes/Participação dos requisitantes na etapa de planejamento da contratação		
			Inexecução contratual	Capacitação periódica dos servidores envolvidos		
			Execução de despesas com orçamento de outro exercício	Manter linha de comunicação aberta entre responsável pela conformidade e gestão/Elaboração de relatório anual pelo conformista, com os principais apontamentos e sugestões		
			Recebimento de recursos insuficientes	Não há		
			Indisponibilidade orçamentária	Ampliar o planejamento das despesas do órgão		
			Bem sem responsável cadastrado ou responsável desatualizado	Criação de fluxos e portaria de padronização para incorporação de bens		
			Tecnologia da Informação		Orçamento para execução das ações TI, considerando a agilidade na evolução das tecnologias e novas demandas institucionais	Revisão da priorização de investimento Busca de recursos extraorçamentários
					Quantitativo de pessoal insuficiente para execução das ações relacionadas ao desenvolvimento de sistemas	Contratação de serviços externos Capacitação em programação Redimensionamento da equipe/Direcionamento de vagas para servidores de TI Revisão da priorização das demandas de desenvolvimento de sistemas
	Planejamento		Divergência de tecnologias	Promover a padronização de tecnologias		
			Falta de conhecimento das Ferramentas de Gestão utilizadas por parte dos envolvidos	Planejamento antecipado, a longo prazo, com capacitações internas		



Objetivo estratégico



Macroprocesso



Processo



Principais riscos



Tratamento aos riscos

4 Implantar a política de oferta de cursos



Ensino

Política de oferta de cursos com critérios e instrumentos estabelecidos

Fragilidades quanto à condições institucionais, infraestrutura, fluxos e prazos

— Criação de comissão para os trabalhos

Indisponibilidade de vagas docentes/Taes e infraestrutura

— Colaboração *intercampi* de servidores, otimização da força de trabalho e articulação junto à SETEC para ampliação do BPEq e QRTAE

Indisponibilidade de pessoal para composição da equipe

— Criação de comissão para os trabalhos com a colaboração de servidores *dos campi*

Modalidade EAD

Falta de infraestrutura específica para EAD

— Colaboração de servidores *dos campi*

Liberação e execução de orçamento

— Articulação para destinação/reserva de recursos orçamentários e execução total do orçamento previsto

Pesquisa

Pós-Graduação

Pesquisadores não preencherem o Lattes e o SIGA na produção

— Definição de prazo para todos os servidores preencherem o SIGA/Produção

— Definição de prazo para todos os servidores atualizarem o lattes com definição de periodicidade de atualização

Baixa produção científica e indicadores institucionais

— A partir das informações da lista elaborar um plano de ação para melhorar os indicadores

— Disponibilizar recurso para que os pesquisadores que produzem

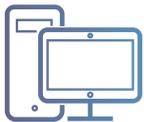
Tecnologia da Informação

Orçamento para execução das ações TI, considerando a agilidade na evolução das tecnologias e novas demandas institucionais

— Revisão da priorização de investimento

— Busca de recursos extraorçamentários

5 Instituir políticas institucionais para a TI



Tecnologia da Informação

Dependência de outras áreas para execução das ações institucionais relacionadas a TI

— Articulação e conscientização dos gestores das áreas envolvidas

Dificuldade de consolidação e padronização dos processos e serviços relacionados a TI

— Envolvimento de todos os *campus* nas ações relacionadas a TI



Objetivo estratégico



Macroprocesso



Processo



Principais riscos



Tratamento aos riscos

6 Aperfeiçoar diretrizes educacionais



Ensino

Diretrizes educacionais do IFC, em atendimento a legislação e as demais normas (EJA, Certific, formação de professores, EaD)

Número de servidores necessários para a construção, envolvimento da comunidade IFC

Estabelecimento de fluxos e prazos
Revisão das prioridades

Instabilidade das políticas públicas

Sensibilização para o envolvimento democrático e participativo da comunidade acadêmica/escolar

Reestruturação dos cursos com 75% de unicidade e em conformidade com as diretrizes institucionais do IFC

Baixo envolvimento e resistência da comunidade IFC

Articulação junto aos cursos
Sensibilização para a necessidade de identidade institucional.

Curricularização da Pesquisa e da Extensão

Falta de clareza na concepção de curricularização

Compartilhamento de experiências e estudos sobre curricularização
Articulação junto aos cursos

Baixo envolvimento e resistência da comunidade IFC

Sensibilização para o envolvimento democrático e participativo da comunidade acadêmica/escolar

Instituir programa de melhoria da qualidade da educação básica

Falta de pessoal para o desenvolvimento das ações e dificuldade na sistematização das informações de todos os *campi*

Articulação junto aos *campi*
Estabelecimento de fluxos e prazos
Revisão das prioridades

Avaliação dos cursos

Falta de pessoal para o desenvolvimento das ações

Criação de comissão com representação de todos os *campi*

Consolidar, atualizar e aprimorar as ofertas educacionais do IFC

Etapas e fluxos interdependentes junto aos setores envolvidos

Estabelecimento de fluxos e prazos

Não customização do SIGAA para efetiva utilização

Revisão das prioridades

Equipe parcialmente capacitada

Agregação de mais analistas (*campi*) para o desenvolvimento das customizações do SIGAA para efetiva utilização

Programa de Formação Continuada e Pedagógica

Adesão e envolvimento dos docentes

Sensibilização para participação e envolvimento dos servidores



Objetivo estratégico



Macroprocesso



Processo



Principais riscos



Tratamento aos riscos

7

Consolidar o programa de acesso, permanência e êxito



Ensino

Desenvolver a cultura da educação inclusiva

Excesso de demanda de trabalho

Estabelecer prioridades

Não aprovação da proposta do Núcleo de inclusão e acessibilidade

Readequar a proposta

Resistência em relação a extinção do NAPNE

Redefinir o objetivo e a atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidade Específicas (NAPNE)

Institucionalização e aprimoramento do atendimento ao estudante

Resistência à mudança quanto ao setor de atendimento

Readequar proposta

Alterar a localização de alguns servidores

Decisão institucional da gestão

Indisponibilidade de códigos de vagas para contratação de profissionais

Trabalhar em regime de parceria com os profissionais da microrregional

Dificuldades de customizar o sistema SIGAA de acordo com a necessidade do AEE

Realizar adaptações no sistema e/ou formas de registro alternativas

Sobrecarga dos professores de Educação Especial/AEE com atividades alheias ao AEE

Priorização do atendimento educacional especializado em detrimento de outras atividades docentes

Definição de fluxos, prazos

Estabelecer prioridades para implementação parcial

Esporte, da cultura e do lazer na formação integral dos estudantes

Falta de recursos para a implementação de Programas

Plano de ação, por *campus*, até a implementação total do Programa

Dificuldade de engajamento da comunidade acadêmica com a temática

Acompanhamento das ações de cada *campus* pelos DDEs ou outro servidor designado**Permanência e êxito**

Dificuldade de acesso às informações via sistema

Controle alternativo das informações

Estabelecer prioridades para atendimento parcial, sensibilizar à participação

Falta de recursos e pessoal para as adequações necessárias

Plano de ação, por *campus*, até a implementação total da política



Objetivo estratégico



Macroprocesso



Processo



Principais riscos



Tratamento aos riscos

7

Consolidar o programa de acesso, permanência e êxito



Ensino

Acompanhamento de egressos

- Falta de participação de servidores
- Baixa divulgação dos resultados obtidos
- Baixa participação dos egressos no preenchimento do questionário

- Aproximação de atuação das Comissões Locais de Acompanhamento de Egressos
- Divulgação dos resultados
- Ações de Conscientização dos alunos da importância da Política de Egressos

Extensão

Egressos

- Não ter informações e/ou Informações insuficientes
- Política de egresso em desacordo com a necessidade

- Aprovada Resolução nº 059 – CONSUPER/2016. Buscar dados de turmas concluintes do SIGAA e solicitar a secretaria do *campus* E-mail para divulgação do Formulário
- Falta de conhecimento, entendimento, e /ou aplicação da Resolução nº 59 – CONSUPER/2016, incentivar a leitura da Resolução. A PROEX está negociando com a UFPA a implantação do Módulo Egressos no SIGAA para informatização desse processo extensivo.

8

Fortalecer a Política de Comunicação Institucional



Comunicação Institucional

- Ausência de responsável pela Comunicação nos *campi*
- Falta de padronização na veiculação da imagem institucional

- Ter servidores concursados especificamente para cargos de Comunicação Social nos *campi*; Na impossibilidade desse tratamento, sugere-se a instituição de núcleo de comunicação nos *campi*, composto por representantes de outras áreas de atuação
- Organizar capacitações direcionadas à Gestão, para reforçar sobre a fragilidade/necessidade de os *campi* terem esse servidor
- Promover capacitação dos representantes da comunicação
- Organizar e aplicar mensalmente *checklist* para verificação nos sites e mídias sociais
- Elaborar materiais de conscientização sobre a importância da padronização da comunicação institucional



Objetivo estratégico



Macroprocesso



Processo



Principais riscos



Tratamento aos riscos

9

Fortalecer a inovação e a transferência de conhecimento e de tecnologia



Pesquisa

Fundação de Apoio

Receber informações incompletas

Elaboração de fluxo do procedimento para utilizar a fundação de apoio

Convênios e Estágios Internacionais

Acidentes

Atuação do supervisor, orientação do aluno, cuidados da concedente no atendimento à legislação

Revista de Extensão

Ausência de submissão de artigos

Aumentar a divulgação, aumentar a qualidade da revista, aumentar o interesse das pessoas em procurar a revista

Extensão

Coordenação de Programas, Projetos e Ações

Ausência ou fragilidade na divulgação do edital

Reforçar, aos Coordenadores de Extensão, o pedido de ajuda para auxiliarem na divulgação dos Editais nos seus respectivos *campus*

Dificuldade na execução do programa, projeto, evento, ação

- Aprimorar o Planejamento Orçamentário da PROEX
- Planejar melhor todas as atividades inerentes a realização da ação

Falta ou atraso nos repasses de recursos para pagamento de bolsas, aquisição de materiais e contratação de serviços

— Aprimorar o Planejamento Orçamentário da PROEX

10

Promover a integração do Ensino, da Pesquisa e da Extensão



Extensão

Coordenação de Programas, Projetos e Ações

Encerramento inadequado do edital

Aumentar a frequência das reuniões de análise/conferência da prestação de contas

Resultados da gestão



Objetivo Estratégico 1 > Garantir e desenvolver a infraestrutura dos *campi*

Neste Capítulo apresenta-se o alcance das metas traçadas para o ano de 2018, seus indicadores e o alinhamento com os objetivos estratégicos. No alinhamento Institucional, foram definidas Metas Globais envolvendo os 15 *campi* e a Reitoria. Essas metas foram traçadas em conjunto pela Reitora, pelos Pró-reitores e Diretores Gerais dos *campi*.

O detalhamento do atingimento das metas e as justificativas de não atingimento das metas propostas para 2018, são publicizados no site do IFC, na Aba Institucional, em **Documentos Orientadores**.



As informações foram fornecidas pelos Diretores Gerais de cada *campus*.

Legenda

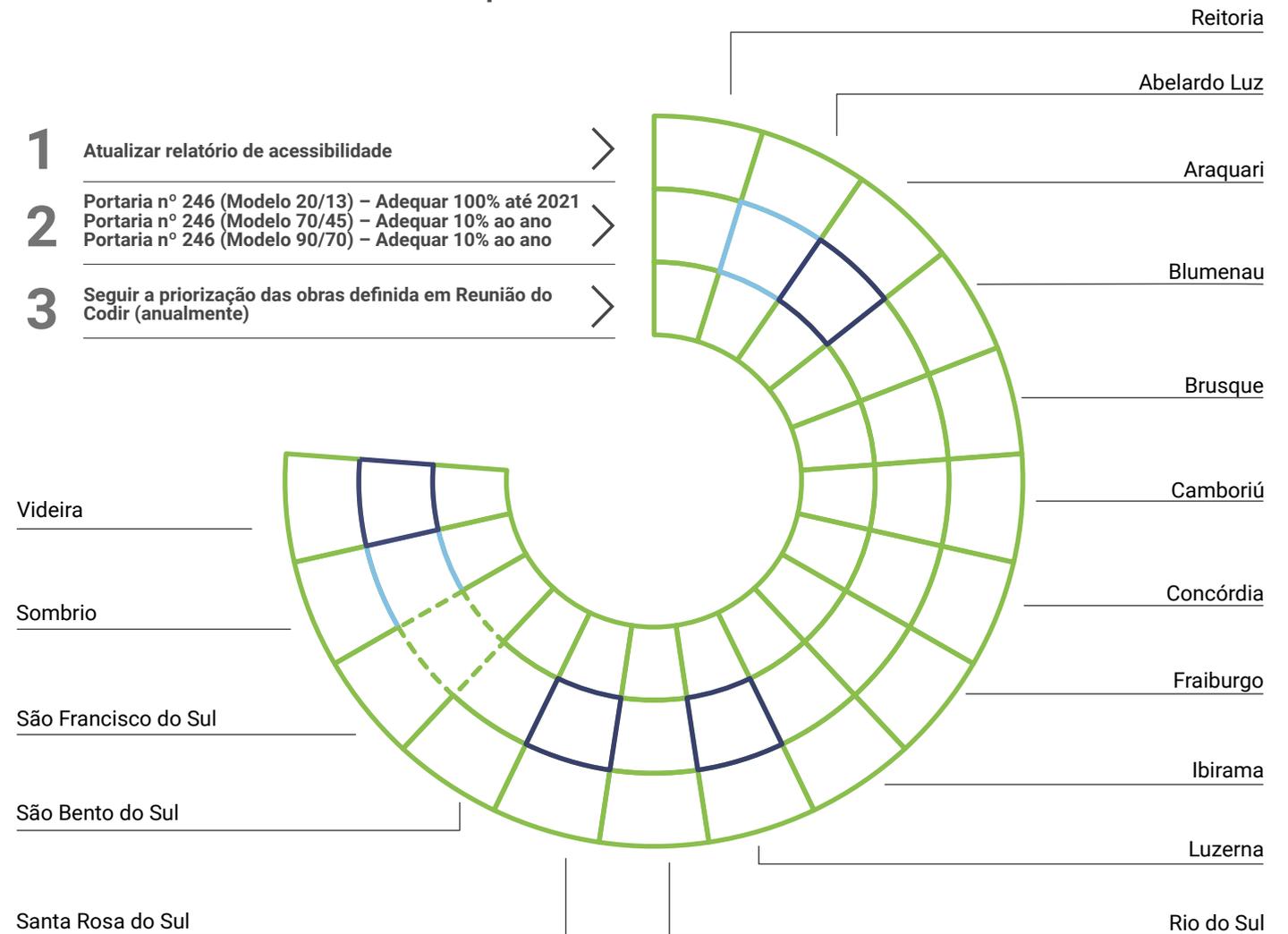
- Meta planejada atingida
- Meta parcialmente atingida
- Meta não atingida
- Meta de acompanhamento para 2021

Indicadores de medida

1: Percentual de adequação da unidade referente à acessibilidade arquitetônica; 2: Percentual de adequação da unidade referente à regularização; 3: Infraestrutura mínima do *campus*.

Metas definidas para 2018

- 1 Atualizar relatório de acessibilidade >
- 2 Portaria nº 246 (Modelo 20/13) – Adequar 100% até 2021
Portaria nº 246 (Modelo 70/45) – Adequar 10% ao ano
Portaria nº 246 (Modelo 90/70) – Adequar 10% ao ano >
- 3 Seguir a priorização das obras definida em Reunião do Codir (anualmente) >



Objetivo Estratégico 2 > Promover a política de gestão de pessoas

Metas definidas para 2018

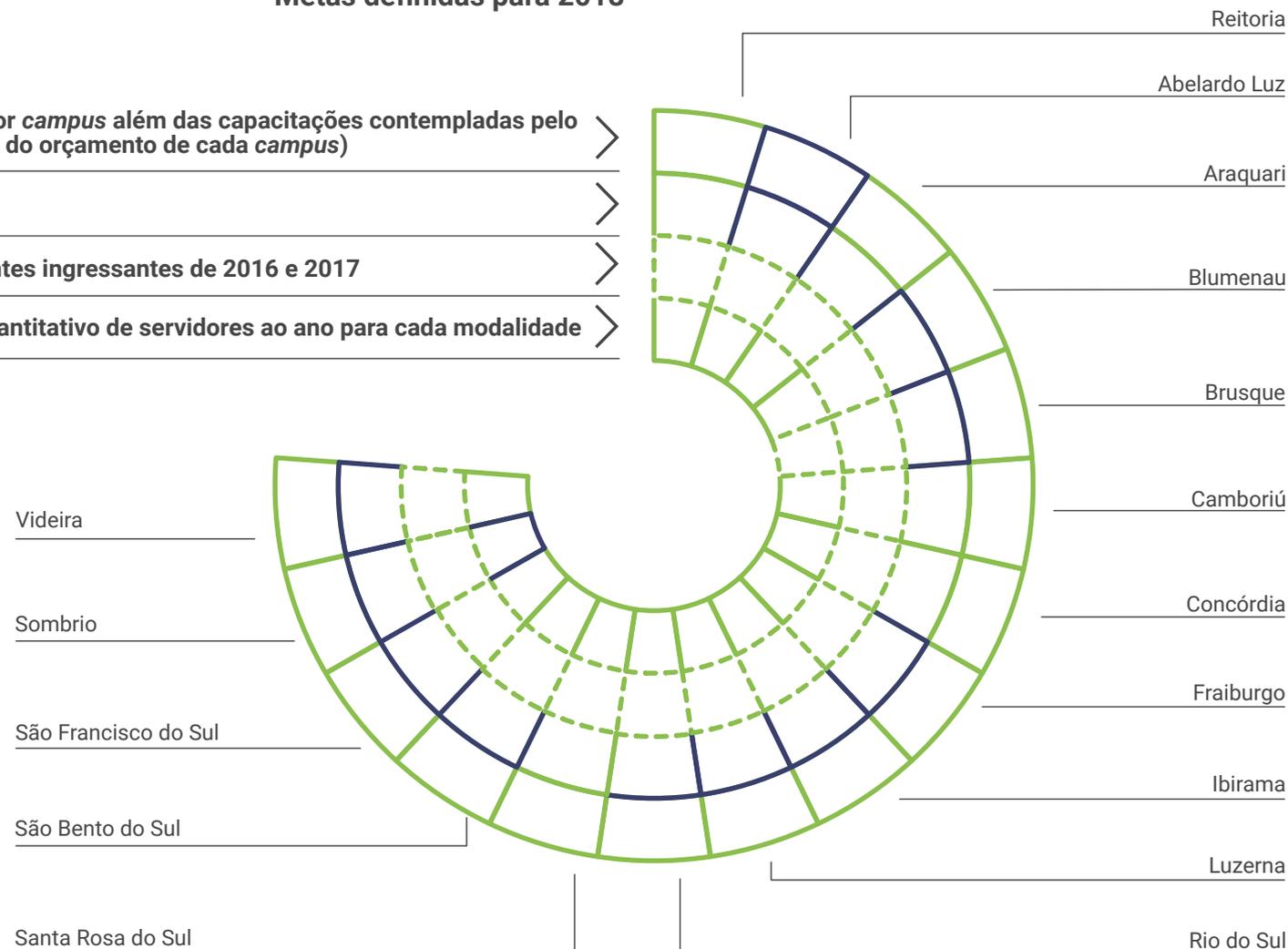
- 1 Ofertar, no mínimo, 01 capacitação por *campus* além das capacitações contempladas pelo Fundo para Capacitações (10% do 1% do orçamento de cada *campus*) >
- 2 Executar plano anual >
- 3 Capacitar 100% dos servidores docentes ingressantes de 2016 e 2017 >
- 4 Manter o compromisso de 12% do quantitativo de servidores ao ano para cada modalidade >

- As informações foram fornecidas pelos DG de cada *campus*.
- O detalhamento do atingimento dos objetivos estratégicos está disponível em: ifc.edu.br/documentos/.



Legenda

- Meta planejada atingida
- Meta parcialmente atingida
- Meta não atingida



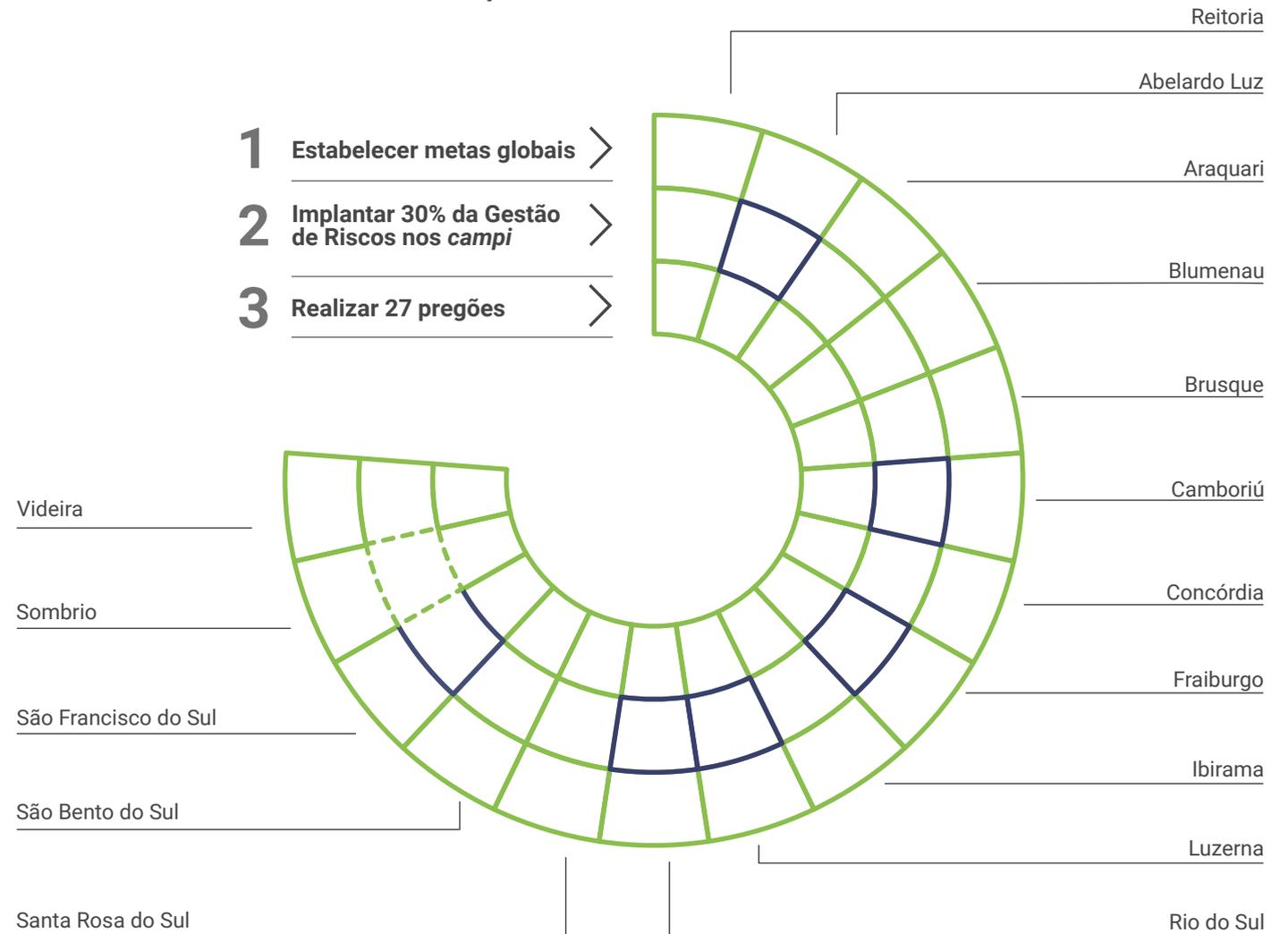
Indicadores de medida

1: Quantidade de capacitações ofertadas e quantidade de servidores capacitados; ; 2: Número de ações em atenção à saúde e à melhoria da qualidade de vida do servidor, e número de servidores atendidos; 3: Percentual de novos servidores capacitados pelo curso de Recepção ao Servidor; 4: Número de incentivos ao afastamento integral e PIQIFC.

Objetivo Estratégico 3 > Desenvolver e articular a prática da gestão institucional integrada

Metas definidas para 2018

- 1 Estabelecer metas globais >
- 2 Implantar 30% da Gestão de Riscos nos *campi* >
- 3 Realizar 27 pregões >



- As informações foram fornecidas pelos DG de cada *campus*.
- O detalhamento do atingimento dos objetivos estratégicos está disponível em: ifc.edu.br/documentos/.



Legenda

- Meta planejada atingida
- Meta parcialmente atingida
- Meta não atingida

Indicadores de medida

1: Número de *campi* com plano operacional referente ao Planejamento Estratégico desenvolvido; 2: Número de *campi* com Gestão de Risco implantada; 3: Quantidade de processos de aquisições e contratações institucionais.

Objetivo Estratégico 4 > Implantar a Política de Oferta de Cursos

Metas definidas para 2018

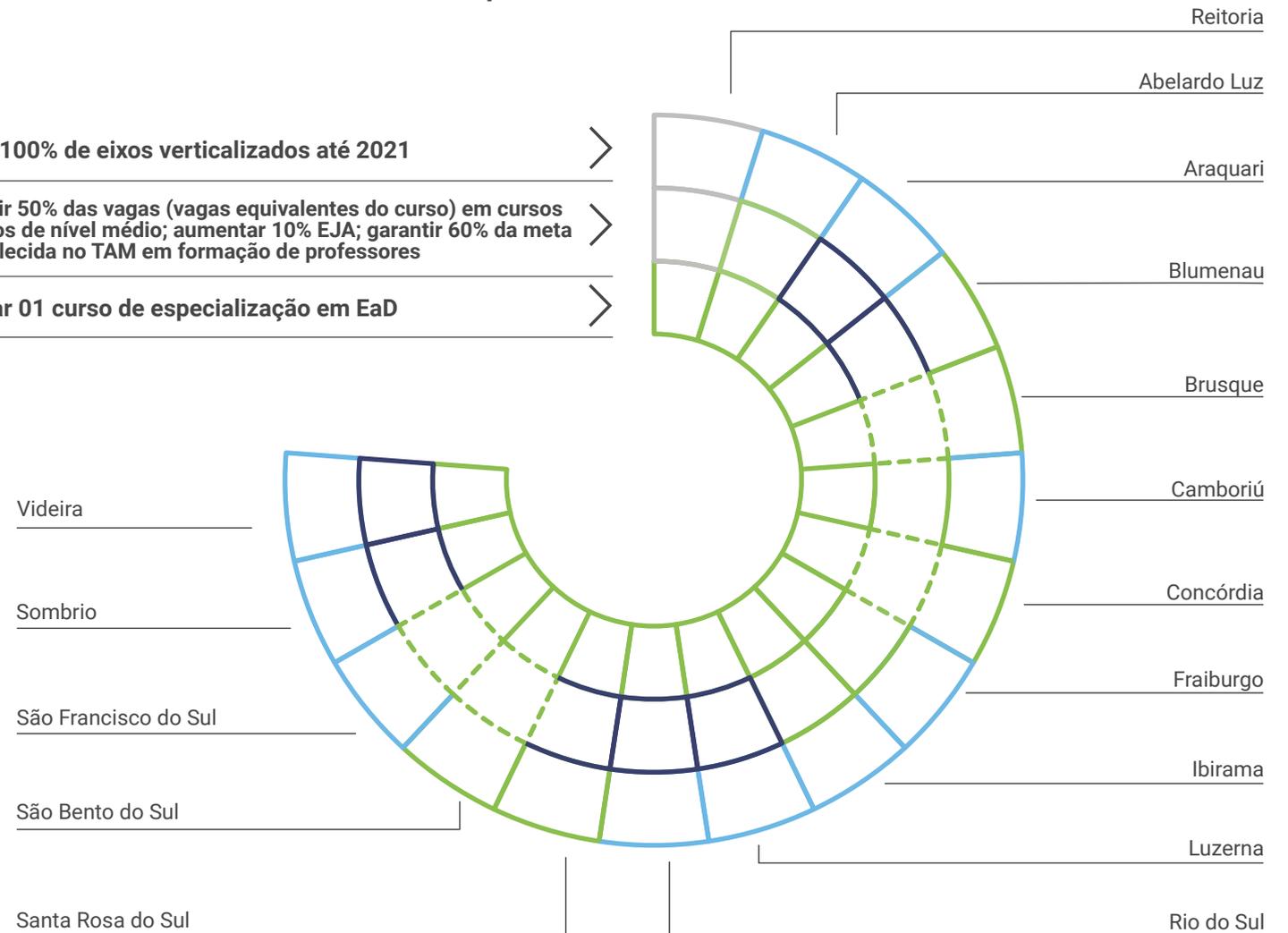
- 1 Obter 100% de eixos verticalizados até 2021 >
- 2 Garantir 50% das vagas (vagas equivalentes do curso) em cursos técnicos de nível médio; aumentar 10% EJA; garantir 60% da meta estabelecida no TAM em formação de professores >
- 3 Ofertar 01 curso de especialização em EaD >

- As informações foram fornecidas pelos DG de cada *campus*.
- O detalhamento do atingimento dos objetivos estratégicos está disponível em: ifc.edu.br/documentos/.



Legenda

- Meta planejada atingida
- Meta parcialmente atingida
- Meta não atingida
- Meta de acompanhamento para 2021
- Não se aplica



Indicadores de medida

1: Percentual de eixos verticalizados; 2: Percentual de vagas ofertadas em cursos técnicos de nível médio, Proeja e formação de professores; 3: Número de ofertas na modalidade EaD.

Objetivo Estratégico 5 > Instituir Políticas Institucionais para Tecnologias da Informação

Metas definidas para 2018

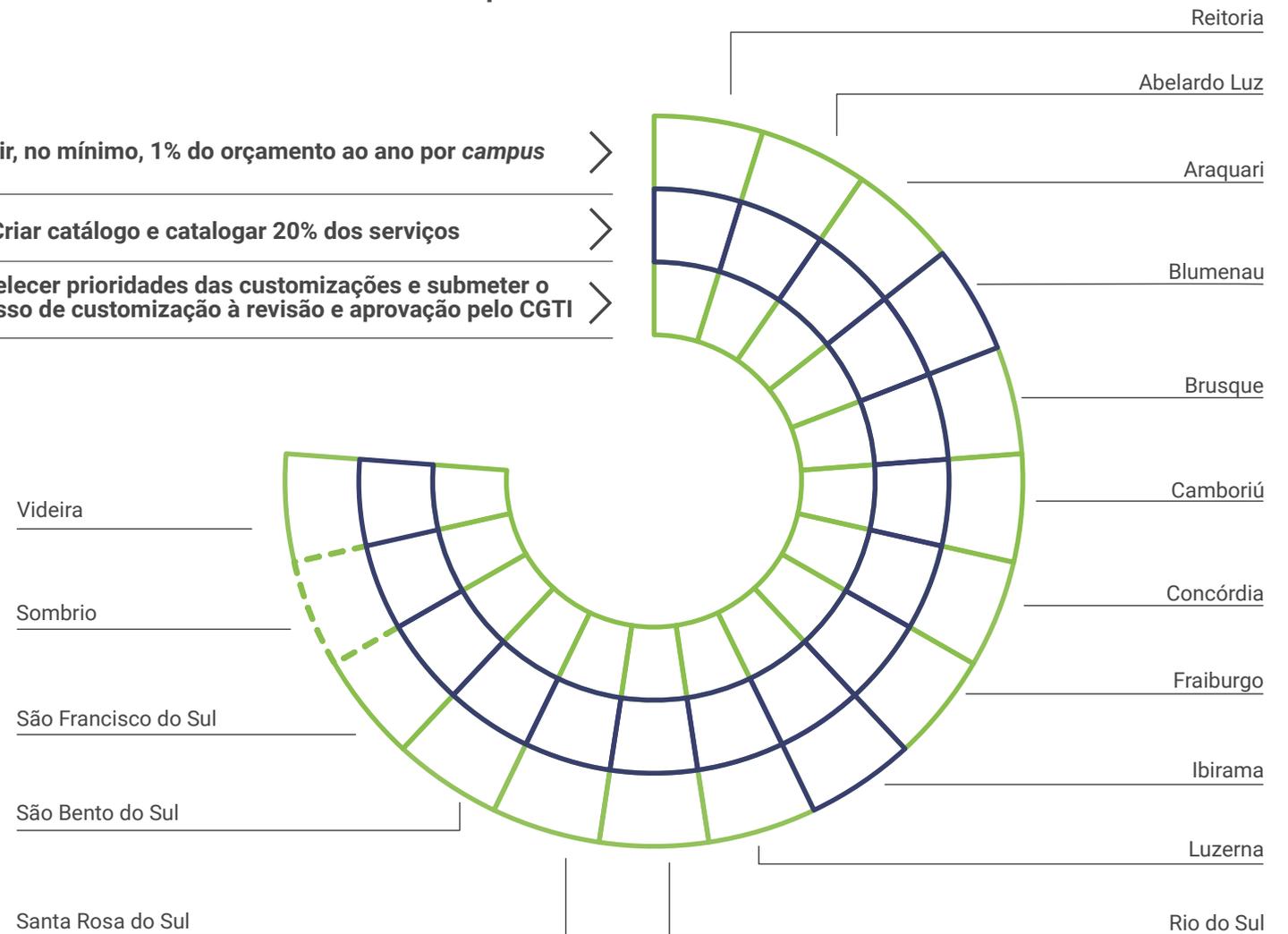
- 1 Investir, no mínimo, 1% do orçamento ao ano por *campus* >
- 2 DTI - Criar catálogo e catalogar 20% dos serviços >
- 3 Estabelecer prioridades das customizações e submeter o processo de customização à revisão e aprovação pelo CGTI >

- As informações foram fornecidas pelos DG de cada *campus*.
- O detalhamento do atingimento dos objetivos estratégicos está disponível em: ifc.edu.br/documentos/.



Legenda

- Meta planejada atingida
- Meta parcialmente atingida
- Meta não atingida



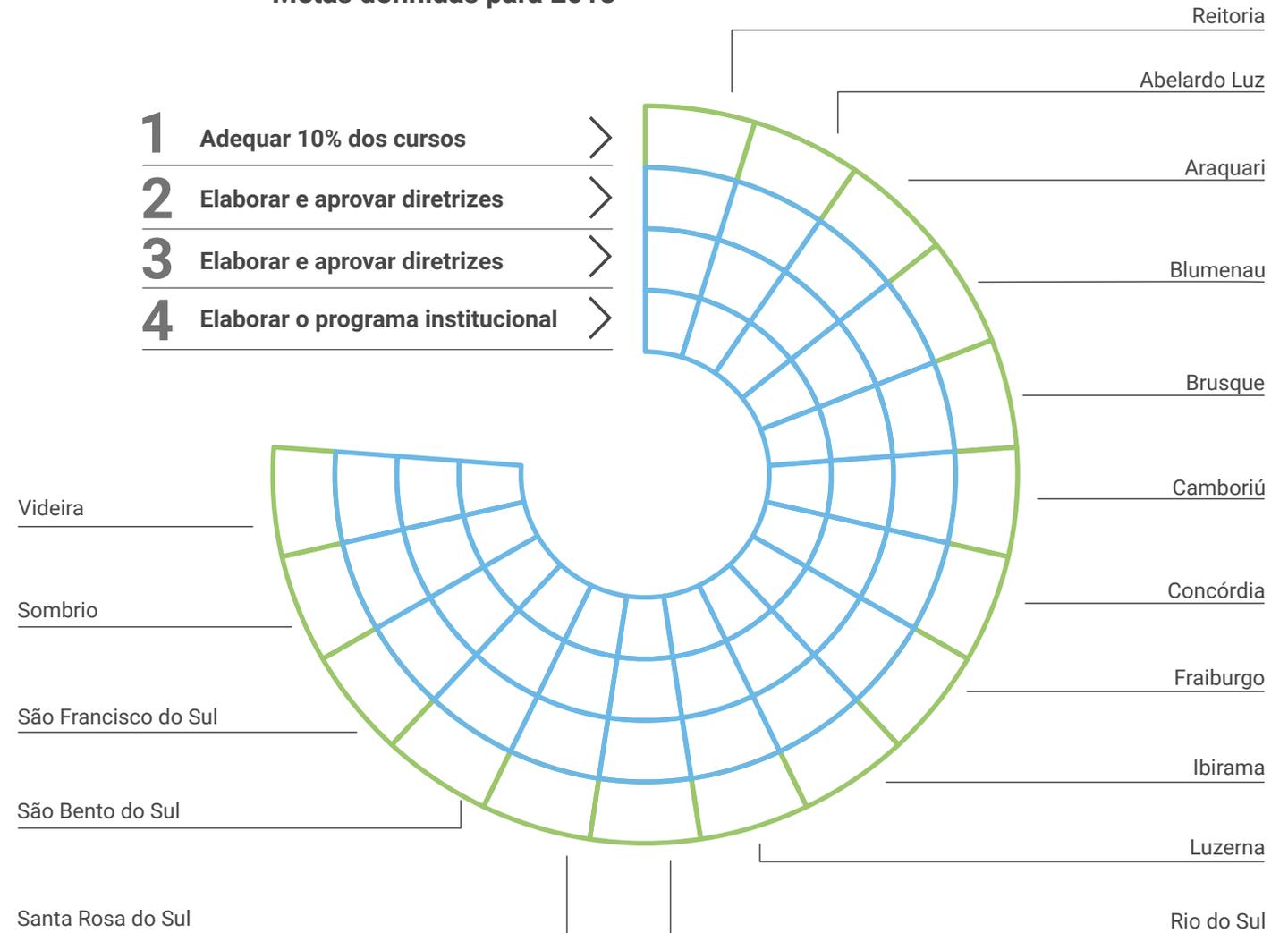
Indicadores de medida

1: Quantidade de valores investidos em ações de TI (investimento); 2: Número de serviços de TI ofertados na unidade em conformidade com as políticas institucionais de TI; 3: Número de customizações criadas para o SIG.

Objetivo Estratégico 6 > Aperfeiçoar Diretrizes Educacionais

Metas definidas para 2018

- 1 Adequar 10% dos cursos >
- 2 Elaborar e aprovar diretrizes >
- 3 Elaborar e aprovar diretrizes >
- 4 Elaborar o programa institucional >



- As informações foram fornecidas pelos DG de cada *campus*.
- O detalhamento do atingimento dos objetivos estratégicos está disponível em: ifc.edu.br/documentos/.



Legenda



Meta planejada atingida



Meta planejada para finalização em 2019

Indicadores de medida

1: Percentual de adequação dos cursos às diretrizes com 75% de unicidade das matrizes; 2: Percentual de cursos com Pesquisa e extensão curricularizadas; 3: Percentual de cursos autoavaliados; 4: Número de projetos de Ensino, Pesquisa ou Extensão voltados para a melhoria da qualidade da educação básica.

Objetivo Estratégico 7 > Consolidar o Programa de Acesso, Permanência e Êxito

Metas definidas para 2018

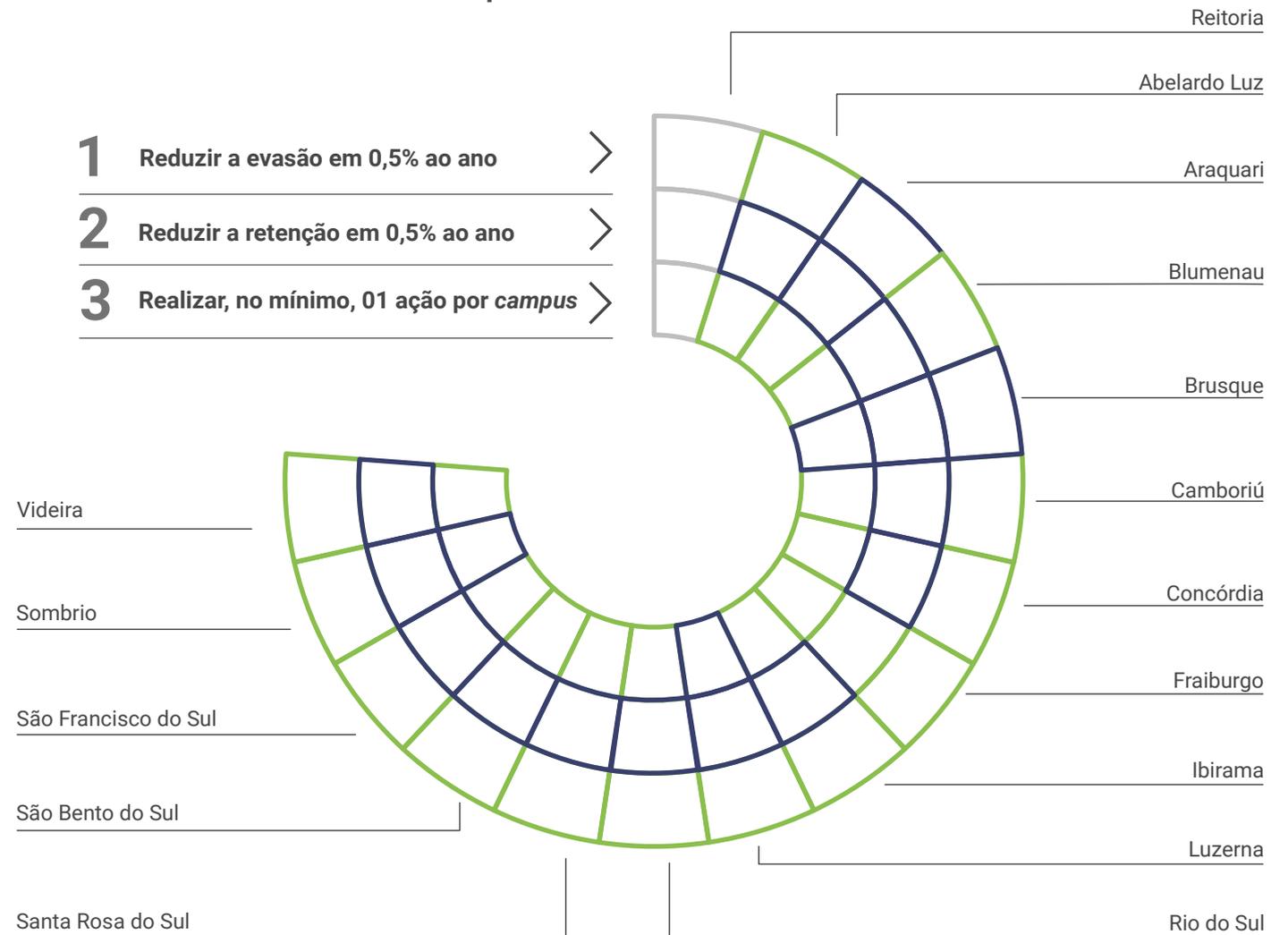
- 1 Reduzir a evasão em 0,5% ao ano >
- 2 Reduzir a retenção em 0,5% ao ano >
- 3 Realizar, no mínimo, 01 ação por *campus* >

- As informações foram fornecidas pelos DG de cada *campus*.
- O detalhamento do atingimento dos objetivos estratégicos está disponível em: ifc.edu.br/documentos/.



Legenda

- Meta planejada atingida
- Meta não atingida
- Meta de acompanhamento para 2021
- Não se aplica



Indicadores de medida

1: Índice de evasão; 2: Índice de retenção; 3: Número de ações para egressos ou envolvendo egressos.

Objetivo Estratégico 8 > Fortalecer a política de comunicação institucional

Metas definidas para 2018

- 1 Alocar 0,20% do orçamento >
- 2 Aumentar em 2% até 2021 >



- As informações foram fornecidas pelos DG de cada *campus*.
- O detalhamento do atingimento dos objetivos estratégicos está disponível em: ifc.edu.br/documentos/.



Legenda

- Meta planejada atendida
- Meta parcialmente atendida
- Meta não atendida
- Meta de acompanhamento para 2021

Indicadores de medida

1: Quantidade de valores alocados em ações de Comunicação; e o Percentual em relação ao orçamento; 2: Número de matérias publicadas internamente (informativo e site) e externamente; Número de ações para divulgação de processo de ingresso (visitas às escolas, panfletagem).

Objetivo Estratégico 9 > Fortalecer a Inovação e a Transferência de Conhecimento e de Tecnologia

Metas definidas para 2018

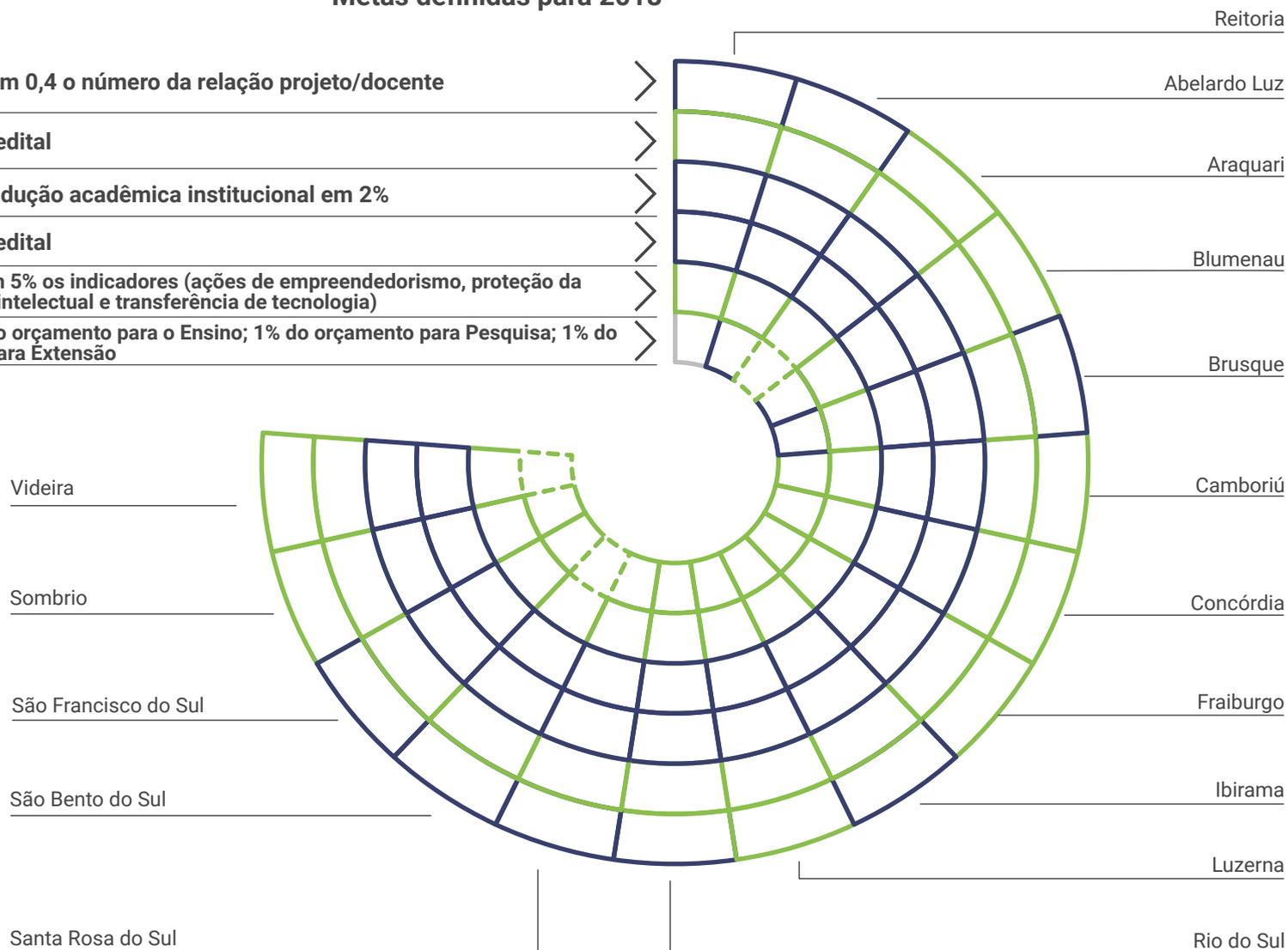
- 1 Aumentar em 0,4 o número da relação projeto/docente
- 2 Lançar um edital
- 3 Elevar a produção acadêmica institucional em 2%
- 4 Lançar um edital
- 5 Aumentar em 5% os indicadores (ações de empreendedorismo, proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia)
- 6 Utilizar 1% do orçamento para o Ensino; 1% do orçamento para Pesquisa; 1% do orçamento para Extensão

- As informações foram fornecidas pelos DG de cada *campus*.
- O detalhamento do atingimento dos objetivos estratégicos está disponível em: ifc.edu.br/documentos/.



Legenda

- Meta planejada atingida
- Meta parcialmente atingida
- Meta não atingida
- Não se aplica



Indicadores de medida

1: Número de projetos de Extensão, pesquisa e Ensino (nº de projetos/nº de docentes); 2: Número de projetos de Ação e Inovação Social; 3: Número de trabalhos apresentados, artigos e livros/capítulos publicados; 4: Número de obras publicadas pela editora do IFC; 5: Número de registros de PI e transferências tecnológicas (proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia). Número de Empresas Júnior e Incubadoras (ações de empreendedorismo); 6: Percentual do orçamento efetivamente utilizado em projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Objetivo Estratégico 10 > Promover a Integração do Ensino, da Pesquisa e da Extensão

Metas definidas para 2018

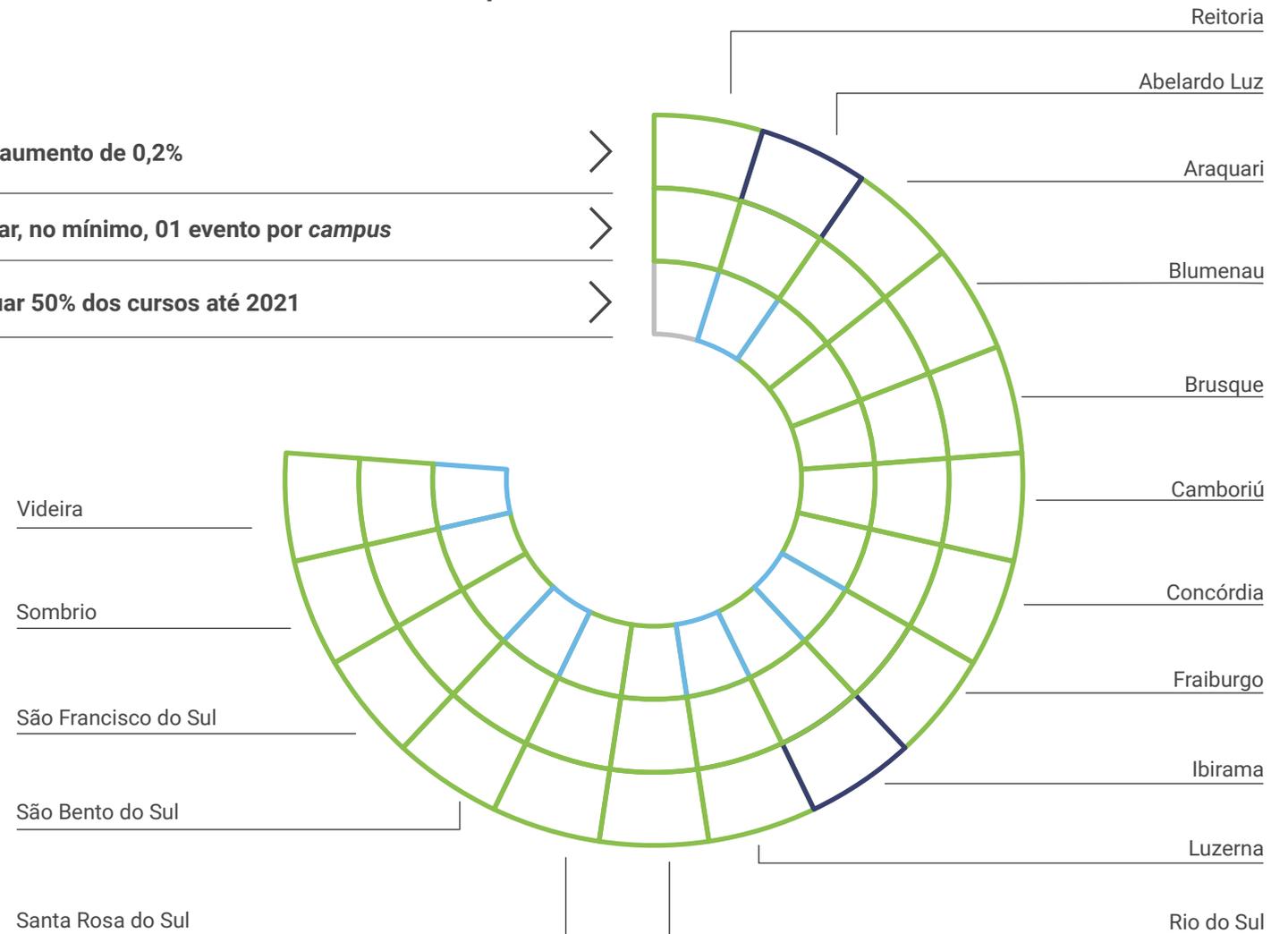
- 1 Obter aumento de 0,2%
- 2 Realizar, no mínimo, 01 evento por *campus*
- 3 Adequar 50% dos cursos até 2021

- As informações foram fornecidas pelos DG de cada *campus*.
- O detalhamento do atingimento dos objetivos estratégicos está disponível em: ifc.edu.br/documentos/.



Legenda

- Meta planejada atingida
- Meta não atingida
- Meta de acompanhamento para 2021
- Não se aplica



Indicadores de medida

1: Número de projetos integrados (Pesquisa e Extensão; ou Ensino e Pesquisa; ou Ensino e Extensão) - (nº de projetos/nº de docentes); 2: Número de eventos integrados; 3: Número de cursos que contemplem linhas e ações de Pesquisa e Extensão (definidas nos PPCs).

Cursos

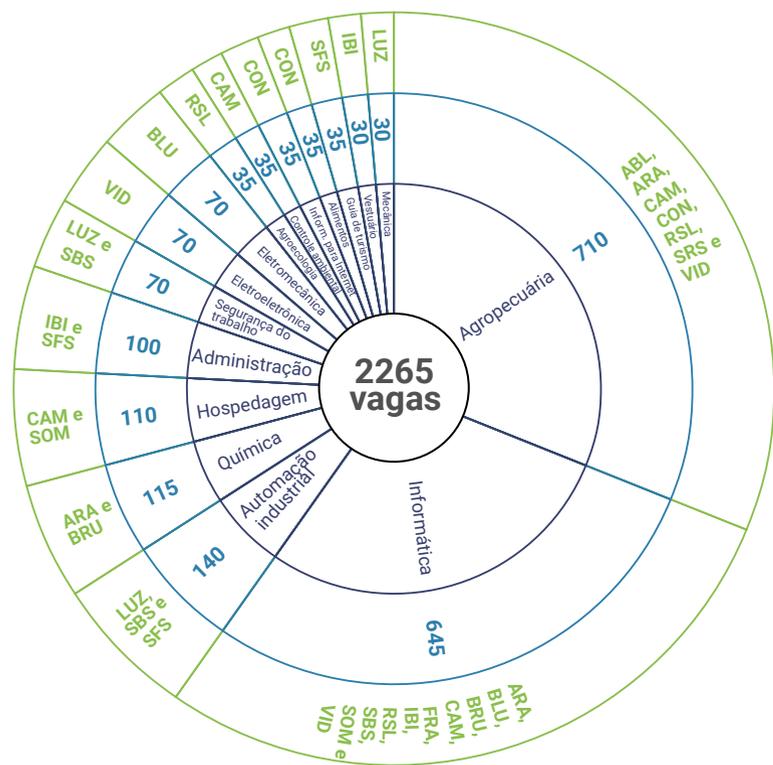
O IFC tem a sua atuação alinhada à finalidade dos Institutos Federais de ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional com ênfase no desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais.

Em 2018, o IFC disponibilizou para ingresso as seguintes vagas (ou os seguintes cursos):

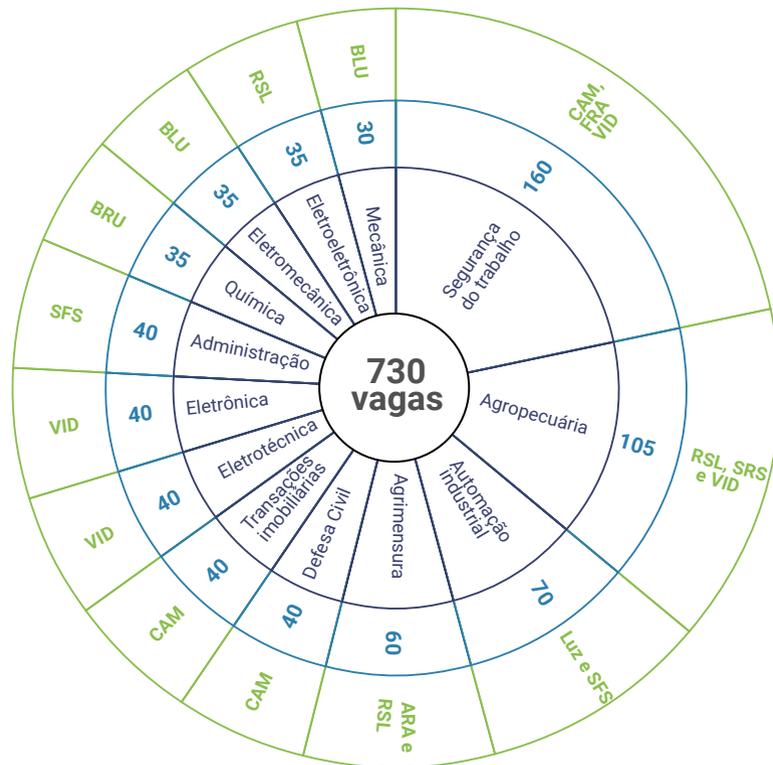
Relação de vagas ofertadas por nível de ensino e campus

Campi: Abelardo Luz (ABL), Araquari (ARA), Blumenau (BLU), Brusque (BRU), Camboriú (CAM), Concórdia (CON), Fraiburgo (FRA), Ibirama (IBI) Luzerna (LUZ), Rio do Sul (RSL), Santa Rosa do Sul (SRS), São Bento do Sul (SBS), São Francisco do Sul (SFS), Sombrio (SOM) e Videira (VID).

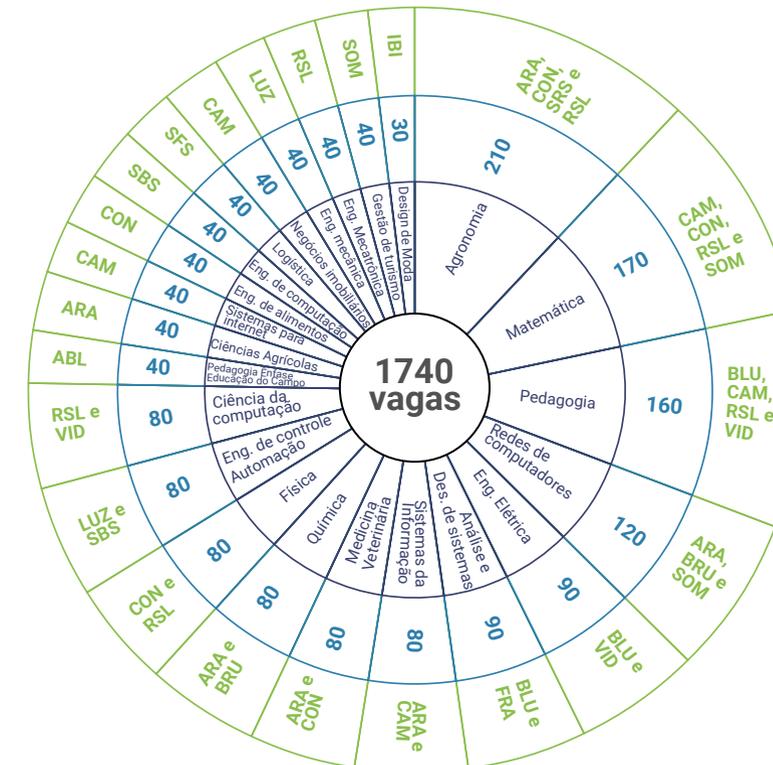
Técnico Integrado



Técnico Subsequente



Graduação



Relação de vagas ofertadas por nível de ensino e *campus*

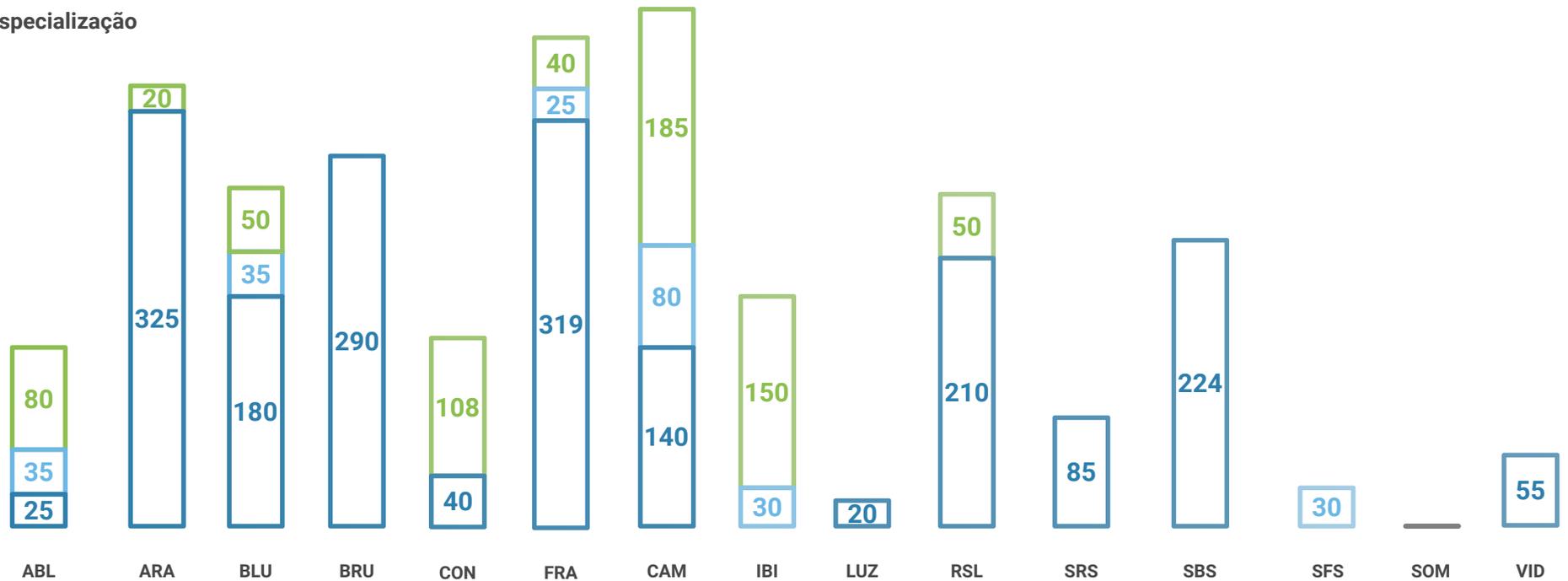
Qualificação Profissional, PROEJA e Especialização

- Qualificação Profissional
- PROEJA
- Especialização

1913
vagas

235
vagas

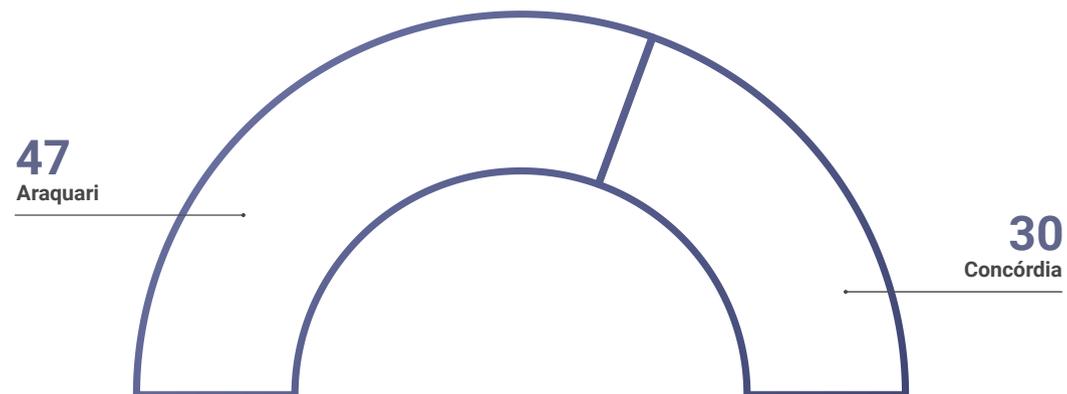
683
vagas



Mestrado

Mestrado profissional em produção e sanidade animal

77
vagas



Formas de acesso

Os editais dos processos seletivos estão disponíveis no **Portal de Ingresso**.



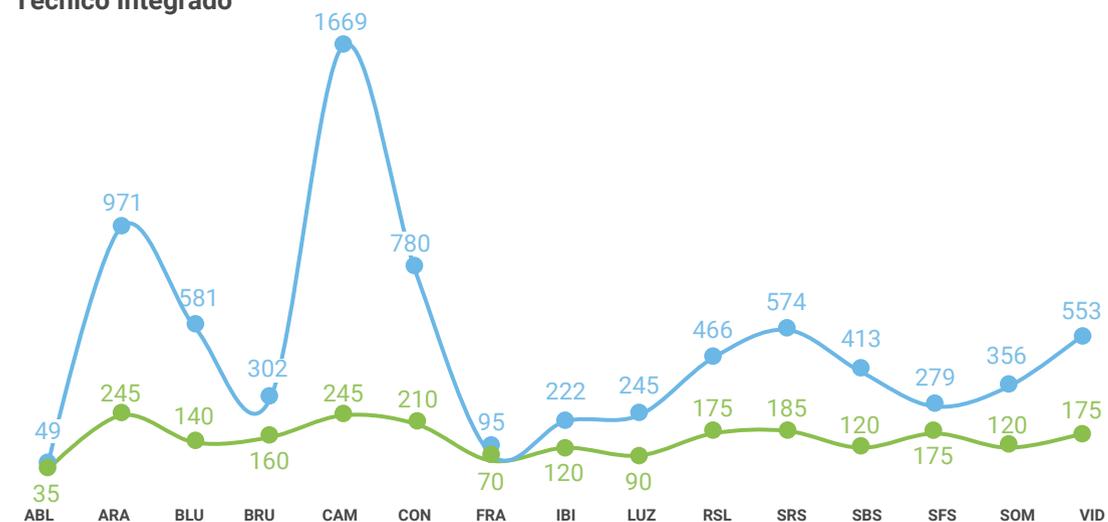
Ensino técnico

O IFC reserva vagas para as ações afirmativas conforme as leis nº 12.711/2012 e nº 13409/2016. Além destas, o IFC reserva 25% do total de vagas dos cursos de Agropecuária para candidatos oriundos da agricultura familiar, conforme política de Ações Afirmativas do IFC, Portaria Normativa nº 18/2012 e Resolução nº 37/2016 – CONSUPER/IFC.

Número de inscritos e número de vagas por campus

- Número de inscritos
- Número de vagas

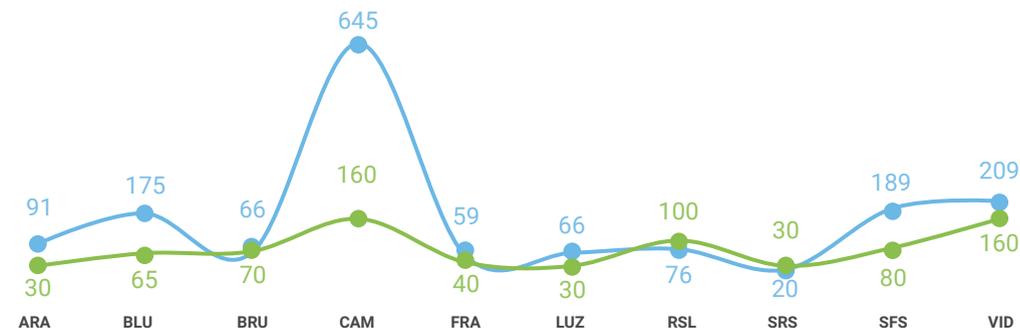
Técnico Integrado



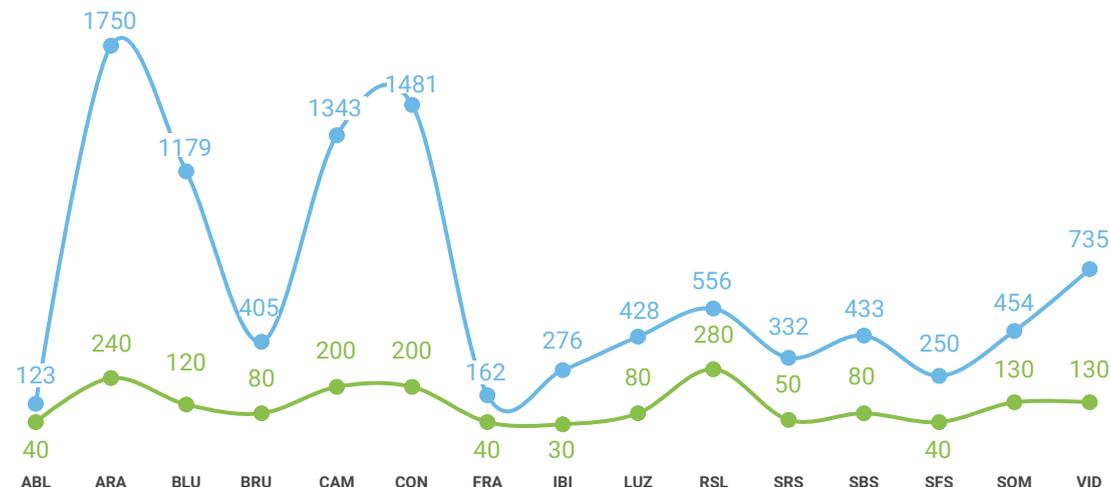
Graduação

O ingresso nos cursos de graduação o IFC se dá pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) com reserva de vagas para as ações afirmativas conforme as leis nº 12.711/2012 e nº 13409/2016. Além destes o IFC reserva 25% do total de vagas dos cursos de Licenciatura para candidatos que comprovam atuação docente na Rede Pública de Ensino conforme política de Ações Afirmativas do IFC, Portaria Normativa nº 18/2012, e Resolução nº 37/2016 – CONSUPER/IFC.

Técnico Subsequente e Concomitante



Graduação

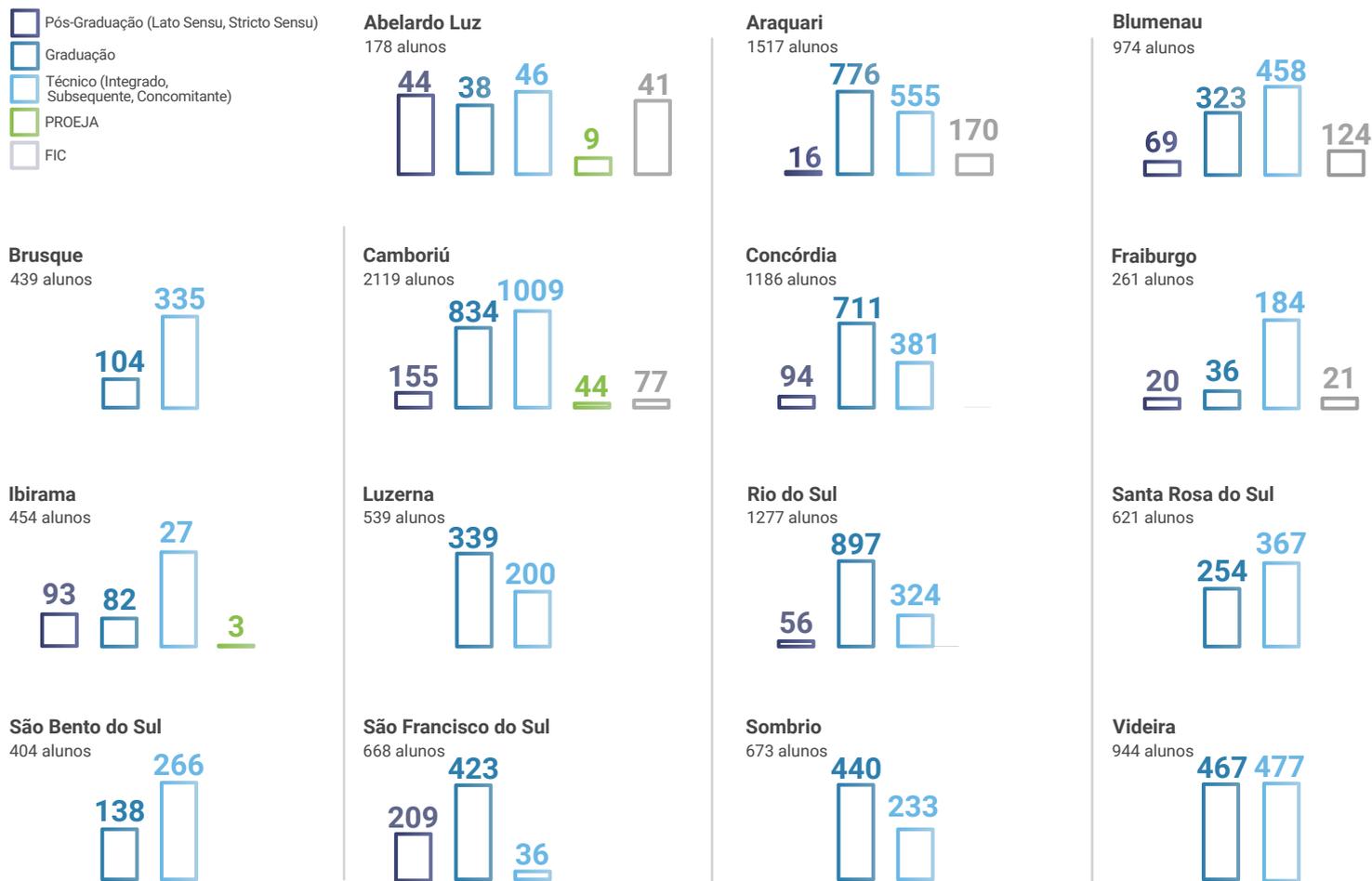


Matrículas

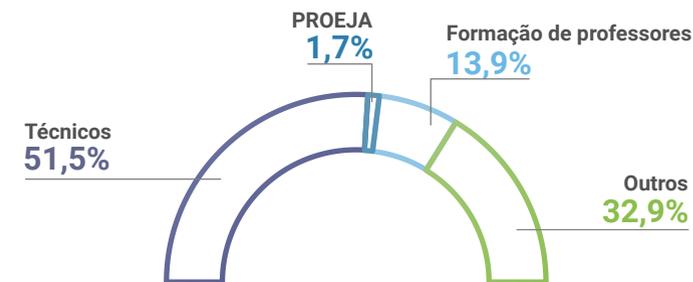
Comprometido com a expansão do serviço público, o número de matrículas foi ampliado de 10.522 em 2017 para 12.050 em 2018 no IFC. Considerando os fatores de equiparação de carga horária e de esforço do curso, em 2018 o IFC atendeu a 18.332 matrículas equivalentes.

Estudantes regularmente matriculados

- Pós-Graduação (Lato Sensu, Stricto Sensu)
- Graduação
- Técnico (Integrado, Subsequente, Concomitante)
- PROEJA
- FIC



A Lei nº 11.892/2008 estabelece os percentuais a serem atendidos pelos Institutos Federais, sendo os dados do IFC:



Técnico: o IFC oferta mais de 50% das vagas para educação profissional técnica de nível médio. O fortalecimento da integração curricular, como uma forma de inovação pedagógica, é uma das propostas e compromisso institucional com este nível de ensino, permeando as ações em 2018.

EJA: objetiva-se ampliar a oferta da Educação de Jovens e Adultos até atingir 10% do total das vagas. Para isto, trabalha-se na re/construção de política institucional com diretrizes para organização da EJA, com metodologia diferenciada e acessível ao público-alvo.

Formação de professores: o compromisso com a ampliação de 20% da vagas totais, materializadas em cursos de formação de professores, está consolidado pela política e diretrizes dos cursos do IFC, com a formação dos estudantes por meio de pesquisa e processos educativos alinhados à necessária melhoria da qualidade da educação e com foco especial à formação de professores para educação básica.

Outros: Estão compreendidos os cursos de bacharelado, tecnologia, pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Destacamos a ampliação dos programas de mestrado. Em 2018, o IFC passou a ofertar o curso de Educação Profissional e Tecnológica, somando-se ao Mestrado de Produção e Sanidade Animal ofertado desde 2016. Ainda, mais dois programas foram aprovados pela Capes em 2018, Mestrado em Tecnologia e Ambiente e Mestrado em Educação.

Programas, Projetos e Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão

A construção do conhecimento ocorre em diferentes tempos, espaços e movimentos. No IFC, os programas, projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão fortalecem e qualificam o processo formativo, articulando saberes, investigação e práticas pedagógicas que se constituem como princípio educativo. Deste movimento resulta o desenvolvimento do estudante e a melhoria das condições de vida das pessoas por meio da inovação, da transferência de conhecimentos e tecnologias estendidas à comunidade, compreendendo a integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e da formação profissional. Para viabilizar tais atividades, cada *campus* do IFC destina 3% do seu orçamento, além dos recursos institucionais e extra orçamentários. A seguir, destacam-se diversas destas iniciativas:

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID

Número de Núcleos

4	Licenciatura em Química	Araquari
	Licenciatura em Matemática	Concórdia Camboriú e Sombrio
	Licenciatura em Pedagogia	Abelardo Luz e Videira

Número de bolsistas por função



Programa de Educação Tutorial – PET

Número de grupos

2	Agroecologia Rural Sustentável	Rio do Sul
	Educação, Trabalho, Meio Ambiente e Responsabilidade Social	Camboriú

Número de bolsistas por função



Programa de Residência Pedagógica – RP

Número de cursos

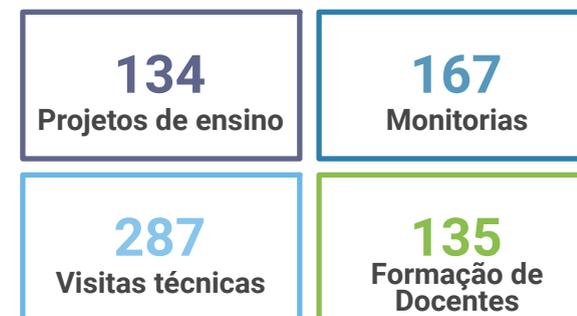
2	Licenciatura em Matemática	Camboriú Concórdia Sombrio
	Licenciatura em Física	Concórdia

Número de bolsistas por função



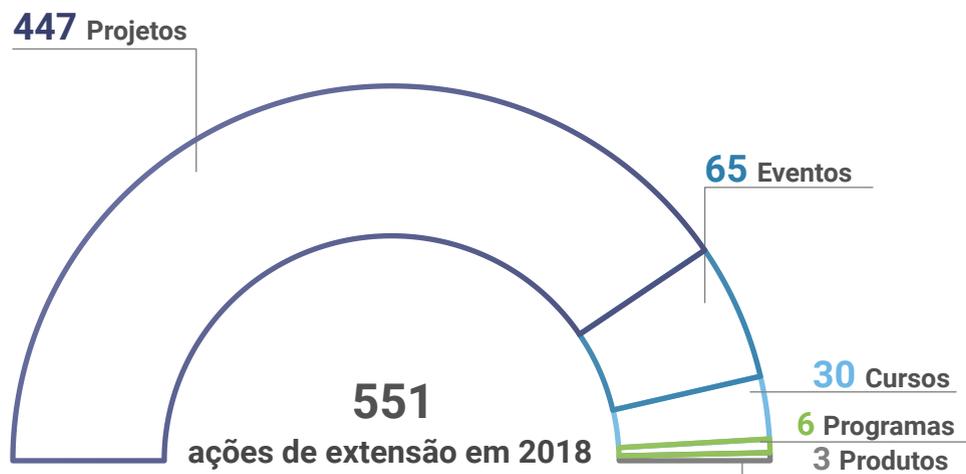
Ações e atividades de ensino

- Projetos de ensino
- Monitorias
- Visitas técnicas
- Formação de Docentes



Atividades extensionistas

A extensão interliga as atividades de ensino e pesquisa-inovação às demandas da sociedade, considerando projetos, eventos e cursos com os seguintes quantitativos no ano de 2018.



Número de ações por área temática em 2018

Comunicação	15
Cultura	32
Direitos humanos e justiça	5
Educação	76
Meio ambiente	89
Multidisciplinar	51
Saúde	15
Tecnologia e produção	52
Trabalho	21

Atendimentos aos arranjos produtivos sociais e culturais locais



*Técnicos: nº 465; docentes: nº 389; discentes: nº 416; sociedade civil: nº 226.

Valores de custeio e investimento na extensão



*Número de bolsistas médio/técnico: nº 23; número de bolsistas ensino superior: nº 81.

Parcerias e convênios com a sociedade



Estágio, emprego e egressos



Programa de apoio à produção e publicação científica e tecnológica (PAPCT)

Apoio a Projetos aplicados aos arranjos produtivos sociais e culturais locais, aos comitês de ética no uso de animais, às coordenações de pesquisa e extensão nos *campi* e à realização de eventos técnicos científicos:



83 bolsas a alunos de graduação

23 bolsas a alunos do ensino médio integrado

totalizando
R\$ 378.000,00

com recursos orçamentários da pesquisa, extensão e inovação

R\$ 450.000,00

para aquisição de itens de custeio a

54

projetos contemplados, via cartão pesquisador, com recursos orçamentários da pesquisa, extensão e inovação

Apoio a publicação de trabalhos

14 propostas > totalizando
R\$ 4.200,00

Além disso, a Editora do IFC publicou



8 obras em 2018, a um custo total da ordem de
R\$ 3.000,00

Programa Institucional de bolsas de iniciação científica e tecnológica – CNPq

12 bolsas de Iniciação Científica, no montante de R\$ 57.600,00	2 bolsas de Iniciação Científica – Ações Afirmativas, no montante de R\$ 9.600,00
60 bolsas de Iniciação Científica Junior (PIBIC-EM), destinadas a alunos do ensino médio integrado, no montante de R\$ 72.000,00	18 bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, no montante de R\$ 86.400,00
R\$72.000,00 com recursos da pesquisa do IFC	

Resumo da produção científica



Inovação

a) **20** bolsas mensais, totalizando
R\$ 87.600,00

b) **39** registros de propriedade intelectual, a um custo de aproximadamente
R\$ 5.000,00

c) **R\$ 120.000,00** do orçamento de 2018 (inovação), para despesas de capital e custeio via cartão pesquisador

Eventos

Os estudantes e servidores do IFC vivenciam experiências formativas e integradoras por meio da ciência, arte, cultura, esporte e lazer, fomentadas em eventos científicos, esportivos e culturais, com estímulo à participação da comunidade acadêmica em atividades de ensino, pesquisa e de extensão.

Os *campi* organizam suas semanas acadêmicas, feiras, olimpíadas de conhecimento, dentre outros. E institucionalmente, destacam-se os seguintes eventos institucionais:

MICTI e IFCultura

Os eventos Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar e IFCultura ocorrem simultaneamente e são organizados pelas Pró-Reitorias de Ensino, de Extensão e de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação. Em 2018, os eventos foram realizados no *Campus* São Bento do Sul, com a apresentação de, aproximadamente:



250 trabalhos de ensino, pesquisa e extensão



150 estudantes, apresentadores de peças culturais (música, dança, poesia, teatro, dentre outros)



Para a sua realização, foram investidos cerca de
R\$ 400.000,00
valor este rateado entre a Reitoria e os *campi* do IFC

Jogos

Com objetivo de proporcionar momentos de integração e prática esportiva entre a comunidade acadêmica, os **Jogos** são organizados em etapa interna, regional e nacional.

Participantes em 2018

JIFC



736
estudantes

JIFSul



126
estudantes

JIFs



11
estudantes

Seminário de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio

Em sua segunda edição, o **Seminário** foi realizado no *Campus* Brusque no ano de 2018 e teve como objetivo desenvolver formação, contextualização, discussão e elaboração das diretrizes para a Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio do IFC.



150 participantes, dentre docentes e técnico administrativos e estudantes

Fórum de Formação de Professores

Em continuidade às ações que já vinham sendo desenvolvidas no IFC pelo Prodocência, o **Fórum** foi sediado em Rio do Sul em 2018, congregando os cursos de Licenciaturas, especializações e mestrados, bem como os programas PIBID e Residência Pedagógica, com vistas à articulação institucional para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.



200 participantes, dentre docentes e técnico administrativos

Atendimento ao estudante

O acompanhamento aos estudantes, no IFC, se constitui de estratégias efetivas para o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem. São desenvolvidos programas e ações, por equipes multiprofissionais compostas por docentes e profissionais técnicos das áreas de Pedagogia, Serviço Social, Psicologia, Nutrição, Enfermagem, entre outras, conforme especificidades de cada *campus*.

Atendimento da Equipe Multiprofissional

Com as diferentes especialidades profissionais, as equipes multiprofissionais atuam de forma articulada para o processo de formação integral do estudante com ações de apoio pedagógico, atendimento aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, orientação e sensibilização sobre temáticas como promoção de saúde, bem-estar e inclusão dos discentes com deficiência.



Atendimento Educacional Especializado

É o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação e com necessidades específicas que demandam acompanhamento pedagógico contínuo.



Alimentação Escolar

Gradativamente vem sendo executado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com complementação de orçamento próprio em diversos *campi* do IFC. Em 2018 houve oferta de alimentação escolar nos *campi* Abelardo Luz, Araquari, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, sendo o serviço realizado de acordo com as especificidades de cada *campus*.



Auxílios Estudantis

O IFC possui o Programa de Auxílios Estudantis (PAE), que tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no âmbito do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O PAE oferta três modalidades de auxílios estudantis: Auxílio Moradia, Auxílio Permanência I e Auxílio Permanência II.

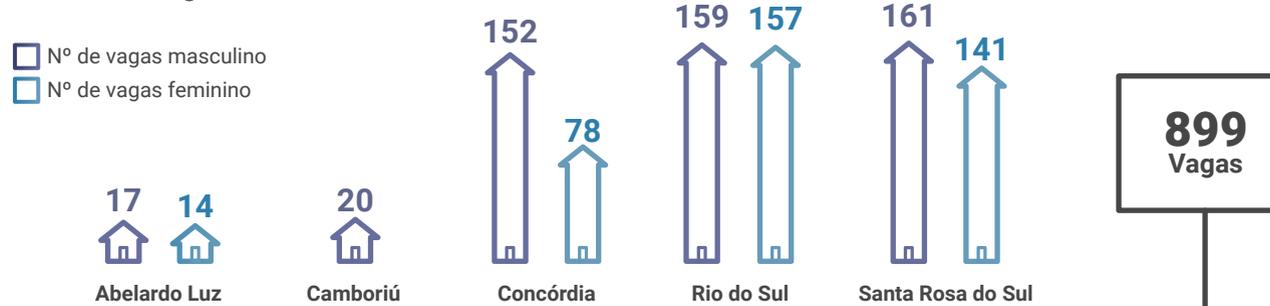
Além do PAE, são ofertados auxílios financeiros para participação dos estudantes em eventos e visitas técnicas e para participação destes nos Jogos dos Institutos Federais.



Moradia Estudantil

A moradia estudantil tem a finalidade de oportunizar condições de acesso, permanência e êxito aos estudantes do IFC, por meio da oferta de alojamento, alimentação e outros serviços, promovendo a inclusão social por meio da equidade entre os estudantes. A oferta de vagas se dá de acordo com a disponibilidade de cada *campus*.

Número de vagas



Desafios futuros

Apresenta-se neste momento as metas propostas para os anos de 2019 a 2021 definidas no Planejamento Estratégico.



Indicadores de medidas

Metas

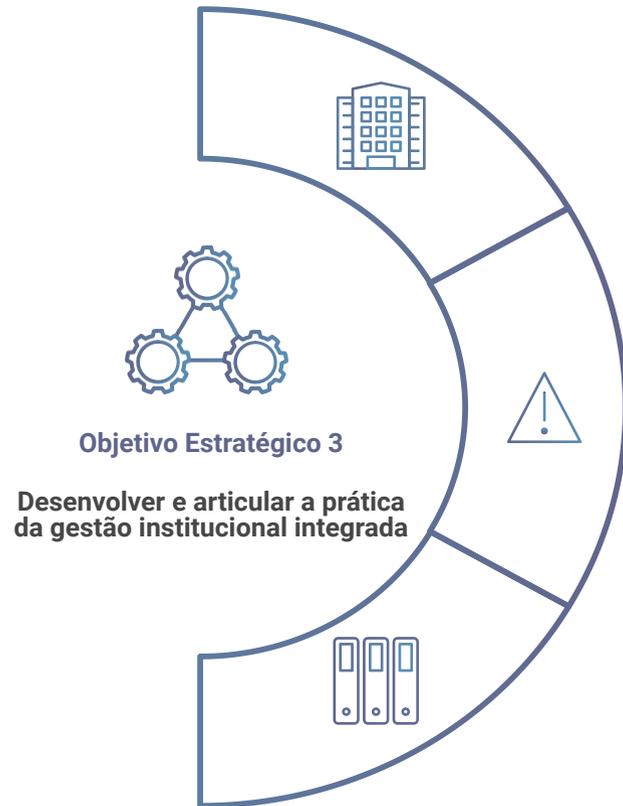
	2019	2020	2021
Percentual de adequação da unidade referente à acessibilidade arquitetônica	Obter melhoria de 10% ao ano por <i>campus</i>	Obter melhoria de 10% ao ano por <i>campus</i>	Obter melhoria de 10% ao ano por <i>campus</i>
Percentual de adequação da unidade referente à regularização	Portaria nº 246 (Modelo 20/13) – Adequar 100% até 2021 Portaria nº 246 (Modelo 70/45) – Adequar 10% ao ano Portaria nº 246 (Modelo 90/70) – Adequar 10% ao ano		
Infraestrutura mínima do <i>campus</i>	Seguir a priorização das obras definida em Reunião do Codir (anualmente)		



Indicadores de medidas

Metas

	2019	2020	2021
Quantidade de capacitações ofertadas e quantidade de servidores capacitados	Ofertar, no mínimo, 01 capacitação por <i>campus</i> além das capacitações contempladas pelo Fundo para Capacitações (10% do 1% do orçamento de cada <i>campus</i>)	Ofertar, no mínimo, 01 capacitação por <i>campus</i> além das capacitações contempladas pelo Fundo para Capacitações (10% do 1% do orçamento de cada <i>campus</i>)	Ofertar, no mínimo, 01 capacitação por <i>campus</i> além das capacitações contempladas pelo Fundo para Capacitações (10% do 1% do orçamento de cada <i>campus</i>)
Número de ações em atenção à saúde e à melhoria da qualidade de vida do servidor, e número de servidores atendidos	Executar plano anual	Executar plano anual	Executar plano anual
Percentual de novos servidores capacitados pelo curso de Recepção ao Servidor	Capacitar 100% dos servidores docentes ingressantes em 2018	Capacitar 100% dos servidores docentes ingressantes no corrente ano	Capacitar 100% dos servidores docentes ingressantes no corrente ano
Número de incentivos ao afastamento integral e PIQIFC	Manter o compromisso de 12% do quantitativo de servidores ao ano para cada modalidade	Manter o compromisso de 12% do quantitativo de servidores ao ano para cada modalidade	Manter o compromisso de 12% do quantitativo de servidores ao ano para cada modalidade



Indicadores de medidas

Metas

2019

2020

2021

Número de *campi* com plano operacional referente ao Planejamento Estratégico desenvolvido

Desenvolver em 100% dos *campi* o plano operacional

-

-

Número de *campi* com Gestão de Risco implantada

Implantar 100% da Gestão de Riscos nos *campi*

-

-

Quantidade de processos de aquisições e contratações institucionais

Realizar 30 pregões

Realizar 30 pregões

Realizar 30 pregões



Indicadores de medidas

Metas

2019

2020

2021

Percentual de eixos verticalizados

Obter 100% de eixos verticalizados até 2021

Percentual de vagas ofertadas em cursos técnicos de nível médio, Proeja e formação de professores

Garantir 50% de vagas em cursos técnicos de nível médio; aumentar 30% em EJA; garantir 70% da meta estabelecida no TAM em formação de professores

Garantir 50% de vagas em cursos técnicos de nível médio; aumentar 40% em EJA; garantir 80% da meta estabelecida no TAM em formação de professores

Garantir 50% de vagas em cursos técnicos de nível médio; aumentar 50% em EJA; garantir 90% da meta estabelecida no TAM em formação de professores

Número de ofertas na modalidade EaD (regular)

Elaborar diretrizes de EaD

Ofertar 01 curso de graduação em EaD

Ofertar 01 curso de graduação em EaD



Indicadores de medidas

Metas

2019

2020

2021

Quantidade de valores investidos em ações de TI (investimento)

Investir, no mínimo, 1% do orçamento ao ano por *campus*

Investir, no mínimo, 1% do orçamento ao ano por *campus*

Investir, no mínimo, 1% do orçamento ao ano por *campus*

Número de serviços de TI ofertados na unidade em conformidade com as políticas institucionais de TI

Catalogar 50% dos serviços

Catalogar 80% dos serviços

Catalogar 100% dos serviços

Número de customizações criadas para o SIG

Executar as demandas



Indicadores de medidas

Metas

	2019	2020	2021
Percentual de adequação dos cursos às diretrizes com 75% de unicidade das matrizes	Adequar 50% dos cursos	Adequar 90% dos cursos	Adequar 100% dos cursos
Percentual de cursos com Pesquisa e Extensão curricularizadas	Elaborar e aprovar a diretriz	Curricularizar a Pesquisa e a Extensão em 30% dos cursos de graduação e 20% dos cursos técnicos	Curricularizar a Pesquisa e a Extensão em 60% dos cursos de graduação e 30% dos cursos técnicos
Percentual de cursos autoavaliados	Institucionalizar a autoavaliação em 100% dos cursos técnicos	Alinhar a autoavaliação em 100% dos cursos de graduação	-
Número de projetos de Ensino, Pesquisa ou Extensão voltados para a melhoria da qualidade da educação básica	Elaborar o programa institucional	Aumentar em 10% o número de projetos	Aumentar em 20% o número de projetos



Indicadores de medidas

Metas

2019

2020

2021

Índice de evasão

Reduzir a evasão em 0,5% ao ano

Reduzir a evasão em 0,5% ao ano

Reduzir a evasão em 0,5% ao ano

Índice de retenção

Reduzir a retenção em 0,5% ao ano

Reduzir a retenção em 0,5% ao ano

Reduzir a retenção em 0,5% ao ano

Número de ações para egressos ou envolvendo egressos

Realizar, no mínimo, 01 ação por *campus*

Realizar, no mínimo, 01 ação por *campus*

Realizar, no mínimo, 01 ação por *campus*

	Metas		
	2019	2020	2021
 Objetivo Estratégico 8 Fortalecer a política de comunicação institucional	Quantidade de valores alocados em ações de Comunicação	Alocar 0,25% do orçamento	Alocar 0,25% do orçamento
	Número de matérias publicadas Internamente (informativo e site) e externamente; Número de ações para divulgação de processo de ingresso (visitas às escolas, panfletagem)		Aumentar em 2% até 2021



Indicadores de medidas

Metas

	2019	2020	2021
Número de projetos de Extensão, Pesquisa e Ensino (nº de projetos/nº de docentes)	Aumentar em 0,5% o número da relação projeto/docente	Aumentar em 0,6% o número da relação projeto/docente	Aumentar em 0,7% o número da relação projeto/docente
Número de projetos de Ação e Inovação Social	Realizar no mínimo 02 projetos por <i>campus</i>	Realizar no mínimo 02 projetos por <i>campus</i>	Realizar no mínimo 02 projetos por <i>campus</i>
Número de trabalhos apresentados, artigos e livros/capítulos publicados	Elevar a produção acadêmica institucional em 2%	Elevar a produção acadêmica institucional em 2%	Elevar a produção acadêmica institucional em 2%
Número de obras publicadas pela editora do IFC	Lançar um edital	Lançar um edital	Lançar um edital
Número de registros de PI e transferências tecnológicas (proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia); Número de Empresas Júnior e incubadoras (ações de empreendedorismo)	Aumentar em 5% os indicadores (ações de empreendedorismo, proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia)	Aumentar em 5% os indicadores (ações de empreendedorismo, proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia)	Aumentar em 5% os indicadores (ações de empreendedorismo, proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia)
Percentual do orçamento efetivamente utilizado em projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Utilizar 1% do orçamento para Ensino; 1% do orçamento para Pesquisa; 1% do orçamento para Extensão	Utilizar 1% do orçamento para Ensino; 1% do orçamento para Pesquisa; 1% do orçamento para Extensão	Utilizar 1% do orçamento para Ensino; 1% do orçamento para Pesquisa; 1% do orçamento para Extensão



Indicadores de medidas

Metas

2019

2020

2021

Número de projetos integrados (pelo menos dois – Pesquisa e Extensão; ou Ensino e Pesquisa – n° de projetos /n° de docentes)

Obter aumento de 0,3%

Obter aumento de 0,4%

Obter aumento de 0,5%

Número de eventos integrados

Realizar, no mínimo, 01 evento por *campus*

Realizar, no mínimo, 01 evento por *campus*

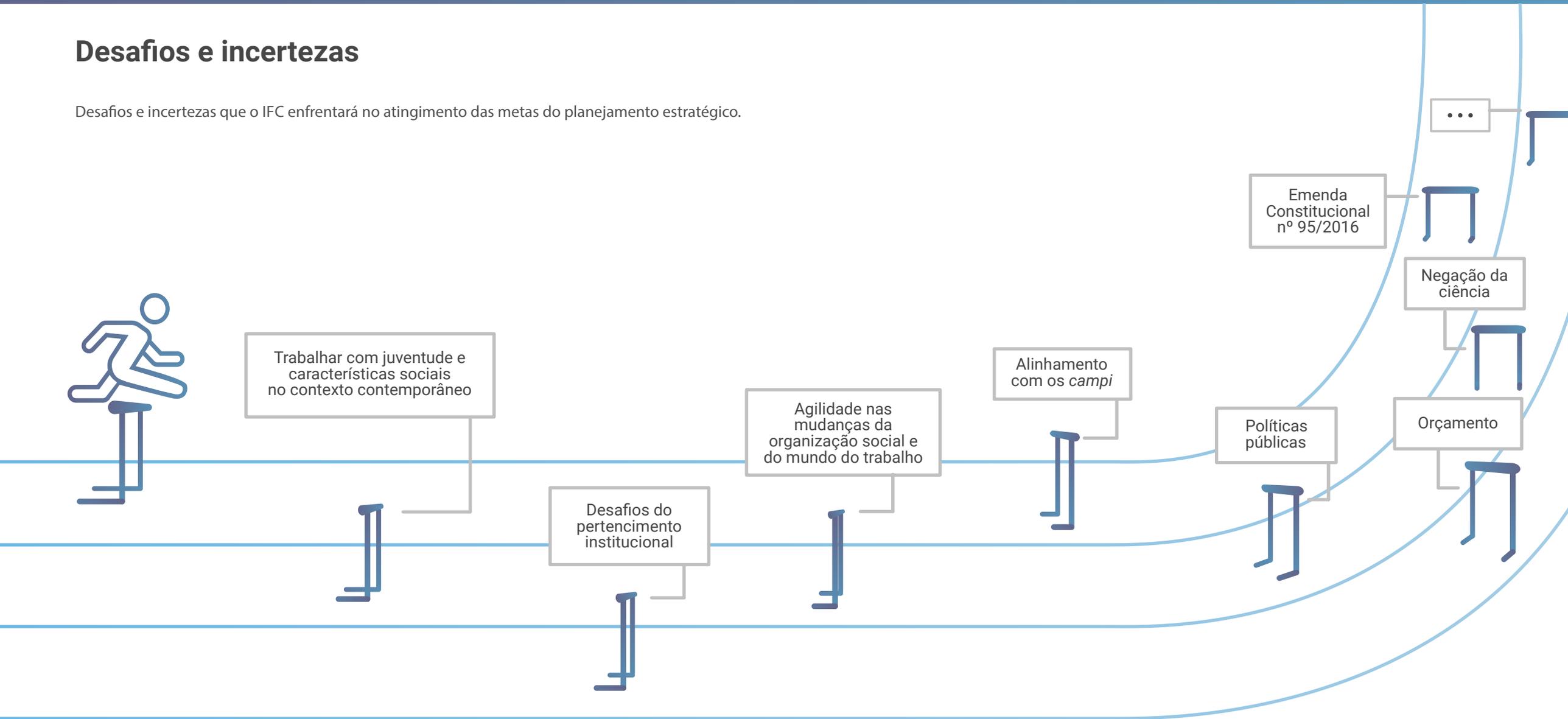
Realizar, no mínimo, 01 evento por *campus*

Número de cursos que contemplem linhas e ações de Pesquisa e Extensão (definidas nos PPCs)

Adequar 50% dos cursos até 2021

Desafios e incertezas

Desafios e incertezas que o IFC enfrentará no atingimento das metas do planejamento estratégico.



Alocação de recursos e áreas especiais da gestão



Mensagem do Pró-Reitor de Administração

É sabido que o Instituto Federal Catarinense foi criado pela Lei nº 11.892, com a aglutinação das escolas agrotécnicas de Rio do Sul, Concórdia e Sombrio (hoje Santa Rosa do Sul) e das escolas vinculadas à Universidade Federal de Santa Catarina de Araquari e Camboriú. Todavia, muito rapidamente, houve um processo de expansão que culminou com a criação de mais dez unidades, abrangendo todas as regiões do Estado de Santa Catarina.

Com uma autarquia incipiente, de crescimento célere, distribuída pelas diferentes regiões e em cidades de distintos portes, o desafio precípua da Pró-Reitoria de Administração, no exercício de 2018, era composto pela tríade: padronização dos procedimentos administrativos, implantação de uma agenda de compras institucionais e consolidação da estrutura física.

Fica fácil visualizar que unir *campi* com décadas de existência com *campi* embrionários torna a padronização complexa, por vezes, resistente e, para tanto, como estratégia de transposição destas barreiras, bem como, de prevenção de vícios administrativos se optou pela implementação de normatizações internas.

Para destacar, chamo atenção às ferramentas da gestão pública já disponibilizadas à Comunidade: a Portaria Normativa de Declaração Negativa de Patrimônio, a Portaria Normativa de Compras e Contratações Institucionais, a Portaria Normativa de Procedimentos para recebimento, conferência, aceitação e ateste de bens e materiais adquiridos e a Padronização da Classificação Contábil. Ademais, a despeito de ainda não estarem disponíveis no exercício 2018, iniciaram os trabalhos

neste ano: a Padronização dos procedimentos de recebimento de Notas Fiscais e de demais documentos correlatos, a Padronização dos procedimentos de transferência de bens móveis e materiais, a Padronização dos procedimentos de incorporação dos bens móveis e materiais doados por terceiros, a Padronização dos procedimentos de recebimento, conferência, aceitação e ateste e a Padronização do processo administrativo de apuração de responsabilidade.

Outra conquista da Pró-Reitoria de Administração, já disponível a todos os Departamentos de Administração e Planejamento, foi a Padronização dos Procedimentos de Compras e Contratações, que visa implantar fluxos e listas de verificações e, conseqüentemente, almeja a otimização das instruções processuais, o aumento da produtividade das equipes de compras, a elevação da velocidade de resposta ao servidor solicitante e a mitigação dos erros.

Em relação a implantação de uma agenda de compras institucionais, a complexidade se baseava na estrutura descentralizada das equipes de compras, implicando em que cada unidade tem a sua autonomia para instruir os seus processos de aquisições. Desta forma, procuramos embasar a nossa tomada de decisão na bibliografia de compras públicas e nos estudos elaborados por instituições de controle e órgãos competentes.

Sendo assim, num universo de quatorze equipes distintas de compras, baseados na força de trabalho de cada uma e na vocação de cada unidade, procuramos diagnosticar o que era de interesse comum e avocar e delegar objetos para a



Stefano Moraes Demarco
Pró-reitor de Administração

operacionalização, impactando de forma imediata na diminuição de Pregões Eletrônicos. Tendo como norte, além do atendimento ao demandante local, a diminuição do retrabalho, a otimização processual, a economia em escala, a melhor aplicação dos recursos públicos, o ganho de produtividade, a otimização dos recursos humanos, o fortalecimento da identidade institucional, o aumento do número de itens efetivamente homologados, o aumento do poder de negociação, a alta especialização dos envolvidos, a padronização dos materiais, equipamentos e serviços e a sustentabilidade.

No total a “Agenda de Compras Institucionais 2018” operou trinta Pregões Eletrônicos pelo Sistema de Registro de Preços, tendo abarcado 6.962 itens e um índice de 70,07% de homologação. E, já está previsto a “Agenda de Compras Institucionais 2019”, com 33 Pregões Eletrônicos e a continuação da união de esforços para o melhor atendimento das demandas do IFC.

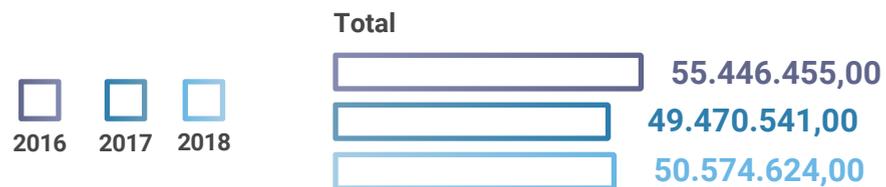
No que tange a consolidação da estrutura física, sabe-se que o montante previsto na Lei Orçamentária Anual, para funcionamento da instituição, era de R\$ 58.368.762,73 (cinquenta e oito milhões, trezentos e sessenta e oito mil, setecentos e sessenta e dois reais e setenta e três centavos), estratificado entre custeio, investimento e assistência estudantil. Todavia, foram prospectados recursos extraorçamentários através de Termos de Execução Descentralizada (TEDs) e Emendas Parlamentares nos valores de R\$ 4.584.403,63 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e três reais e sessenta e três centavos) e R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), respectivamente.

Neste diapasão, destacamos como as principais obras entregues em 2018 o *Campus Brusque*, o Refeitório do *Campus Blumenau* e o Centro de Convivência do *Campus Camboriú*. E os principais equipamentos comprados apontamos a Solução de Backup da

Reitoria, as plataformas elevatórias dos *Campi São Bento do Sul* e *São Francisco do Sul* e os diversos computadores para a estruturação de laboratórios de informática do IFC.

A Pró-Reitoria de Administração é reconhecidamente uma atividade-meio, acessória das ações internas e externas da Instituição, comprometida com o planejamento, a disponibilização de recursos indispensáveis ao funcionamento do ensino, da pesquisa e da extensão, no sentido do alcance dos múltiplos objetivos deste processo formador que é o do conhecimento, formação de consciência, aquisição de competências e habilidades desta obra gigantesca que é a educação.

Orçamento anual do IFC em reais



Embora o IFC tenha ampliado sua oferta de cursos e o número de estudantes, bem como inaugurado *campi* novos durante a expansão da Rede Federal nos últimos anos, o orçamento anual não acompanhou este crescimento. Assim, o Instituto vem trabalhando na obtenção de recursos além dos previstos na Lei Orçamentária Anual, como emendas

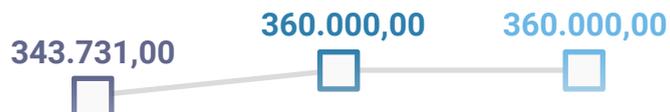
parlamentares e Termos de Execução Descentralizada junto à SETEC.

Estes recursos auxiliam na aquisição de equipamentos e também na construção de espaços necessários, como novos blocos de salas de aula, laboratórios, refeitórios, entre outros.

Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação



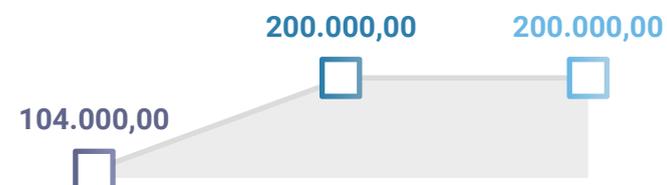
Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos



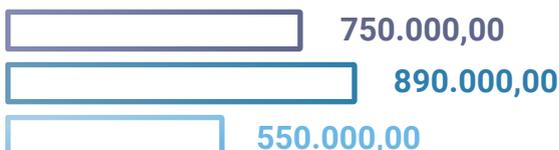
Gasto corrente por matrícula

19.333,40

Publicidade de utilidade pública



Emenda individual

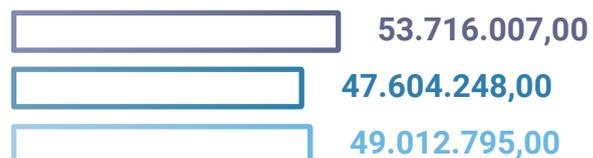


Assistência estudantil

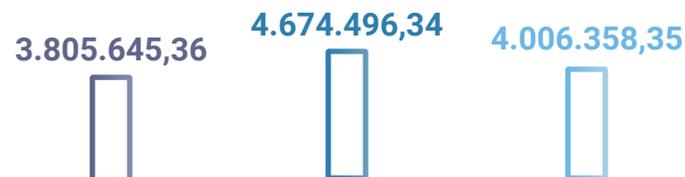
Total



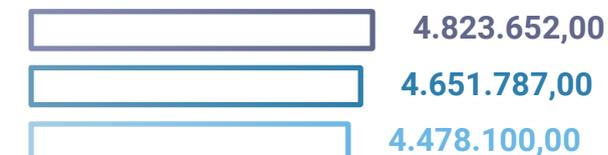
Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – Despesas diversas



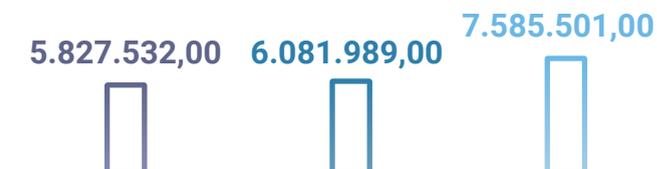
Termos de Execução Descentralizada (TEDs)



Assistência aos estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – Regime de Internato Pleno (RIP)



Auxílio financeiro de Assistência Estudantil

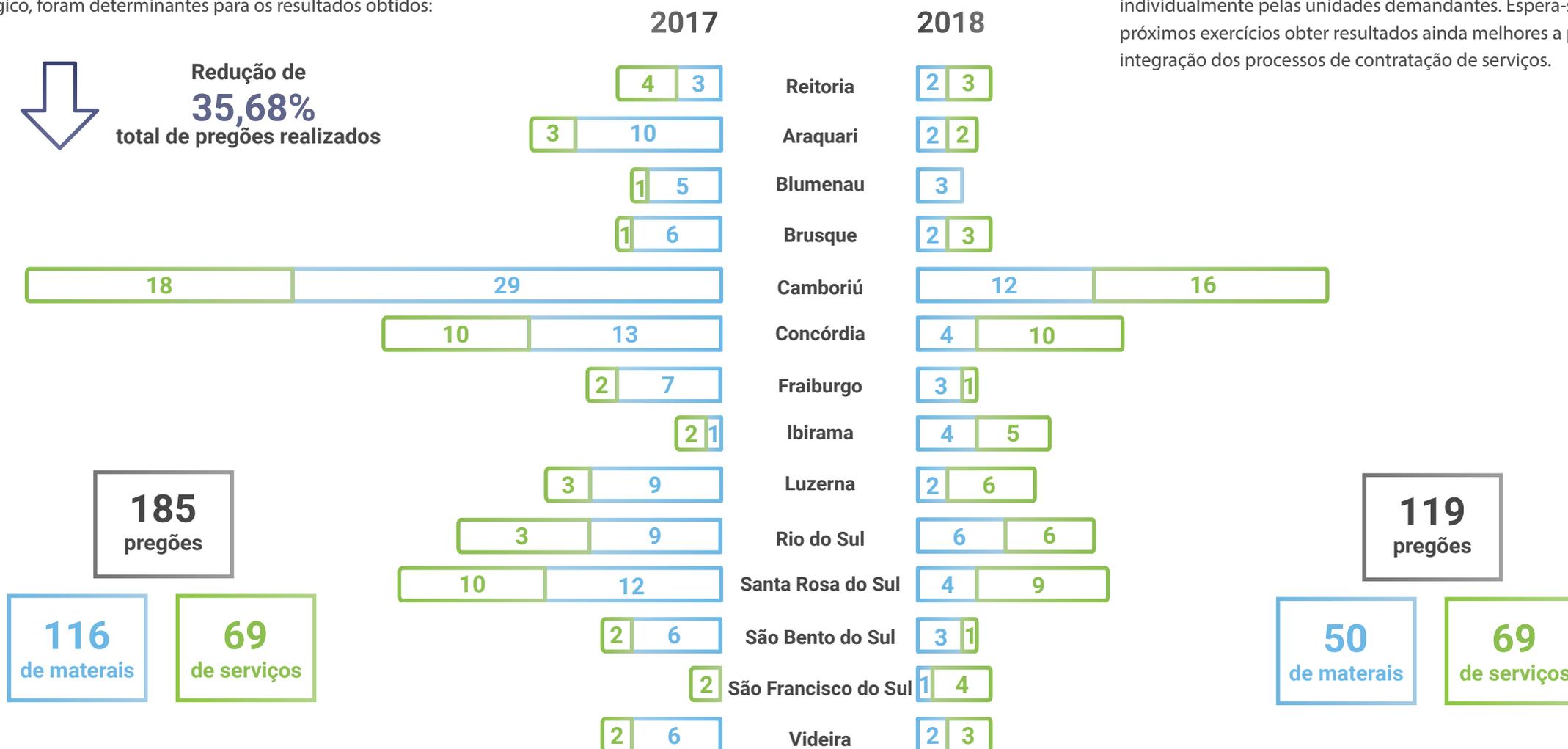


Comparativo entre o número de pregões eletrônicos operados em 2017 x 2018, após implantação da Agenda de Compras Institucionais

Por campus

Buscou-se ao longo de 2018 otimizar o processo de aquisições no IFC. As Compras Institucionais, coadunadas ao planejamento estratégico, foram determinantes para os resultados obtidos:

A diferença é reflexo dos processos de aquisições de materiais, uma vez que atualmente a maioria dos serviços são providos individualmente pelas unidades demandantes. Espera-se nos próximos exercícios obter resultados ainda melhores a partir da integração dos processos de contratação de serviços.



Principais contratos e despesas

Os principais fornecedores e contratos firmados pelo IFC referem-se às atividades acessórias não contempladas no quadro funcional, ou insuficiente para atendimento das demandas existentes.

Contratações deste tipo são autorizadas pela Instrução Normativa nº 05/2017, que enfatiza em seu § 1º, Art. 7º, "A Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998".

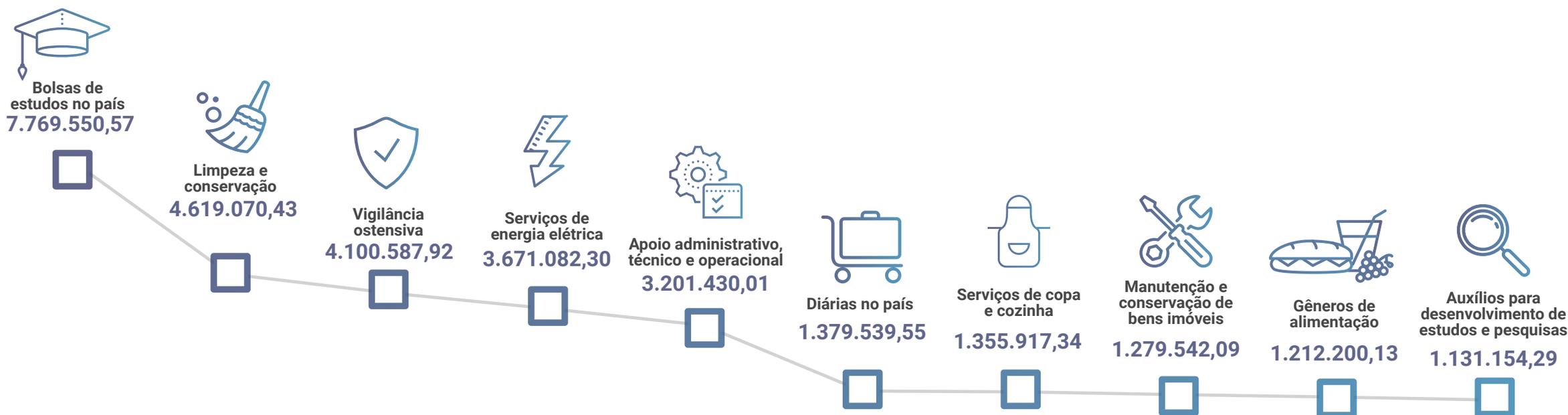
As atividades abarcadas nestas contratações são essenciais para as atividades desenvolvidas pelo IFC, uma vez que fornecem suporte e viabilizam a execução das atividades as quais a instituição se destina. Dentre os objetos, alguns serviços estão presentes em todas as unidades, como é o caso dos serviços de limpeza e conservação, vigilância patrimonial, gerenciamento de frota e fornecimento de energia elétrica. Outros, levam em consideração as particularidades das unidades: cozinha, fornecimento de alimentação nos refeitórios e cantinas,

trabalhador rural, telefonista, almoxarife, recepção, porteiro, jardinagem, lavanderia, dentre outros.

Atualmente os contratos são geridos individualmente, nas unidades onde ocorrem as prestações de serviços. Considerando o montante envolvidos nestas contratações, os trâmites processuais envolvidos, bem como as metas previstas no Planejamento Estratégico do IFC, a centralização dos contratos é um dos desafios do IFC, a fim de garantir o desenvolvimento e articulação da gestão institucional integrada.

Empenhadas e liquidadas por natureza de despesa

em reais



Trata-se de uma ação complexa, uma vez que perpassa pelo amadurecimento e reestruturação das equipes, visto que o quadro existente nas unidades é insuficiente para a operacionalização da centralização de contratos deste tipo, em especial os que envolvem dedicação exclusiva de mão de obra.

Porém, a Pró-Reitoria de Administração já viabiliza esforços neste sentido, ao passo que o contrato de seguro de frota vigente já contempla todas as unidades do IFC. Além disso, destaca-se a previsão da contratação institucional de serviços de publicação junto a Imprensa Nacional para o exercício de 2020.

Liquidado e pago por fornecedor

em reais

ADSERVI – Administradora de Serviços LTDA	4.167.805,26
CELESC Distribuição S.A.	3.714.360,54
ADSERVIG – Vigilância LTDA	1.440.367,46
Liderança – Limpeza e Conservação LTDA	925.983,01
Carape – Serviços de Design LTDA	853.934,29

Ainda, os trabalhos atinentes a padronização das rotinas de fiscalização dos processos estão em fase de elaboração, o que fornecerá subsídios e ferramentas para a integração entre unidades, enquanto não for possível a centralização completa das contratações.

Além das contratações de fornecedores, destacam-se as despesas com diárias no país e auxílios para estudos e pesquisas. Esta última decorre da finalidade do próprio IFC e sua missão para com a sociedade. No caso das despesas com diárias, estas são necessárias em virtude da característica *multicampi* do órgão, que exige o constante deslocamento de servidores entre suas unidades.

Intersept LTDA	778.059,44
Bruno A. B. M. de Barros	738.745,84
Lince – Segurança Patrimonial LTDA	715.129,89
Vigilância Riosul LTDA	538.404,43
Link Card Administradora de Benefícios Eireli	517.117,16

Gestão de pessoas

Conformidade legal

O IFC possui duas carreiras distintas, a saber: Carreira Docente regida pela Lei nº 12.772 de 28/12/2012 que abrange todos os Docentes que atuam na instituição, no ensino Básico, Técnico e Superior; e a carreira de Técnico-administrativos em Educação (TAE) regida pela Lei nº 11.091, de 12/01/2005 que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativo em Educação. Ambas as carreiras são também regidas pelo Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, no que tange a Direitos, Deveres, Responsabilidades e entre outros assuntos. Através do acompanhamento diário das normas publicadas Pela Secretaria de Gestão de Pessoas do MPDG, Órgão central do SIPEC e o Sítio Eletrônico do CONLEGIS, mantemos esta instituição em conformidade com as legislações vigentes.



Lei nº 8.112/90

Lei nº 12.772/12 Lei nº 11.091/05

Documentos complementares

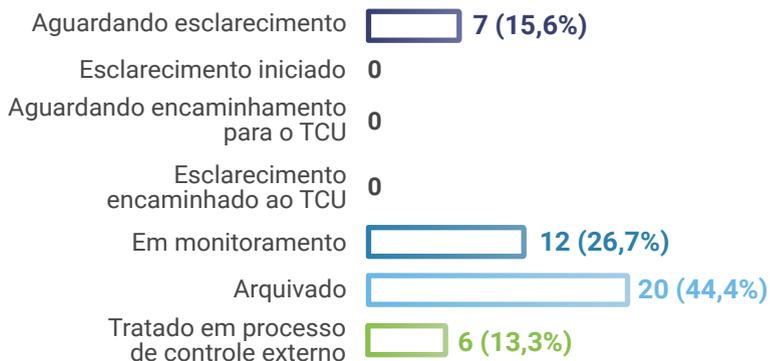
Apontamentos de Órgão de Controle

CGU

17 Processos com indícios de irregularidades **100%** Foram respondidos e estão com análise concluída

TCU

45 Indícios



SIGA Notificações: auditoria preventiva

Em 2018 tivemos 8 lançamentos em Folha identificados pela auditoria preventiva e corrigidos a tempo, evitando o pagamento indevido de quase R\$ 20.000,00 aos servidores.

8 Auditorias preventivas **R\$ 20.000,00** evitados de serem pagos indevidamente

No decorrer do ano de 2018 foram respondidas por esta Diretoria de Gestão de Pessoas 238 ações judiciais, prestando subsídios e esclarecimentos às ações.

238
Ações judiciais

Indicadores de Conformidade

35 Processos de reposição ao erário abertos em 10 *campi* gerarão **R\$ 100.000,00** aos cofres públicos

No ano de 2018, todos os servidores autorizaram acesso à sua Declaração de Bens e Rendas ou entregaram Via da Declaração do Imposto de Renda.

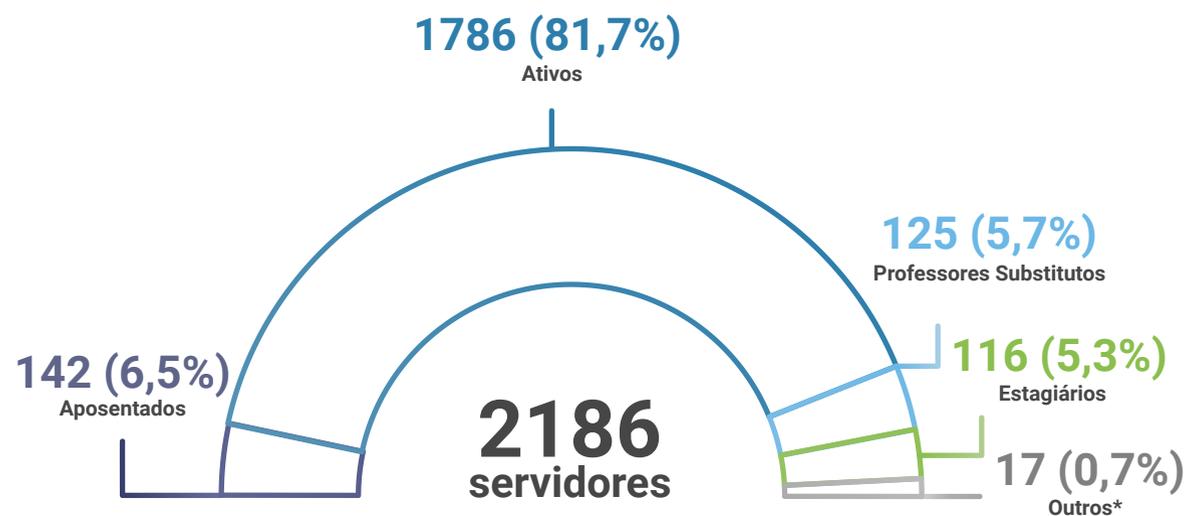
De Janeiro a Dezembro de 2018 via Ouvidoria do IFC, foram respondidas via DGP:

110 Solicitações de informação

19 Ouvidorias

Avaliação da força de trabalho

Número de servidores



*Outros: Cedidos (3), Colaboradores PCCTAE (7), Em exercício descentralizado de carreira (1), Em exercício provisório (5), Requisitados (1)

Relação Matrícula por Professor

21,49

Sexo

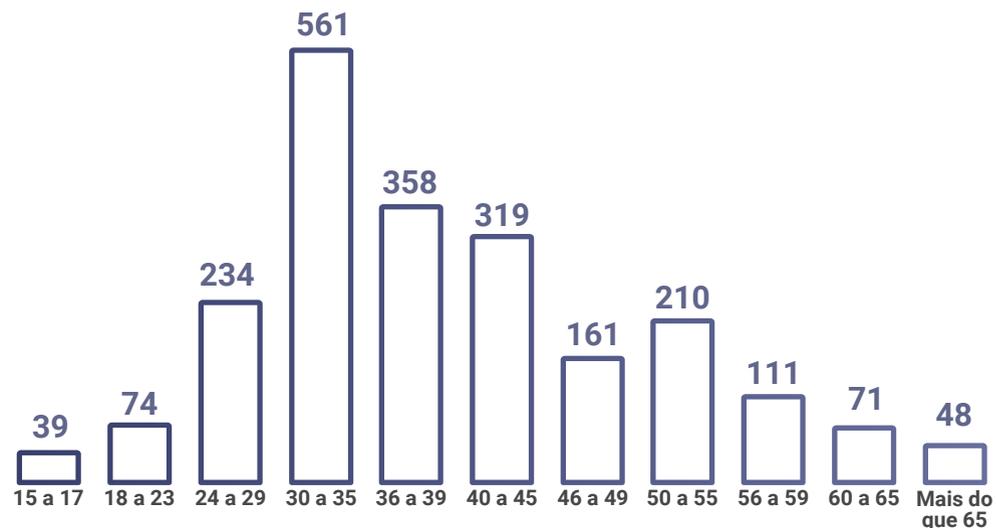


Deficiência

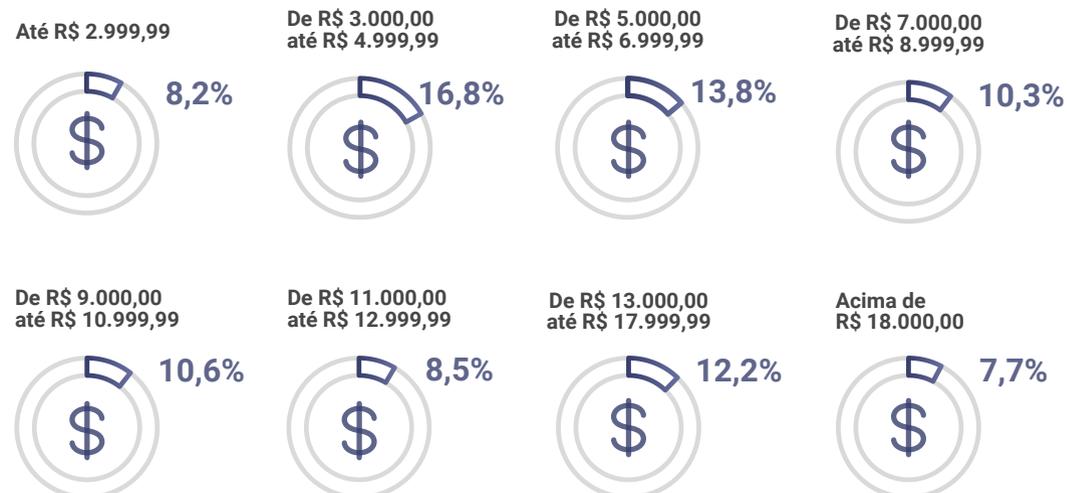


32
Servidores possuem
alguma deficiência

Faixa etária



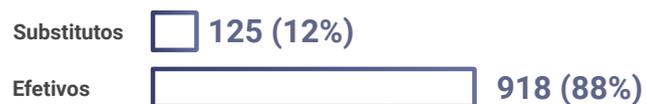
Faixa salarial



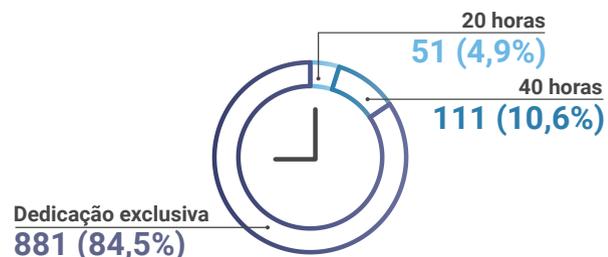
Força de trabalho



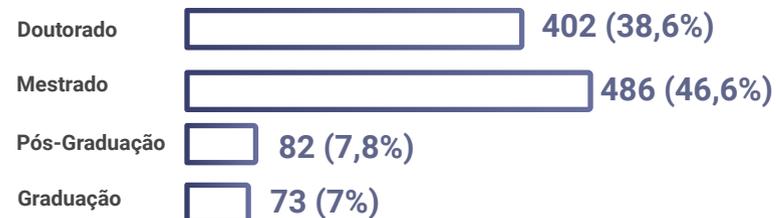
Docentes



Carga horária

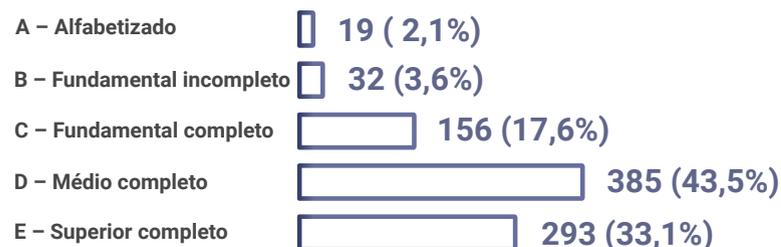


Escolaridade

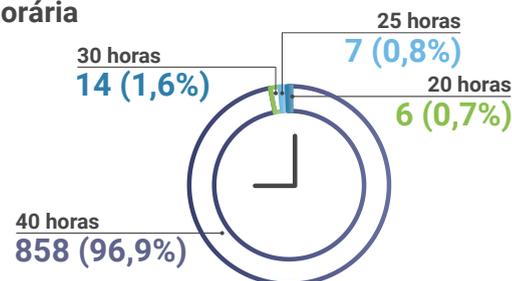


TAES

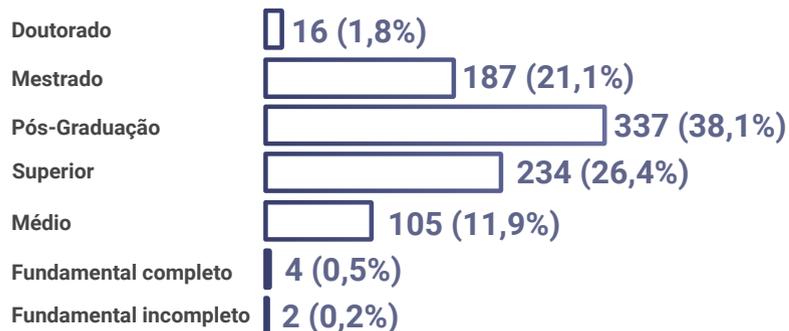
Nível de Escolaridade do Cargo (Mínimo Exigido)



Carga horária



Escolaridade



Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

A seleção para provimento em de cargos efetivos deve ser feita através de Concurso Público conforme prevê a Constituição Federal de 1988. No ano de 2018 tínhamos 2 editais válidos para provimentos, um de Técnicos Administrativos em Educação e outro para Docentes.

Nomeações por Concurso Público em 2018



Com relação a cargos temporários, como o de professor Substituto, são lançados editais de seleção simplificados, que em 2018 foram:



Outra forma de alocação de pessoas é através do instrumento denominado Redistribuição, onde em 2018 tivemos redistribuídos para o nosso Instituto:



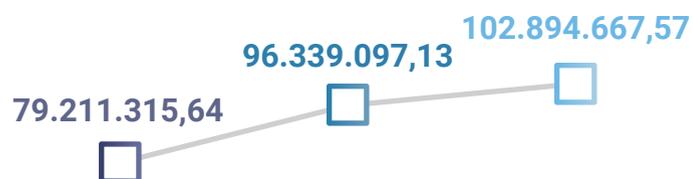
Detalhamento da despesa de pessoal

em reais



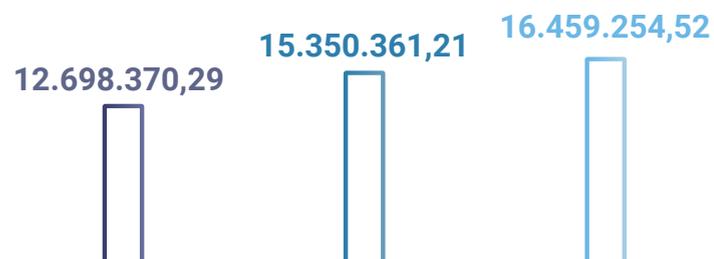
Ativos

Vencimentos e vantagens fixas
(Arts. 40, 244 e 62-A da Lei 8112/90)



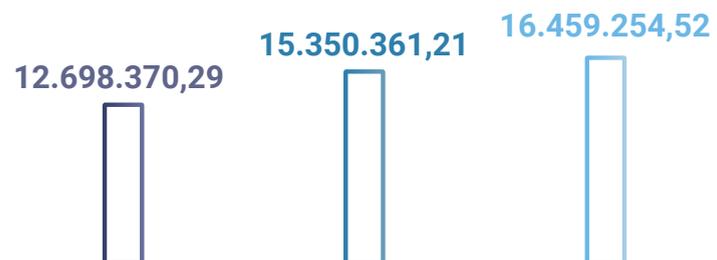
O aumento de dois anos consecutivos refere-se ao reajuste dos Docentes em Agosto 2018 e Agosto 2019, somados as Progressões de Carreira: 426 Docentes e 571 TAES.

Gratificações (Incisos II e IX do Art. 61 da Lei 8112/90)



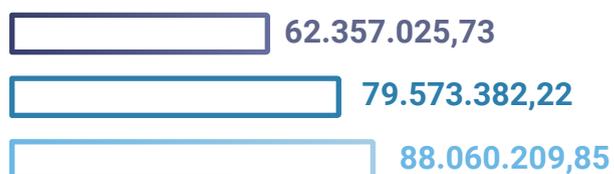
Conforme aumento dos Vencimentos e Vantagens o aumento das Retribuições é proporcional.

Retribuições (Inciso I do Art. 61 e Art. 62 da Lei 8112/90)



Aqui tratamos dos Cargos de Direção e Funções Gratificadas, houve reajuste na tabela de Remuneração destes Cargos em 2017 e 2018, justificando o aumento dos valores.

Adicionais (Incisos III, IV, V, VI, VII e VIII do Art. 61)



Justifica-se o aumento considerável dos adicionais pelo fato de estes serem baseados em percentuais das vantagens fixas que também teve aumento, somando-se com 116 Incentivos a Qualificação concedidos em 2018, mais 36 novos laudos de setores insalubres, 86 Reconhecimento de Saberes e Competências, entre outros aumentos.

Inativos

Gasto total



Observa-se pequeno aumento de 2017 para 2018, baseado no reajuste que servidores aposentados Docentes recebem igualmente aos servidores ativos Docentes que ocorreu em Agosto/2018, inclui-se neste aumento o total de 11 aposentadorias ocorridas no decorrer dos meses de 2018.

Pensionista

Gasto total



Neste quesito tivemos um incremento de 4 novos pensionistas juntamente com o reajuste das pensões em 2018.

Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

Avaliação de Desempenho

Há na nossa instituição regulamentação interna para que as progressões funcionais dos Docentes e as Progressões por Mérito dos TAES tenham como requisito a Avaliação de Desempenho do Servidor, sendo assim 741 servidores tiveram a realização da Avaliação de Desempenho em 2018.

Progressão Funcional

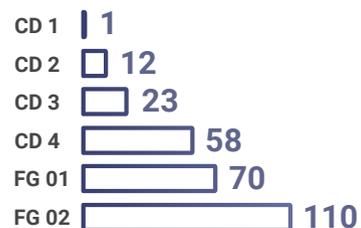


Tabela de Remuneração

Atualmente o IFC possui 02 carreiras distintas: Docentes e TAES, sendo que cada uma das carreiras possui um Plano de Cargos e Salários.



Percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos



*1 função exercida por Servidor em Descentralização de Carreira que responde pela Procuradoria do Órgão e outra função exercida por Servidor Requisitado de outro Órgão Federal

Estágio probatório



Capacitação: estratégia e números



*Foi reservado 10% deste valor para Criação de um Fundo de Capacitação

Tipo	Quantidade de horas	Quantidade de servidores capacitados
Cursos presenciais	4096	1441
Cursos à distância	4584	693
Outros eventos	2576	126

Parceria com a Escola de Administração Pública



Principais desafios e ações futuras

Equipe Médica



Força de trabalho

Em 2016 o MEC emitiu a Portaria nº 246/2016, que prevê o dimensionamento da Força de Trabalho dos *campi* e da Reitoria de acordo com sua tipificação. Nosso desafio é de adequar nossa realidade à Portaria, sendo que muitos *campi* e inclusive a Reitoria tem um número de servidores muito aquém do previsto para o ideal, em diversos documentos conseguimos comprovar esta necessidade de aumento da força de trabalho aos órgãos competentes.

Saúde do servidor

Nossa preocupação humana com os servidores têm feito parte de diversas reuniões internas. Procuramos manter o servidor em pleno equilíbrio entre serviço, família, social e outros aspectos da vida. Ao encontro desta Política buscamos, juntamente com os setores de Desenvolvimento de Pessoal e Saúde, elaborar projetos de qualidade de vida, treinamentos sobre saúde, momentos de integração, disponibilização de atendimento de profissionais da saúde para dúvidas e dicas importantes, educação financeira, oficinas temáticas e a criação da Política de Atenção a Saúde e Segurança do Trabalho do IFC.

Localização dos servidores

O IFC é uma instituição multicampi, sendo distribuída em 16 unidades em todo o território catarinense, levando educação de Norte a Sul, de Leste a Oeste, entretanto a maioria dos nossos *campi* estão localizados nos municípios do interior do Estado de Santa Catarina, o que acaba gerando um descontentamento dos servidores e uma tentativa de remoções para o Litoral, em contra-partida desta situação estamos desenvolvendo projetos no intuito de entendimento dos servidores sobre o papel do IFC na interiorização da Educação por todo o Estado.

Gestão da tecnologia da informação

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TI, o IFC observa e aplica normas e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, além de obedecer às normas estabelecidas internamente no âmbito da Tecnologia da Informação. Dentre as principais normas e diretrizes destaca-se:



Estratégia de Governança Digital (EGD),

cujos princípios serviram de insumo para o planejamento das ações de TI do IFC em 2018 e 2019. Destacando-se o princípio “Foco nas necessidades da sociedade” e colocando o público final da instituição como protagonista para entrega dos serviços de TI;

Cumprimento à Instrução Normativa MP/SLTI N° 4

que regula o procedimento de contratação de itens de TI, garantindo a integridade do planejamento da contratação de uma solução de TI na instituição.

A gestão de TI do IFC busca atender às necessidades do público da instituição observando as diretrizes relacionadas aos padrões de dados abertos, acessibilidade, segurança da informação, interoperabilidade e contratações de ativos de TI.

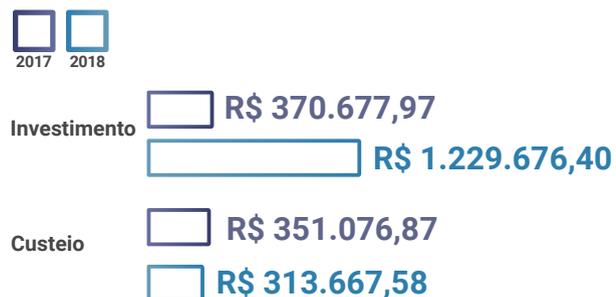
Modelo de governança de TI

As estruturas organizacionais que integram o sistema de governança de TI do IFC são:

- 1 Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI
- 2 Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI
- 3 Coordenações de Tecnologia da Informação nos *campi*
- 4 Fórum de Tecnologia da Informação – FTI

A Governança de TI do IFC tem como principal instância o CGTI. Este colegiado é presidido pela Reitora da instituição e possui como membros os Pró-Reitores, Diretor de TI, representante do CODIR e representante das Coordenações de TI dos *campi*. O CGTI tem como atribuição básica acompanhar e promover o alinhamento dos investimentos em tecnologia da informação com os objetivos do IFC, além de priorizar os projetos nessa área.

Montante de recursos aplicados em TI



Fonte: Tesouro Nacional

Contratações mais relevantes de recursos de TI

Sistema Integrado de Gestão (SIG)

Renovado por mais 2 anos, o SIG garante a informatização das operações administrativas e acadêmicas do IFC. Os técnico administrativos e docentes da instituição utilizam o SIG para as rotinas de trabalho e alimentam o sistema integrado para geração de relatórios gerenciais que contribuem para a gestão do IFC. Nossos alunos contam com ambiente de turma virtual, acesso a histórico, boletins, diários de classe e outras funcionalidades do SIG que permitem o registro e consulta das atividades de ensino.



Valor investido > R\$ 128.760,00

Solução de Backup

A segurança de dados visa garantir que as informações da instituição sejam confidenciais, íntegras e estejam a maior parte do tempo disponíveis. Uma solução de backup é essencial para ser acionada quando ocorre alguma falha na segurança dos dados. Com o backup podemos realizar investigações, analisar falhas, se recuperar de ataques e exclusões acidentais de dados. A gestão de TI do IFC investiu em uma solução robusta de backup pensando na segurança dos dados de alunos, servidores, patrimônio, processos, sites e outros dados oriundos dos sistemas.



Valor investido > R\$ 549.600,00

Parque computacional

Diversos *campi* realizaram aquisição de computadores para ampliar ou repor o parque computacional em 2018. Destaca-se a aquisição de 75 novos computadores, dos quais, 20 irão atender ao *Campus* Abelardo Luz e 50 para substituição de computadores com mais de 5 anos de uso na Reitoria. Estas aquisições beneficiam alunos e servidores da instituição com o uso de computadores com tecnologia atual.



Valor investido > R\$ 352.500,00

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

	Principais iniciativas	Principais resultados
Ensino	Migração das turmas do nível Técnico Subsequente ao Ensino Médio de sistemas legados para o SIG	Alunos e professores usufruindo do sistema integrado assim como os demais usuários dos outros níveis de ensino do IFC
	Customizações nos módulos do SIGAA	Adequação do sistema SIGAA às particularidades do IFC em benefício da gestão acadêmica
Pesquisa	Operacionalização do Módulo Ações Integradas	Permitiu a articulação de projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão
Extensão	Operacionalização do Módulo Ações Integradas	Permitiu a articulação de projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão
Gestão	Novo Software de Ingresso	Operacionalização do Módulo Transportes
	Informatização de tarefas manuais no processo seletivo de estudantes do IFC; otimização do número de servidores envolvidos no processo	Padronização e informatização do controle de frota e reserva de veículos institucionais

Segurança da informação



A principal ação relacionada à Segurança da Informação realizada em 2018 foi a aquisição de uma solução robusta de backup que permita a rápida recuperação de dados institucionais.

Principais desafios



O número insuficiente de servidores na área de Tecnologia da Informação é um desafio a ser enfrentado, pois expõe o IFC a uma série de riscos, tais como:

- Projetos com prazos muito dilatados;
- Limitações na possibilidade de informatização de processos internos;
- Tempo de solução abaixo das expectativas no atendimento ao público usuário dos serviços de TI;
- Falta de especialistas nas várias subáreas da Tecnologia da Informação;
- Sobrecarga de atividades nos servidores da área de TI.

Outro desafio consiste nas fragilidades do principal datacenter da instituição. O datacenter da Reitoria chegou a sua capacidade máxima de alocação de equipamentos o que impede a ampliação da capacidade de processamento e armazenamento de dados. Além disso, o datacenter se encontra em situação de risco quanto a desastres decorrentes de falhas elétricas e de exposição à umidade. A solução de um datacenter com estrutura adequada para os equipamentos de TI se faz urgente, pois a perda dos dados institucionais seria um prejuízo incalculável.

Ações futuras



Contratação de solução adequada de datacenter visando a proteção dos equipamentos e, conseqüentemente, dos dados institucionais. Um ambiente com proteção adequada quanto à incêndio, umidade, refrigeração adequada e controle de acesso permite estender a vida útil dos equipamentos e reduz os riscos de desastres aos quais o datacenter está exposto. A gestão do IFC está empregando esforços para que em 2019 esta solução seja aplicada.

Em 2019, conforme planejado no Plano Diretor de TI, a gestão de TI do IFC espera contribuir para o ganho de maturidade em Governança de TI promovendo a criação de políticas e normativas de Governança, Segurança da Informação e Catálogo de Serviços de TI.

Sustentabilidade ambiental

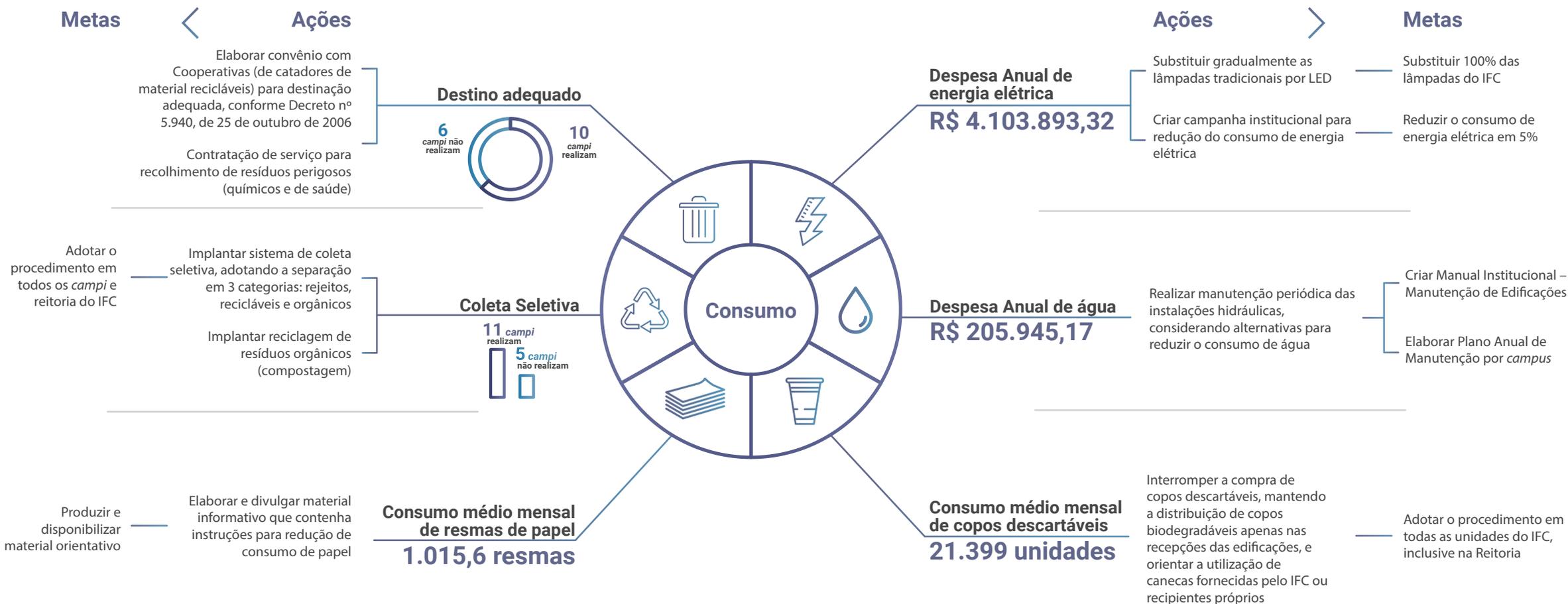
Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O Decreto nº 9.178/2017 regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e estabelece “critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal”.

Busca-se, com isso, incorporar o conceito de sustentabilidade ambiental às licitações de compras e contratações da Administração Pública. No IFC não é diferente, há um documento denominado “**Orientações para Ações Sustentáveis**”, elaborado e disponibilizado pelo Núcleo de Gestão Ambiental do IFC, que elenca fundamentos legais a serem atendidos nos processos licitatórios do Instituto.

Além disso, em todos os contratos de construção, obras e reformas do IFC, são observadas as diretrizes, os critérios e os procedimentos para a gestão dos resíduos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente – Conama –, bem como a exigência de utilização de matéria-prima florestal procedente, nos termos do Decreto nº 5.975, de 2006.

Consumo em 2018



Declaração do contador com ressalva

Código e Denominação Completa do Órgão: 26422 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Código da UG: 158125

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBT.T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:

Apropriação de despesas fora do período de competência

Algumas despesas mensais não foram lançadas dentro da competência do fato gerador da mesma. No encerramento do exercício algumas despesas não foram liquidadas por falta ou atraso no envio dos documentos hábeis ocasionando a falta do registro das variações patrimoniais diminutivas dentro do exercício a qual a mesma competia. Sem o registro podem haver distorções do resultado patrimonial do período. Foram realizadas capacitações para que no exercício de 2019 sejam tomadas medidas para a realização da contabilização das despesas dentro da competência.

Saldo contábil dos bens móveis não confere com o RMB

Após a implantação do sistema SIPAC, alguns *campi* ainda possuem divergências em contas contábeis do imobilizado. Tais inconsistências são causadas principalmente pela falta de controle patrimonial que existia antes da implantação do sistema, aliado ao fato de que muitos *campi* são antigos e a aquisição de vários bens remete a mais de 20 anos. Está sendo

elaborado um calendário para regularização destas pendências e atualmente cada *campus* está realizando trabalhos para diminuição e erradicação destas diferenças.

Falta ou evolução incompatível depreciação do ativo imobilizado

O cálculo da depreciação mensal é realizado através do sistema SIPAC. O sistema está passando por adequações, pois identificou-se algumas inconsistências. A depreciação mensal é lançada, mas devido a estas inconsistências, o valor da depreciação acumulada não confere com os relatórios gerenciais. É aguardado para o primeiro trimestre de 2019 a liberação de nova versão do relatório.

Falta de amortização ativo permanente

O sistema gerencial de patrimônio SIPAC, não fornece os valores relativos à amortização de bens intangíveis.

Falta ou inconsistência no contrato

O registro dos contratos nas contas de controle do SIAFI não está sendo realizado em todos os contratos firmados entre o IFC e seus fornecedores. A partir de 2018 iniciou-se os procedimentos para o correto registro dos contratos no SIAFI, uma vez que os valores registrados não eram fidedignos à realizada das execuções contratuais.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Blumenau, 10 de janeiro de 2019



Charles Laubenstein

**Contador Responsável
(CRC nº 038093/O-4)**

Notas explicativas

Estrutura organizacional do Instituto

O IFC é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação. A sua estrutura é composta por uma Reitoria e mais 15 *campi*, sendo 2 deles *campi* avançados conforme listagem a seguir:

- Reitoria – Blumenau
- *Campus* Avançado de Abelardo Luz
- *Campus* Avançado de Sombrio
- *Campus* Araquari
- *Campus* Blumenau
- *Campus* Brusque
- *Campus* Camboriú
- *Campus* Concórdia
- *Campus* Fraiburgo
- *Campus* Ibirama
- *Campus* Luzerna
- *Campus* Rio do Sul
- *Campus* Santa Rosa do Sul
- *Campus* São Bento do Sul
- *Campus* São Francisco do Sul
- *Campus* Videira

As Demonstrações Contábeis do IFC são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986 e da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10); as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos

específicos por assunto. As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais. As demonstrações contábeis são consolidadas no órgão superior, o MEC, tanto da administração direta (secretarias finalísticas e institutos de educação especial) quanto da indireta (universidades, institutos de educação profissional e tecnológica, de pesquisas e avaliação e empresas públicas); e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial. O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Patrimonial (BP).

I. Balanço Patrimonial (BP)

O balanço patrimonial do 4º trimestre de 2018 possui um valor significativamente menor do que na comparação do 4º trimestre de 2017. Essa variação se deve em virtude dos lançamentos provenientes das provisões de 13º salário e férias que foram registrados no ativo e passivo de exercícios anteriores, mas que

não foram finalizadas no encerramento do exercício. Tal ajuste ocorreu apenas em janeiro de 2018 e devido ao seu valor elevado (Ativo – R\$ 56.629.727,38 e Passivo – R\$ 34.025.193,13), provocou uma variação muito significativa nas demonstrações. A partir de 2018, foram implantadas novas rotinas de controle interno a qual impedem o acúmulo desnecessário de valores nas contas do ativo e do passivo. O valor de R\$ 27.456.930,70 que se apresentam a título de ajustes de exercícios anteriores de deve ao lançamento dos ajustes da provisão do 13º e das férias conforme citado acima e em decorrência do lançamento da depreciação acumulada de alguns *campi* após finalizados os ajustes do Relatório de Movimentação de Bens (RMB).

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2018, o Órgão apresentou um saldo de R\$ 482.438.734,71 relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 1 – Imobilizado – Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Bens Móveis	63.652.545,85	70.940.642,34	89,73
(+) Valor Bruto Contábil	88.745.426,92	83.704.917,24	106,02
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	16.743.523,22	8.556.202,33	195,69
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	8.349.357,85	4.208.072,57	198,41
Bens Imóveis	418.786.188,86	413.135.668,36	101,37
(+) Valor Bruto Contábil	421.374.653,82	414.730.382,37	101,60
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	2.588.464,96	1.594.714,01	162,32
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,0	0,0
Total	482.438.734,71	484.076.310,70	99,66

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

2. Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão em 31/12/2018 totalizavam R\$ 63.652.545,85 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 2 – Bens Móveis – Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	29.248.617,01	27.077.554,55	108,02
Bens de informática	16.255.396,32	15.546.410,91	104,56
Móveis e utensílios	21.784.259,83	21.130.839,83	103,09
Material cultural, educacional e de comunicação	11.159.530,65	9.167.378,40	121,73
Bens móveis em almoxarifado	0,00	0,00	0,00
Semoventes e equipamentos de montaria	1.204.735,33	1.251.045,09	96,30
Demais bens móveis	1.519.429,10	1.507.865,21	100,77
Depreciação/amortização Acumulada	16.743.523,22	8.556.202,33	195,69
Redução ao valor recuperável	8.349.357,85	4.208.072,57	198,41
Total	63.652.545,85	70.940.642,34	89,73

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 32,96% referem-se a máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas.

A variação positiva ocorrida em quase todas as contas, explica-se pela aquisição dos bens devido implantação de *campi* em novas sedes, bem como da expansão de alguns dos cursos ofertados em toda a rede de ensino.

1.1.1 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2018 totalizavam R\$ 418.786.188,86 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Bens Imóveis – Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Bens de uso especial	412.944.206,77	394.961.896,59	104,55
Bens de uso comum do povo	0,00	0,00	0,00
Bens dominicais	0,00	0,00	0,00
Bens imóveis em andamento	8.003.115,65	19.341.154,38	41,38
Instalações	427.331,40	427.331,40	100,00
Demais bens imóveis	0,00	0,00	0,00
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	0,00	0,00	0,00
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	0,00
Depreciação/amortização Acumulada	2.588.464,96	1.594.714,01	162,32
Total	418.786.188,86	413.135.668,36	101,37

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso especial correspondem a 98,61% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão, perfazendo o montante de R\$ 412.944.206,77 em 31/12/2018 a valores brutos.

Em síntese, os bens de uso especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de:

Tabela 2 – Bens de Uso Especial – Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Fazendas, parques e reservas	8.344.375,83	8.344.375,83	100,00
Terrenos, glebas	3.424.333,52	3.359.057,67	101,94
Aquartelamentos	0,00	0,00	0,00
Imóveis de uso educacional	385.013.884,29	378.518.771,91	101,72
Edifícios	4.739.691,18	4.739.691,18	100,00
Outros bens imóveis de uso especial	11.421.921,95	0,00	0,00
Total	412.944.206,77	394.961.896,59	104,55

Fonte: SIAFI, 2018 e SIAFI, 2017.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja

aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização,

reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação contínua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) definiu que o reconhecimento, mensuração e

evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2018, o Órgão apresentou um saldo de R\$ 486.588,75 relacionados a intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Intangível, para os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 1 – Intangível – Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Software com vida útil definida	552.590,70	532.142,70	103,84
Software com vida útil indefinida	174.732,00	174.752,00	99,99
Marcas, direitos e patentes – vida útil definida	0,00	0,00	0,00
Marcas, direitos e patentes – vida útil indefinida	0,00	0,00	0,00
Direito de uso de imóvel – prazo determinado	0,00	0,00	0,00
Direito de uso de imóvel – prazo indeterminado	0,00	0,00	0,00
Amortização acumulada	241.533,95	237.275,99	101,79
Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00	0,00
Total	412.944.206,77	394.961.896,59	104,55

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

No intangível, destaca-se o item Softwares com vida útil definida, que representa cerca de 75,98% do grupo.

Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

O Órgão avalia os ativos do intangível quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2018, IFC apresentou um saldo em aberto de R\$ 1.426.009,43 relacionado com fornecedores e contas pagar, sendo o total em obrigações a curto prazo nacionais.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 1 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Circulante	1.426.009,43	911.590,82	156,43
Nacionais	1.426.009,43	911.590,82	156,43
Estrangeiros	0,00	0,00	0,00
Não circulante	0,00	0,00	0,00
Nacionais	0,00	0,00	0,00
Estrangeiros	0,00	0,00	0,00
Total	1.426.009,43	911.590,82	156,43

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2018.

Tabela 2 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante

	31/12/2018	AH%
158461 – Campus Concórdia	453.390,92	31,79
158462 – Campus Santa Rosa do Sul	267.223,91	18,74
158379 – Campus Videira	136.330,83	9,56
158460 – Campus Camboriú	126.546,28	8,87
152254 – Campus Blumenau	125.350,94	8,79
Demais	317.166,55	22,24
Total	1.426.009,43	100,00

Fonte: SIAFI, 2018.

A unidade gestora 158461 é responsável por 31,79% do total a ser pago.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2018.

Tabela 3 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

	31/12/2018	AH%
Celesc Distribuição SA	170.403,64	11,95
Adservig – Vigilância Ltda	82.542,38	5,79
Gerpagro Distribuidora de Produtos Agropecuários Eireli	69.277,61	4,86
Link Card Administradora de Benefícios Eireli	60.915,54	4,27
Liderança Limpeza e Conservação Ltda	56.501,53	3,96
Lince – Segurança Patrimonial Ltda	54.705,94	3,84
AGN Fios Ltda	51.568,27	3,62
Pinheirinho Automação e Segurança Ltda	29.487,52	2,07
Reienge Engenharia Ltda–EPP	28.813,18	2,02
Demais	821.793,80	57,63
Total	1.426.009,43	100,00

Fonte: SIAFI, 2018.

Em relação ao fornecedor Celesc Distribuição SA, ele representa 11,95% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

Celesc Distribuição SA: Aquisição de fornecimento de energia elétrica;

Adservig – Vigilância Ltda: Serviços de vigilância com fornecimento de materiais; Tratam-se de fornecedores comuns a vários *campi*.

Obrigações Contratuais

Em 31/12/2018, o IFC possuía um saldo de R\$ 21.064.106,57 relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s).

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 1 – Obrigações Contratuais – Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Aluguéis	119.046,56	62.036,36	191,90
Fornecimento de bens	2.699.901,27	1.704.061,03	158,44
Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	0,00
Seguros	38.872,69	92.479,70	42,03
Serviços	18.206.286,05	18.019.690,74	101,04
Demais	0,00	0,00	0,00
Total	21.064.106,57	19.878.267,83	105,97

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final de 31/12/2018.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2018.

Tabela 2 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante

	31/12/2018	AH%
158460 – Campus Camboriú	5.298.178,58	25,15
158458 – Campus Rio do Sul	4.454.115,19	21,15
158462 – Campus Santa Rosa do Sul	4.445.018,13	21,10
152254 – Campus Blumenau	1.221.912,87	5,80
152253 – Campus Ibirama	912.014,33	4,33
Demais	4.732.867,47	22,47
Total	21.064.106,57	100,00

Fonte: SIAFI, 2018.

A unidade gestora 158458 é responsável por 24,33% do total contratado.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2018.

Tabela 3 – Obrigações Contratuais – Por Contratado

	31/12/2018	AH%
Link Card Administradora de Benefícios Eireli	1.077.430,55	5,12
JVE Construtora Ltda	1.032.405,42	4,90
Vigisol Vigilância Patrimonial Eireli	1.017.870,03	4,83
Rei Engenharia Ltda	998.640,73	4,74
Bruno A. B. M. de Barros	910.387,00	4,32
Liderança Limpeza e Conservação Ltda	903.231,05	4,29
Eletro Comercial Montesc Ltda–ME	803.748,62	3,82
Lupa Construções Eireli	797.071,94	3,78
Vigilância Riosul Ltda	709.564,09	3,37
Demais	12.813.757,14	60,83
Total	21.064.106,57	100,00

Fonte: SIAFI, 2018.

Em relação ao contratado Link Card Administradora de Benefícios Eireli, a mesma representa 5,12% do total a ser pago.

II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Houve uma redução de 23,16% nas variações patrimoniais aumentativas (VPA) em comparação com o mesmo período do ano passado. Grande parcela desta redução se deve à diminuição da valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos. Já as variações patrimoniais diminutivas (VPD) também reduziram em 24,40%, motivada principalmente pela queda da desvalorização e perdas de ativos e incorporações de ativos. Embora houve um crescimento com despesas com pessoal, cerca de 7,31%, o montante geral reduziu. Com estes valores, o resultado patrimonial do período teve um superavit de R\$ 346.999,47.

III. Balanço Orçamentário (BO)

As receitas próprias arrecadas pelo IFC até o mês de dezembro de 2018 alcançou o percentual de 81,01% do total previsto para o exercício, permanecendo abaixo da expectativa. Tal frustração se deu devido a uma estimativa elevada devido a arrecadação de inscrição em concurso público ocorrido no exercício de 2017. Já as despesas foram quase todas executadas, permanecendo em um total de 99,94% do esperado. As despesas de capital tiveram uma execução maior que o esperado devido à trocas de inversões orçamentárias realizadas ao longo do exercício, bem como do recebimento de orçamento extraorçamentário advindo de TED's. A maioria das despesas do IFC se referem às despesas com pessoal e encargos (77,21%) seguida de despesas correntes e por despesas de investimento.

Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Em 31/12/2018, o IFC possuía um saldo de R\$ 3.552.519,58 relacionados a restos a pagar (RP), onde 90,90% destes correspondem a restos a pagar não processados a liquidar conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 1 – Restos a Pagar Não Processados e Processados – Composição

	31/12/2018	31/12/2017	AH%
RPNP a liquidar	3.229.272,30	3.169.228,18	1,89
RPNP a liquidar em liquidação	1.140,01	11.188,43	0,19
RPNP liquidados a pagar	221.059,16	180.963,09	22,16
RPP a pagar	101.048,11	105.514,53	-4,23
Total	3.552.519,58	3.466.894,23	2,47

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Nota: os valores acima representam a soma dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos mais reinscritos).

Quando analisada a inscrição de restos a pagar por unidade gestora, sem se considerar a origem do orçamento, verifica-se que o *Campus Camboriú* ocupa a primeira posição entre as unidades gestoras. Isso se deve ao fato do *campus* possuir orçamento inscrito devido às obras de construção pendentes de conclusão.

Tabela 2 – Restos a Pagar – Por unidade gestora

Órgão Superior	Total inscrito	AH%
158460 – <i>Campus Camboriú</i>	2.220.114,02	62,49
158125 – Reitoria	370.421,44	10,43
158662 – <i>Campus Santa Rosa do Sul</i>	181.484,59	5,11
152254 – <i>Campus Blumenau</i>	169.694,34	4,78
Demais	610.805,19	17,19
Total	3.552.519,58	100,00

Fonte: SIAFI, 2018.

Demonstrações contábeis



Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SUBTÍTULO	26422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO	2018
PERÍODO	Anual

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	29.994.443,62	62.919.979,66	PASSIVO CIRCULANTE	29.070.239,24	35.111.484,78
Caixa e Equivalentes de Caixa	26.243.690,25	3.292.318,12	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	25.069.711,68	34.073.781,29
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	657.645,26	56.797.808,30	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.426.009,43	911.590,82
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	310,68	392,45
Estoques	3.031.411,88	2.757.071,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	61.696,23	72.782,24	Demais Obrigações a Curto Prazo	2.574.207,45	125.720,22
ATIVO NÃO CIRCULANTE	482.940.472,46	484.561.078,41	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	15.149,00	15.149,00	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	15.149,00	15.149,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	29.070.239,24	35.111.484,78
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	21.525,30	21.525,30
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Imobilizado	482.438.734,71	484.076.310,70	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	63.652.545,85	70.940.642,34	Resultados Acumulados	483.843.151,54	512.348.047,99
Bens Móveis	88.745.426,92	83.704.917,24	Resultado do Exercício	346.999,47	-9.469.796,96
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-16.743.523,22	-8.556.202,33	Resultados de Exercícios Anteriores	512.348.047,99	522.462.827,86
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-8.349.357,85	-4.208.072,57	Ajustes de Exercícios Anteriores	-28.851.895,92	-644.982,91
Bens Imóveis	418.786.188,86	413.135.668,36	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	421.374.653,82	414.730.382,37	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	483.864.676,84	512.369.573,29
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2.588.464,96	-1.594.714,01			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	486.588,75	469.618,71			
Softwares	486.588,75	469.618,71			
Softwares	728.122,70	706.894,70			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-241.533,95	-237.275,99			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	512.934.916,08	547.481.058,07	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	512.934.916,08	547.481.058,07

Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO	2018
PERÍODO	Anual

VALORES EM UNIDADES DE REAL

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	26.246.446,73	3.295.074,60	PASSIVO FINANCEIRO	49.801.613,61	24.891.499,43
ATIVO PERMANENTE	486.688.469,35	544.185.983,47	PASSIVO PERMANENTE	4.033.308,08	34.066.769,55
			SALDO PATRIMONIAL	459.099.994,39	488.522.789,09

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	25.334.951,64	25.487.414,91	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	22.557.090,82	21.364.499,05
Execução dos Atos Potenciais Ativos	25.334.951,64	25.487.414,91	Execução dos Atos Potenciais Passivos	22.557.090,82	21.364.499,05
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	888.812,13	942.110,23	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	24.434.866,73	24.466.596,63	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	1.492.984,25	1.486.231,22
Direitos Contratuais a Executar	11.272,78	78.708,05	Obrigações Contratuais a Executar	21.064.106,57	19.878.267,83
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	25.334.951,64	25.487.414,91	TOTAL	22.557.090,82	21.364.499,05

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-17.940.744,46
Recursos Vinculados	-5.614.422,42
Educação	-2.346.946,44
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-53.588,09
Previdência Social (RPPS)	-
Recursos de Receitas Financeiras	-206.749,18
Operação de Crédito	-347.895,16
Alienação de Bens e Direitos	19.450,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	624.620,05
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-3.303.313,60
TOTAL	-23.555.166,88

Demonstrações contábeis

Balanço orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO	2018
PERÍODO	Anual

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	327.491.475,00	365.709.019,00	361.494.296,85	346.613.057,50	322.167.607,19	4.214.722,15
Pessoal e Encargos Sociais	251.660.594,00	290.929.700,00	286.829.452,37	286.527.511,68	265.065.775,43	4.100.247,63
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	75.830.881,00	74.779.319,00	74.664.844,48	60.085.545,82	57.101.831,76	114.474,52
DESPESAS DE CAPITAL	14.772.010,00	6.005.475,00	10.011.306,00	3.297.252,72	3.104.455,91	-4.005.831,00
Investimentos	14.772.010,00	6.005.475,00	10.011.306,00	3.297.252,72	3.104.455,91	-4.005.831,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	342.263.485,00	371.714.494,00	371.505.602,85	349.910.310,22	325.272.063,10	208.891,15
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	342.263.485,00	371.714.494,00	371.505.602,85	349.910.310,22	325.272.063,10	208.891,15
TOTAL	342.263.485,00	371.714.494,00	371.505.602,85	349.910.310,22	325.272.063,10	208.891,15

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.129.184,82	14.657.460,05	13.167.479,02	12.994.891,55	1.431.580,53	1.360.172,79
Pessoal e Encargos Sociais	-	139.279,00	96.742,95	96.742,95	42.536,05	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.129.184,82	14.518.181,05	13.070.736,07	12.898.148,60	1.389.044,48	1.360.172,79
DESPESAS DE CAPITAL	2.051.231,79	6.062.025,38	5.658.254,20	5.609.782,51	412.175,98	2.091.298,68
Investimentos	2.051.231,79	6.062.025,38	5.658.254,20	5.609.782,51	412.175,98	2.091.298,68
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.180.416,61	20.719.485,43	18.825.733,22	18.604.674,06	1.843.756,51	3.451.471,47

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	104.856,53	799.921,19	716.555,51	87.832,10	100.390,11
Pessoal e Encargos Sociais	-	48.307,22	48.307,22	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	104.856,53	751.613,97	668.248,29	87.832,10	100.390,11
DESPESAS DE CAPITAL	658,00	65.218,12	65.218,12	-	658,00
Investimentos	658,00	65.218,12	65.218,12	-	658,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	105.514,53	865.139,31	781.773,63	87.832,10	101.048,11

Demonstrações contábeis

Balanço orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO	2018
PERÍODO	Anual

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.767.820,00	1.767.820,00	1.412.666,20	-355.153,80
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	147.084,00	147.084,00	197.947,33	50.863,33
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	147.084,00	147.084,00	197.947,33	50.863,33
Receita Agropecuária	266.355,00	266.355,00	238.585,52	-27.769,48
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	1.326.043,00	1.326.043,00	775.991,45	-550.051,55
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.326.043,00	1.326.043,00	775.991,45	-550.051,55
Transferências Correntes	-	-	13.600,00	13.600,00
Outras Receitas Correntes	28.338,00	28.338,00	186.541,90	158.203,90
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	21.652,00	21.652,00	1.204,98	-20.447,02
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	184.833,92	184.833,92
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	6.686,00	6.686,00	503,00	-6.183,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	19.450,00	19.450,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	19.450,00	19.450,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	19.450,00	19.450,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.767.820,00	1.767.820,00	1.432.116,20	-335.703,80
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.767.820,00	1.767.820,00	1.432.116,20	-335.703,80
DEFICIT	-	-	370.073.486,65	370.073.486,65
TOTAL	1.767.820,00	1.767.820,00	371.505.602,85	369.737.782,85
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-

Demonstrações contábeis

Balanço financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO	2018
PERÍODO	Anual

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	1.432.116,20	1.687.192,82	Despesas Orçamentárias	371.505.602,85	355.087.101,97
Ordinárias	598,22	95.362,08	Ordinárias	349.708.289,58	114.178.383,65
Vinculadas	1.448.655,78	1.605.210,28	Vinculadas	21.797.313,27	240.908.718,32
Educação	70.671,55	18.336,92	Educação		234.472.982,30
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.087.409,00	671.506,15
Recursos de Receitas Financeiras		-	Previdência Social (RPPS)	13.354.859,00	-
Alienação de Bens e Direitos	19.450,00		Recursos de Receitas Financeiras	549.473,67	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.358.534,23	1.586.873,36	Operação de Crédito	375.968,91	499.684,06
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-17.137,80	-13.379,54	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.775.927,96	1.151.110,54
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	3.653.674,73	4.113.435,27
Transferências Financeiras Recebidas	426.047.007,19	417.281.016,25	Transferências Financeiras Concedidas	59.337.784,10	59.974.939,97
Resultantes da Execução Orçamentária	389.487.612,21	369.265.063,44	Resultantes da Execução Orçamentária	40.847.941,48	38.674.413,00
Repasso Recebido	348.950.611,41	330.968.488,42	Repasso Concedido	299.741,15	324.637,98
Sub-repasso Recebido	40.537.000,80	38.296.575,02	Sub-repasso Concedido	40.537.000,80	38.296.575,02
Independentes da Execução Orçamentária	36.559.394,98	48.015.952,81	Repasso Devolvido	11.199,53	53.200,00
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	35.334.635,36	46.316.538,17	Independentes da Execução Orçamentária	18.489.842,62	21.300.526,97
Demais Transferências Recebidas		1.974,94	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	18.300.744,38	21.182.006,84
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.224.759,62	1.697.439,70	Demais Transferências Concedidas	400,62	5.933,13
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	188.697,62	112.587,00
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	47.173.709,53	21.571.633,27	Despesas Extraorçamentárias	20.858.073,84	26.192.055,56
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	24.638.247,12	684.176,22	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	781.773,63	2.229.376,75
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	21.595.292,63	20.719.485,43	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	18.604.674,06	23.730.135,19
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	818.772,37	159.547,11	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	817.787,06	152.433,62
Outros Recebimentos Extraorçamentários	121.397,41	8.424,51	Outros Pagamentos Extraorçamentários	653.839,09	80.110,00
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		7.177,12	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	6.374,58	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	4.139,38	1.247,39	Demais Pagamentos	647.464,51	80.110,00
Arrecadação de Outra Unidade	117.258,03				
Saldo do Exercício Anterior	3.292.318,12	4.006.573,28	Saldo para o Exercício Seguinte	26.243.690,25	3.292.318,12
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.292.318,12	4.006.573,28	Caixa e Equivalentes de Caixa	26.243.690,25	3.292.318,12
TOTAL	477.945.151,04	444.546.415,62	TOTAL	477.945.151,04	444.546.415,62

Demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	
SUBTÍTULO	26422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E.TEC.CATARINENSE - AUTARQUIA	
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	
EXERCÍCIO	2018	
PERÍODO	Anual	
VALORES EM UNIDADES DE REAL		
	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	31.711.378,67	15.150.800,50
INGRESSOS	428.399.843,17	419.129.003,57
Receitas Derivadas e Originárias	1.399.066,20	1.613.056,75
Receita Patrimonial	197.947,33	153.916,46
Receita Agropecuária	238.585,52	230.131,42
Receita de Serviços	775.991,45	1.087.456,96
Outras Receitas Derivadas e Originárias	186.541,90	141.551,91
Transferências Correntes Recebidas	13.600,00	74.136,07
Intergovernamentais	13.600,00	30.400,00
Dos Municípios	13.600,00	30.400,00
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	43.736,07
Outros Ingressos das Operações	426.987.176,97	417.441.810,75
Ingressos Extraorçamentários	818.772,37	159.547,11
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	4.139,38	1.247,39
Transferências Financeiras Recebidas	426.047.007,19	417.281.016,25
Arrecadação de Outra Unidade	117.258,03	-
DESEMBOLSOS	-396.688.464,50	-403.978.203,07
Pessoal e Demais Despesas	-290.996.222,86	-300.519.059,37
Previdência Social	-16.367.004,88	-15.551.421,56
Educação	-274.510.517,50	-284.767.751,35
Direitos da Cidadania	-82.325,90	-207.063,58
Agricultura	-30.000,00	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-6.374,58	7.177,12
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-44.889.205,97	-43.251.660,11
Intergovernamentais	-	-
Intragovernamentais	-44.819.720,97	-43.217.081,11
Outras Transferências Concedidas	-69.485,00	-34.579,00
Outros Desembolsos das Operações	-60.803.035,67	-60.207.483,59
Dispêndios Extraorçamentários	-817.787,06	-152.433,62
Transferências Financeiras Concedidas	-59.337.784,10	-59.974.939,97
Demais Pagamentos	-647.464,51	-80.110,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-8.760.006,54	-15.865.055,66
INGRESSOS	19.450,00	-
Alienação de Bens	19.450,00	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-8.779.456,54	-15.865.055,66
Aquisição de Ativo Não Circulante	-8.729.515,62	-15.649.675,75
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-49.940,92	-215.379,91
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
AJUSTE ACUMULADO DE CONVERSÃO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22.951.372,13	-714.255,16
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.292.318,12	4.006.573,28
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	26.243.690,25	3.292.318,12

Demonstrações contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO	2018
PERÍODO	DEZ(Encerrado)

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	-	-	21.525,30	-	5.688.001,25	522.462.827,86	-	-	528.172.354,41
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-4.829.505,14	-	-	-4.829.505,14
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-5.688.001,25	4.184.522,23	-	-	-1.503.479,02
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-9.469.796,96	-	-	-9.469.796,96
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	-	-	21.525,30	-	-	512.348.047,99	-	-	512.369.573,29

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	21.525,30	-	-	512.348.047,99	-	-	512.369.573,29
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-24.418.640,00	-	-	-24.418.640,00
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-4.433.255,92	-	-	-4.433.255,92
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	346.999,47	-	-	346.999,47
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	21.525,30	-	-	483.843.151,54	-	-	483.864.676,84

Demonstrações contábeis

Demonstrações das variações patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO	2018
PERÍODO	Anual

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	467.066.824,14	607.843.939,72
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.217.434,45	1.478.436,84
Venda de Mercadorias	238.585,52	230.131,42
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	978.848,93	1.248.305,42
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	546,00	3.469,64
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	546,00	3.469,64
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	427.519.370,33	436.962.449,87
Transferências Intragovernamentais	426.047.007,19	417.281.016,25
Transferências Intergovernamentais	13.600,00	30.400,00
Transferências das Instituições Privadas	-	43.736,07
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.458.763,14	19.607.297,55
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	38.018.068,44	169.258.794,35
Reavaliação de Ativos	7.938.118,48	44.202.777,65
Ganhos com Alienação	499,99	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	30.056.838,87	124.944.767,56
Ganhos com Desincorporação de Passivos	22.611,10	111.249,14
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	311.404,92	140.789,02
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	3.868,98	245,21
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	307.535,94	140.543,81

Demonstrações contábeis

Demonstrações das variações patrimoniais



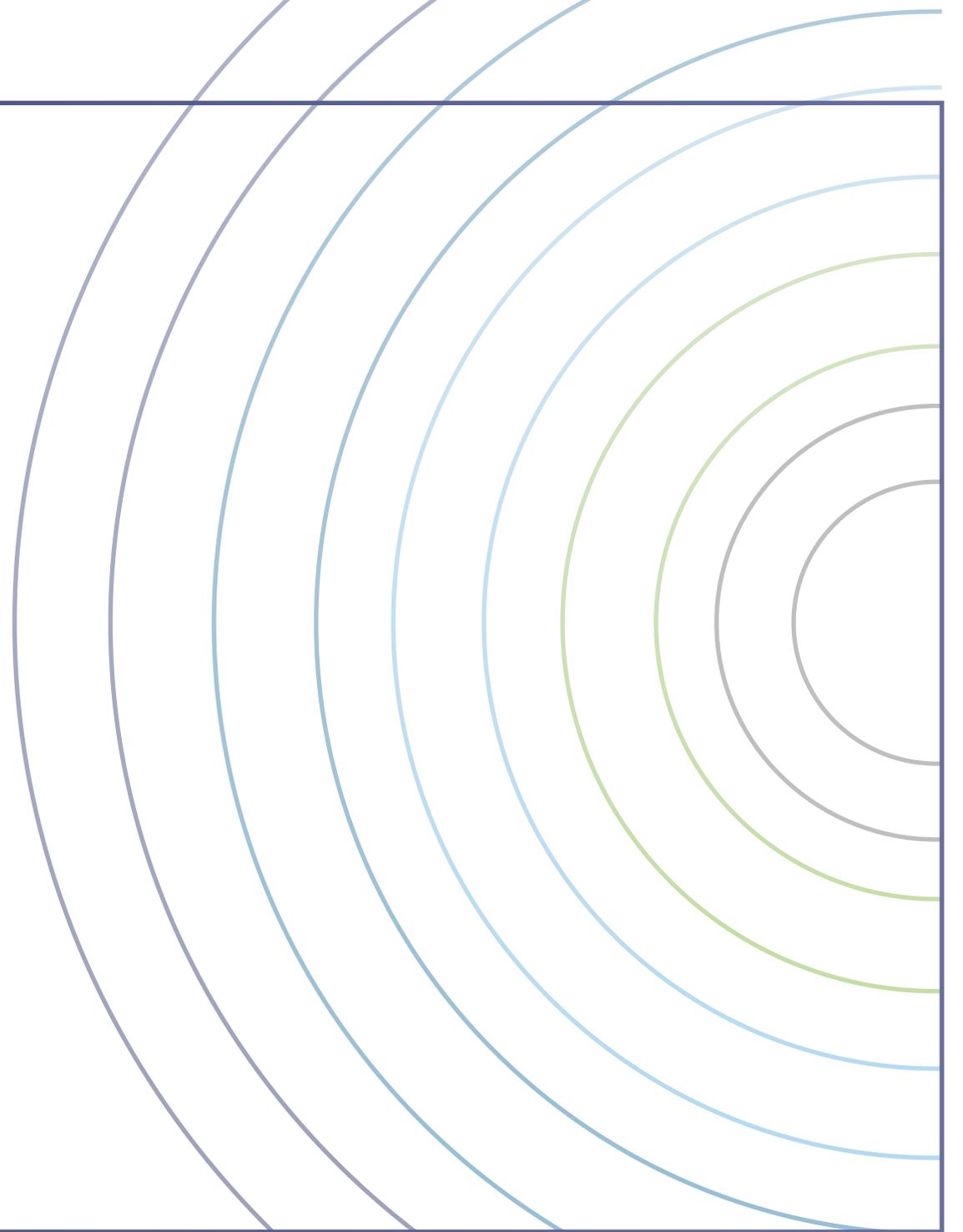
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO	2018
PERÍODO	Anual

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	466.719.824,67	617.313.736,68
Pessoal e Encargos	288.794.319,04	269.115.788,50
Remuneração a Pessoal	225.562.947,37	208.737.158,71
Encargos Patronais	45.372.243,04	43.104.654,52
Benefícios a Pessoal	17.421.731,17	16.792.873,40
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	437.397,46	481.101,87
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	18.015.402,66	15.966.998,95
Aposentadorias e Reformas	16.561.710,50	14.850.119,11
Pensões	1.409.852,99	1.063.007,79
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	35.416,72
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	43.839,17	18.455,33
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	53.599.725,20	52.455.294,21
Uso de Material de Consumo	11.027.483,00	11.667.050,04
Serviços	35.078.142,64	32.532.167,98
Depreciação, Amortização e Exaustão	7.494.099,56	8.256.076,19
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	13.859,65	9.158,96
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	7.415,54	2.226,96
Variações Monetárias e Cambiais	7,96	-
Descontos Financeiros Concedidos	6.436,15	6.932,00
Transferências e Delegações Concedidas	61.052.057,25	85.296.675,50
Transferências Intragovernamentais	59.985.248,61	59.974.939,97
Transferências Intergovernamentais	219.227,00	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	847.581,64	25.321.735,53
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	34.957.559,85	185.762.671,83
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	15.303.613,66	98.587.856,37
Perdas com Alienação	99.894,00	-
Perdas Involuntárias	762.069,98	71.174,84
Incorporação de Passivos	1.008,04	400,00
Desincorporação de Ativos	18.790.974,17	87.103.240,62
Tributárias	90.336,15	78.270,99
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	34.123,30	28.636,43
Contribuições	56.212,85	49.634,56
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	10.196.564,87	8.628.877,74
Incentivos	10.030.463,18	8.266.198,46
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	166.101,69	362.679,28
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	346.999,47	-9.469.796,96

Elaboração do relatório



Declaração de integridade

Os responsáveis pela governança no Instituto Federal Catarinense declaram que:

1

Reconhecem sua responsabilidade por assegurar a integridade do relatório integrado.



2

Reconhecem a aplicação do pensamento coletivo na preparação e apresentação do presente relatório integrado.



3

Declaram que a apresentação deste relatório integrado está de acordo com a Estrutura Internacional para Relato Integrado do IIRC.



Sônia Regina de Souza Fernandes
Reitora

Stefano Moraes Demarco
Pró-Reitor de Administração

Josefa Surek de Souza
Pró-Reitora de Ensino

Cladecir Alberto Schenkel
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Fernando José Garbuio
Pró-Reitor de Extensão

José Luiz Ungericht Júnior
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Everton Rogério Alves Cavalheiro
Diretor-Geral – *Campus* Avançado Abelardo Luz

Elizete Maria Possamai Ribeiro
Diretora-Geral – *Campus* Avançado Sombrio

Jonas Cunha Espíndola
Diretor-Geral – *Campus* Araquari

Rogério Luiz Kerber
Diretor-Geral – *Campus* Camboriú

Nelson Geraldo Golinski
Diretor-Geral – *Campus* Concórdia

Ricardo Kozoroski Veiga
Diretor-Geral – *Campus* Rio do Sul

Deivi de Oliveira Scarpari
Diretor-Geral – *Campus* Santa Rosa do Sul

Marilane Maria Wolff Paim
Diretora-Geral – *Campus* Blumenau

Hélio Maciel Gomes
Diretor-Geral – *Campus* Brusque

Fábio José Rodrigues Pinheiro
Diretor-Geral – *Campus* Fraiburgo

Fernando José Taques
Diretor-Geral – *Campus* Ibirama

Eduardo Butzen
Diretor-Geral – *Campus* Luzerna

Samuel Henrique Werlich
Diretor-Geral – *Campus* São Bento do Sul

Amir Tauille
Diretor-Geral – *Campus* São Francisco do Sul

Rosângela Aguiar Adam
Diretora-geral – *Campus* Videira



INSTITUTO FEDERAL
Catarinense

Lista de Dirigentes

Reitora

Sônia Regina de Souza Fernandes

Pró-Reitor de Administração

Stefano Moraes Demarco

Pró-Reitora de Ensino

Josefa Surek de Souza

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Cladecir Alberto Schenkel

Pró-Reitor de Extensão

Fernando José Garbuio

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

José Luiz Ungericht Júnior

Diretor-Geral – *Campus Avançado Abelardo Luz*

Everton Rogério Alves Cavalheiro

Diretora-Geral – *Campus Avançado Sombrio*

Elizete Maria Possamai Ribeiro

Diretor-Geral – *Campus Araquari*

Jonas Cunha Espíndola

Diretor-Geral – *Campus Camboriú*

Rogério Luiz Kerber

Diretor-Geral – *Campus Concórdia*

Nelson Geraldo Golinski

Diretor-Geral – *Campus Rio do Sul*

Ricardo Kozoroski Veiga

Diretor-Geral – *Campus Santa Rosa do Sul*

Deivi de Oliveira Scarpari

Diretora-Geral – *Campus Blumenau*

Marilane Maria Wolff Paim

Diretor-Geral – *Campus Brusque*

Hélio Maciel Gomes

Diretor-Geral – *Campus Fraiburgo*

Fábio José Rodrigues Pinheiro

Diretor-Geral – *Campus Ibirama*

Fernando José Taques

Diretor-Geral – *Campus Luzerna*

Eduardo Butzen

Diretor-Geral – *Campus São Bento do Sul*

Samuel Henrique Werlich

Diretor-Geral – *Campus São Francisco do Sul*

Amir Tauille

Diretora-geral – *Campus Videira*

Rosângela Aguiar Adam

Diretor de Administração e Planejamento – Reitoria

Rafael Marcos Fernandes

Diretora de Desenvolvimento Institucional – Reitoria

Fani Lúcia Martendal Eberhardt

Diretora de Ensino – Reitoria

Iris Weiduschat

Diretor de Extensão – Reitoria

Élton Pires

Diretor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – Reitoria

Eduardo Augusto Werneck Ribeiro

Diretor de Gestão de Pessoas – Reitoria

Bruno Dutra Vieira

Diretor da Tecnologia da Informação – Reitoria

Plínio Antunes Garcia

Corregedor

Marcelo Aldair de Souza

Assessora da Reitora

Jamile Delagnelo Fagundes da Silva

Coordenadora-Geral de Comunicação

Rafaela Zorzetto de Camargo

Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão 2018

Presidente da Comissão

Rafael Marcos Fernandes – PROAD

Membros

Bruno Dutra Vieira (titular) e Luciane Hiebert (substituta) – DGP

Plínio Antunes Garcia (titular) e Emerson Batista Saldanha (substituto) – DTI

Jamile Delagnelo Fagundes da Silva (titular) e Tábata Suelen Rodrigues Dias (substituta) – Gabinete da Reitoria

Karin Tyeko Anam (titular) e Brunei de Oliveira Maiochi Malfatti (substituta) – Ouvidoria

Cladecir Alberto Schenkel (titular) e Eduardo Augusto Werneck Ribeiro (substituto) – PROPI

Stefano Moraes Demarco (titular) e Murilo César dos Santos (substituto) – PROAD

Fernando José Garbuio (titular) e Éliton Pires (substituto) – PROEX

José Luiz Ungericht Junior (titular) e Fani Lúcia Martendal Eberhardt (substituta) – PRODIN

Josefa Surek de Souza (titular) e Giovana von Mecheln Lorenz (substituta) – PROEN

Marcelo Aldair de Souza (titular) e Josiane Olga Kammer (substituta) – Corregedoria

Rafaela Zorzetto de Camargo (titular) e Kamila Caetano Almeida (substituta) – CECOM

Jair Adriano Strappazon (titular) – Pesquisa Institucional

Diego Trentin Mioranza (titular) – NGA

Membros da equipe de arte gráfica

Letícia Beatriz Folster – PROEN

Rodrigo Rabassa Morales – PRODIN

Leandro Machnicki Altaniel – *Campus* São Bento do Sul

Poliana Santos de Souza – CECOM

Editoração

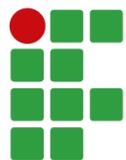
Projeto gráfico e capa

Letícia Beatriz Folster

Diagramação

Letícia Beatriz Folster

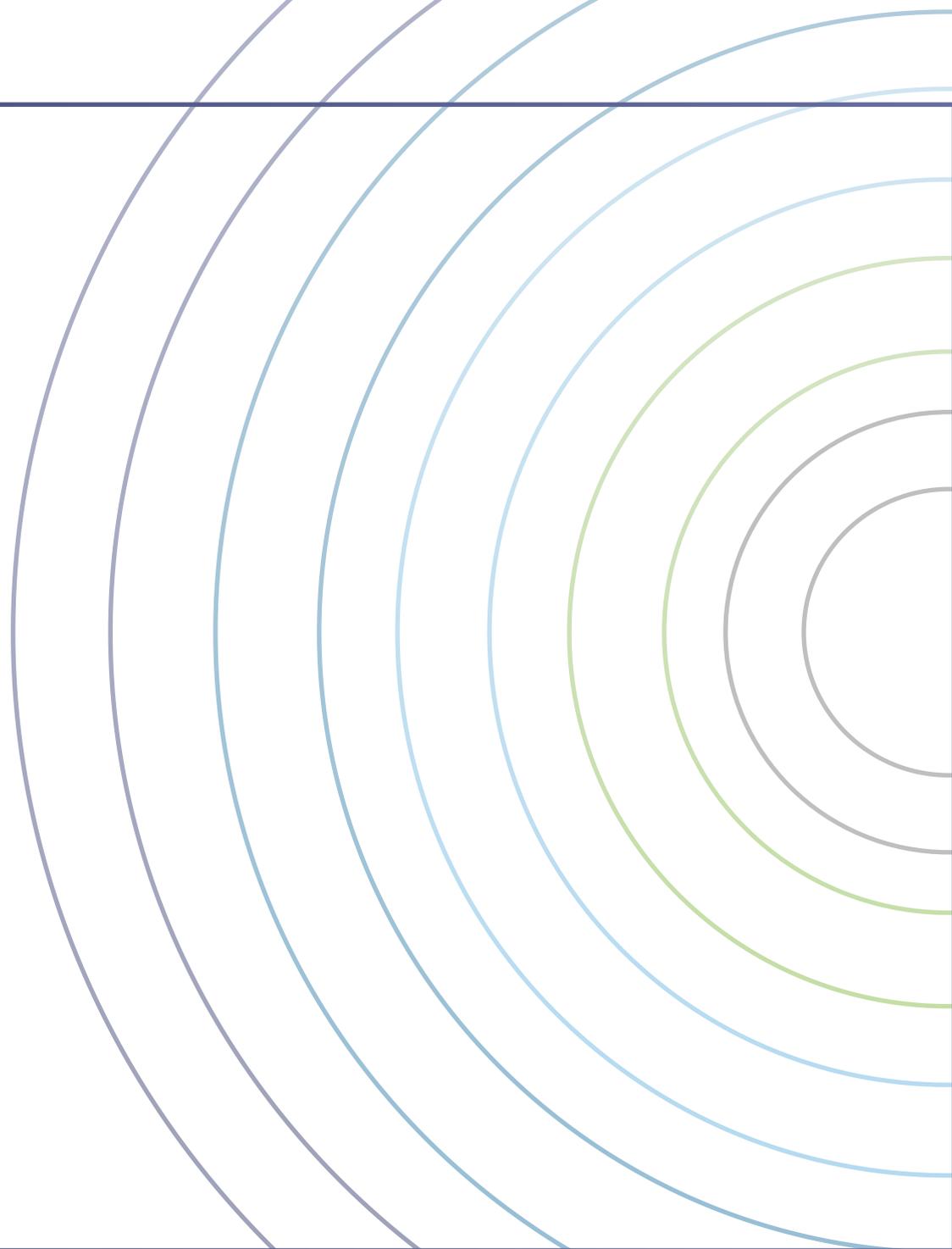
Poliana Santos de Souza



INSTITUTO FEDERAL
Catarinense

Relatório de gestão

2018





Emitido em 30/04/2019

RELATÓRIO DE GESTÃO Nº 43/2019 - DAP/PROAD (11.01.18.88)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 30/05/2019 09:31)

RAFAEL MARCOS FERNANDES

DIRETOR

1915055

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:
43, ano: **2019**, tipo: **RELATÓRIO DE GESTÃO**, data de emissão: **30/05/2019** e o código de verificação:
6bb4dc9c3a